

GRUPO I – CLASSE IV – Plenário

TC 014.084/2022-8 [Apenso: TC 004.995/2018-0]

Natureza(s): Tomada de Contas Especial.

Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

Responsáveis: Demarco Jorge Epifanio (546.874.547-04); Eduardo Costa Vaz Musa (425.489.187-34); Ensco International Ltd. (05.632.934/0001-60); Fernando Antônio Falcão Soares (490.187.015-72); Hamylton Pinheiro Padilha Junior (215.551.175-20); Júlio Gerin de Almeida Camargo (416.165.708-06); Luis Carlos Moreira da Silva (369.767.177-49); Nestor Cunat Cervero (371.381.207-10); Pride International Ca (07.170.535/0001-50); Raul Schmidt Felipe Junior (005.111.438-00); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Samsung Heavy Industries Co Ltd. (11.172.212/0001-72).

Representação legal: Jose Davi Cavalcante Moreira (52.440/OAB-DF), Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (54.217/OAB-DF) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Caio Farah Rodriguez (148.254/OAB-SP), Erica Sellin Sarubbi (236.349/OAB-SP), William Akira Minami (246.841/OAB-SP), Beatrice Mitsuka Yokota Cahen (248.437/OAB-SP), Tomas Fezas Vital Mesquita (359.138/OAB-SP) e Lucas Esper Berthoud (333.223/OAB-SP), representando Samsung Heavy Industries Co Ltd; Lucas de Assis Rabelo (70.479/OAB-DF), representando Ensco International Ltd.; Felipe Nogueira Monteiro (247.433/OAB-SP), Maria Beatriz Vieira Gallo e outros, representando Demarco Jorge Epifanio; Joao Pedro Coutinho Barreto (210.903/OAB-RJ), representando Nestor Cunat Cervero; Luis Gustavo Rodrigues Flores (27.865/OAB-PR), Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (16.950/OAB-PR) e outros, representando Eduardo Costa Vaz Musa; Jose Gabriel Lopes Pires Assis de Almeida (52.359/OAB-RJ) e outros, representando Hamylton Pinheiro Padilha Junior.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PETROBRAS. COMISSÃO INTERNA DE APURAÇÃO (CIA). ACÓRDÃO 2.724/2017-TCU/PLENÁRIO. PROCESSOS APARTADOS PARA TRATAR DE CADA RELATÓRIO DAS CIAS CONSTITUÍDAS PELA PETROBRAS. CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO DO PETROBRAS 10.000 E DE AFRETAMENTO DO DS-5. CONTEXTO DE CORRUPÇÃO ENVOLVENDO FUNCIONÁRIOS DA PETROBRAS E AGENTES LIGADOS ÀS EMPRESAS CONTRATANTES. CITAÇÃO POR MEIO DO ACÓRDÃO 1.642/2022-TCU-PLENÁRIO. REVELIA DE QUATRO RESPONSÁVEIS. RECONHECIMENTO DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA E COLABORAÇÃO PREMIADA FIRMADOS. NÃO PRESCRIÇÃO DAS PRETENSÕES PUNITIVA E RESSARCITÓRIA DO TCU. NECESSIDADE DE REVISÃO DO DÉBITO RELATIVO AO PERÍODO DE INATIVIDADE DOS NAVIOS. SUFICIÊNCIA DO PAGAMENTO REALIZADO NO

CONTEXTO DE ACORDO DE LENIÊNCIA. CONTAS REGULARES. QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES AOS COLABORADORES, DESDE QUE OS RESPONSÁVEIS QUE ADERIRAM AOS AJUSTES CUMPRAM O ACORDO FIRMADO COM AS INSTITUIÇÕES CELEBRANTES. APLICAÇÃO DAS PENALIDADES AOS RESPONSÁVEIS REVÉIS. CONTAS IRREGULARES. MULTA PREVISTA NO ART. 58 DA LOTCU. INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO DE CONFIANÇA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.

RELATÓRIO

Incluo, como parte integrante deste Relatório, e transcrevo, a seguir, a instrução de peça 208, que contou com a anuência do corpo diretivo (peças 209 e 210) da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e com a concordância do Ministério Público junto a este Tribunal de Contas da União (MPTCU), representado nestes autos pelo Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé (peça 233):

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Tomada de Contas Especial autorizada por meio do Acórdão 1.642/2022-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro-Relator Aroldo Cedraz (peça 3), o qual autorizou a conversão da Representação TC 004.995/2018-0, autuada em atendimento ao item 9.1 do Acórdão 2.724/2017-TCU/Plenário (Rel. Min. Aroldo Cedraz), que determinou o aprofundamento dos exames a respeito de possíveis irregularidades apuradas pela Comissão Interna de Apuração (CIA) instituída pelo Documento Interno Petrobras (DIP) E&P-INTER 290/2015 (peça 1 do TC 004.995/2018-0, p. 1, sem grifo na origem):

9.1. determinar à SecexEstataisRJ que constitua processos apartados, **um para cada relatório das Comissões Internas de Apuração constituídas pela Petrobras**, listados na **tabela inserida nestes autos à peça 72, p. 26-28**, subitem 160.1, de forma a viabilizar o aprofundamento das questões apresentadas, autorizando, desde já, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443, de 16/7/1992, e no art. 252 do Regimento Interno do TCU, a conversão de qualquer desses processos apartados em Tomada de Contas Especial nos casos em que haja indício de dano aos cofres da Petrobras;

2. Desse modo, a representação inicial foi autuada para tratar do relatório de Comissão Interna de Apuração (CIA) da Petrobras, E&P-INTER 290/2015. A CIA foi constituída inicialmente para apurar denúncia do colaborador Fernando Antônio Falcão Soares que citou o empregado Demarco Jorge Epifânio em ilícitos relacionados ao aluguel de um navio-sonda fornecido pela empresa Mitsui. Posteriormente, o escopo do trabalho passou a abranger outros fatos associados ao empregado que pudessem configurar irregularidades ou não conformidades.

3. O relatório E&P-INTER 290/2015 foi juntado nas peças 5 a 11 e o termo de declarações de Fernando Antônio Falcão Soares, na peça 15, todos do TC 004.995/2018-0 (processo originário).

II. HISTÓRICO PROCESSUAL

4. Entre maio de 2011 e julho de 2012 a Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais) realizou auditoria na Petrobras com o objetivo de verificar a regularidade das licitações, dos contratos e das execuções dos serviços de afretamento de embarcações utilizadas na exploração de petróleo e de gás natural.

5. Como resultado da referida fiscalização, em agosto de 2013 a SecexEstatais propôs (peças 29 a 31 do TC 014.395/2011-8):

5.1. Determinar a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras que, num prazo de noventa dias, se pronuncie quanto à viabilidade técnico-operacional de implementar ferramenta de controle gerencial no Sistema de Afretamento de Navios (SAN), relativo aos afretamentos de embarcações por Voyage Charter Party (VCP), que possibilite a emissão de relatórios sobre os registros referentes aos passos da negociação previstos no subitem 6.1.3.4 do Padrão de Execução AFRETA VCP, notadamente quanto aos dados de todas as ofertas e contraofertas de forma a demonstrar a atuação e o ganho conseguido por cada negociador, identificando o Gerente, Coordenador ou Afretador com o qual a decisão pelo fechamento da negociação tenha sido compartilhada (subitem 3.1.1.2), e que, em caso de viabilidade, adote as medidas necessárias para implementação da(s) solução(ões) de TI necessária(s), incluindo, no pronunciamento a ser encaminhado a esta Corte de Contas, um cronograma dos principais pontos de controle. (3.1)

6. Em julho de 2015, o Ministro-Relator Raimundo Carreiro determinou a devolução dos autos à SecexEstatais para nova instrução a fim de que fossem atualizados “todos os aspectos levantados no relatório” (peça 37 do TC 014.395/2011-8).

7. Ao promover a requerida atualização, a SecexEstatais identificou novos indícios de irregularidades nas contratações de afretamentos apurados pela Operação Lava Jato e por Comissões Internas de Apuração (CIA) constituídas pela Petrobras.

8. Em vista disso, por meio do Acórdão 2.724/2017-TCU-Plenário (Rel. Min. Aroldo Cedraz), a Corte determinou à então SecexEstatais que autuasse processos apartados, um para cada relatório das Comissões Internas de Apuração (CIA) constituídas pela Petrobras, de forma a viabilizar o aprofundamento das questões então suscitadas.

9. Em cumprimento à referida determinação, foram autuados dez processos de representação, incluindo os presentes autos, conforme sumariado no Quadro 1.

Quadro 1: Representações autuadas em cumprimento ao Acórdão 2.724/2017-TCU-Plenário.

Processo	Relatório CIA	Assunto
004.987/2018-7	PRESIDENCIA 121/2013	Possíveis irregularidades na Contratação da empresa <i>Vantage Deepwater Company</i> para serviços de perfuração do Navio-Sonda <i>Titanium Explorer</i> .
004.990/2018-8	DE&P 055-2014	Possíveis irregularidades nos processos de contratação conduzidos pelo E&P e firmados com a Astromarítima Navegação S.A.
004.991/2018-4	E&P-COM 226-2015	Possíveis irregularidades na alteração do critério de bônus de performance das empresas que participaram da licitação para a contratação da <i>Vantage</i> .
004.992/2018-0	E&P-SERV-US-LOG 065-2015	Possíveis de irregularidades na contratação da embarcação CBO Pacífico-PSV 3000.
004.993/2018-7	AB-LO 118/2015	Possíveis de irregularidades nos processos de afretamentos de navios envolvendo a Maersk, no período de 2004 a 2012.
004.995/2018-0	E&P-INTER 290/2015	Possíveis de irregularidades no afretamento de navios-sondas da Mitsui.
004.996/2018-6	E&P-INTER 048/2016	Possíveis irregularidades na atuação dos empregados Bassim Djahjah e Demarco Jorge Epifânio em processos de contratação da Petrobras.

Processo	Relatório CIA	Assunto
004.997/2018-2	DE&P 251/2015	Possíveis irregularidades no processo de constituição do Projeto Sondas, bem como nos contratos firmados pela Petrobras com integrantes do Grupo Sete Brasil.
004.998/2018-9	E&P-SERV 034/2016	Possíveis de irregularidades nos processos de contratação das empresas Aker Solutions do Brasil Ltda. e OneSubsea do Brasil Serviços Submarinos Ltda.
004.999/2018-5	AGP 141/2016	Possíveis de irregularidades no subafretamento do navio aliviador <i>Overseas Chinook</i> , afretado pela Petrobras America Inc. (PAI), para realizar o alívio da produção dos Campos de <i>Cascade</i> e <i>Chinook</i> .

Fonte: Peça 21, p. 2 do TC 004.995/2018-0

10. Em primeira instrução (peça 21 do TC 004.995/2018-0) ponderou-se haver indícios de irregularidades apontados pela CIA do DIP E&P-INTER 290/2015, sumarizados no Quadro 2.

Quadro 2: Contratações possivelmente irregulares de acordo com a CIA DIP E&P-INTER 290/2015.

Objeto	Contratante	Contratada	Valor (USD)
Aquisição do Navio-Sonda Petrobras 10.000	<i>P&M Drilling International B.V. (P&M) (SPE, 51% Petrobras International Braspetro B.V. e 49% Mitsui)</i>	Estaleiro <i>Samsung Heavy Industries (SHI)</i>	603.013.501,44
Aquisição do Navio-Sonda Vitória 10.000	<i>Drill Ship International B.V. (SPE constituída pela Petrobras)</i>	Estaleiro <i>Samsung Heavy Industries (SHI)</i>	634.539.368,29
<i>Capital Lease Contract (CLC) do Navio-Sonda Petrobras 10.000</i>	<i>Petrobras & Mitsui Drilling Investment B.V. (P&M DI B.V.)</i>	<i>Transocean Offshore International Ventures Ltd. (TOIVL)</i>	6.034.744,20 (valor mensal)
<i>Drilling Service Contract (DSC) do Navio-Sonda Petrobras 10.000</i>	<i>Petrobras Venezuela Investments and Services - BV (PVIS)</i>	<i>Transocean Offshore International Ventures Ltd. (TOIVL)</i>	1.496,65 milhões
<i>Capital Lease Contract (CLC) do Navio-Sonda Vitória 10.000</i>	<i>Petrobras & Mitsui Drilling Investment B.V. (P&M DI B.V.)</i>	<i>Schahin International S.A (posteriormente cedido para Deep Black Drilling LLC)</i>	6.333.365,91 (valor mensal)
<i>Drilling Service Contract (DSC) do Navio-Sonda Vitória 10.000</i>	<i>Petrobras Oil & Gas BV (POG-BV), depois sucedida pela Drill Ship Investments BV</i>	<i>Schahin International S.A (posteriormente cedido para Deep Black Drilling LLC)</i>	1.562,20 milhões
<i>Drilling Service Contract (DSC) do Navio-Sonda DS-5</i>	<i>Petrobras International Braspetro - BV (PIB BV)</i>	<i>Pride Global Ltda. (posteriormente adquirida pela Ensco Ble)</i>	864 milhões
<i>Drilling Service Contract (DSC) do Navio-Sonda Titanium Explorer</i>	<i>Petrobras Venezuela Investments and Services - BV (PVIS)</i>	<i>Vantage Deepwater Company (Vantage)</i>	1.816 milhões
Aquisição da <i>Pasadena Refining System Inc. (PRSI)</i>	<i>Petrobras America Inc. (PAI)</i>	<i>Grupo Astra</i>	359.285.714,30
Serviços de consultoria do projeto de internacionalização do Petrosix	<i>Petrobras International Braspetro - BV (PIB BV)</i>	<i>Engevix Engenharia S.A.</i>	18.242.162,30

Fonte: Peças 5 a 12 e peça 21, p. 3.

11. Das contratações acima, algumas já eram objetos de processos de controle externo, motivo pelo qual não integram o escopo destes autos, consoante registros no Quadro 3.

Quadro 3: Processos de controle afetos a fatos apurados na CIA DIP E&P-INTER 290/2015.

Processo	Tipo	Objeto
025.551/2014-0	TCE	Aquisição da Refinaria <i>Pasadena Refining System Inc.</i> (PRSI) pela <i>Petrobras America Inc.</i> (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A., perante o grupo belga <i>Astra Transcor</i> .
017.900/2017-4	TCE	Contratos de operação do Navio-Sonda Vitória 10.000 celebrados entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) ou empresas a ela ligadas e empresas pertencentes ao grupo empresarial Schahin.
039.955/2018-4	TCE	Contratação pela Petrobras da empresa <i>Vantage Deepwater Company</i> (Vantage) para realizar serviços de perfuração do Navio-Sonda <i>Titanium Explorer</i> .
004.996/2018-6	Representação	Atuação dos empregados Bassim Djahjah e Demarco Jorge Epifânio nos processos de contratação da Petrobras relacionados ao projeto de internacionalização do Petrosix, apurada na CIA instituída pelo DIP E&P-Inter 048/2016.

Fonte: Peça 21, p. 4 do TC 004.995/2018-0.

12. A respeito das aquisições dos Navios-Sondas Petrobras 10.000 e Vitória 10.000, a primeira instrução rememorou que tais operações teriam sido motivadas pelo pagamento de propina a agentes políticos e funcionários da Petrobras, ao invés de estratégias comerciais de interesse da companhia, fatos incontroversos à vista do trânsito em julgado de diversas condenações criminais de tais agentes (peça 21, 4-6 do TC 004.995/2018-0).

13. Pela ótica do dano ao erário, apontou-se que, além da fornecedora Samsung Heavy Industries, responderiam ainda: Demarco Jorge Epifânio, Fernando Antonio Falcão Soares, Jorge Antônio da Silva Luz, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Luis Carlos Moreira da Silva, Nestor Cuñat Cerveró e Eduardo Costa Vaz Musa (peça 21, p. 6-7 do TC 004.995/2018-0).

14. Por outro lado, como os atos determinantes para a ocorrência dos danos decorrentes desses negócios ocorreram até as celebrações dos respectivos contratos (17/6/2006 e 9/3/2007), foi proposta, com base nos entendimentos constantes do Acórdão 1.441/2016-Plenário (Min. Relator Walton Alencar Rodrigues), pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do TCU.

15. Embora essa prescrição, por si só, não impedisse a apuração e ressarcimento do dano causado, a instrução pretérita opinou que a celebração de acordos de leniência entre a fornecedora e o MPF, CGU e AGU recomendariam o não prosseguimento de apuração paralela pelo TCU, pois poderia conferir melhor solução aos possíveis prejuízos da Petrobras (peça 21, p. 7 do TC 004.995/2018-0). Por isso, concluiu-se que (peça 21, p. 10 do TC 004.995/2018-0):

70. Diante de todo o exposto, conclui-se que as contratações em exame envolveram acertos de corrupção e pagamentos de propina a gestores da Petrobras e a agentes políticos, razão pela qual, quando da apreciação do mérito deste processo, deve-se propor que seja considerada procedente a presente representação no que tange às irregularidades que eivaram as aquisições dos Navios-Sondas Petrobras 10.000 e Vitória 10.000 pela Petrobras.

71. Porém, com fulcro no arts. 212 do Regimento Interno do TCU, ante considerações de racionalidade administrativa e de economia processual, restará propor à Corte assentar que os ilícitos relacionados às aquisições dos Navios-Sondas Petrobras 10.000 e Vitória 10.000 não demandam a instauração de processo de tomada de contas especial, bem assim reconhecer a prescrição da pretensão punitiva do TCU de sancionar as condutas dos envolvidos nos termos das disposições contidas no Acórdão 1.441/2016-Plenário, Redator Ministro Walton Alencar Rodrigues.

16. Em relação ao DSC e o CLC do Navio-Sonda Petrobras 10.000, a instrução anterior considerou que uma série de pontos, levantados pela auditoria interna da Petrobras sobre a contratação, que demandariam aprofundamento a partir de elementos até então inexistentes nos

autos, a fim de poder-se emitir um juízo a respeito da existência ou não de irregularidades de competência da jurisdição de contas (peça 21, p. 15 do TC 004.995/2018-0):

124. Segundo apurou auditoria interna promovida pela Petrobras, a taxa diária de operação, estaria dentro da faixa do mercado, mas a análise muda com a adição de bônus por performance elevado (peça 12, p. 5).

125. Também foi questionado o estabelecimento de reajuste anual do contrato de operação do Navio-Sonda Petrobras 10.000 em 3% sobre a parcela operacional, correspondente à taxa diária total deduzida da parcela do leasing pago à P&M.

126. Concluiu a auditoria interna que contratos com reajustamento baseados em percentuais fixos não refletiriam as variações efetivas dos custos, bem assim que asseguram um ganho certo para a contratada, mesmo que os índices de preços apresentem variações negativas.

127. O fato de este aspecto controvertido da contratação não ter sido objeto de recomendações pela auditoria interna (peça 12, p. 6), constitui um indicativo das dificuldades inerentes à contestação a posteriori da remuneração então estabelecida para a operadora.

(...)

131. Por último, como pontuado pela CIA instituída pelo DIP E&P-INTER 290/2015, a celebração do DSC pelo prazo de dez anos sem que se tivesse uma previsão factível de demanda, pode ter levado a pagamentos diários para a sonda sem campanha.

17. Por isso, a conclusão foi pela expedição de diligência à Petrobras a fim de obter a íntegra do estudo realizado pela Unidade de Serviços de Contratação da Petrobras (US-CONT) utilizado pela auditoria interna para balizar suas conclusões e para verificar a ocorrência de despesas injustificadas na execução do DSC que pudessem ser computadas como prejuízo e cuja responsabilidade merecesse ser apurada nesta instância (peça 21, p. 15 do TC 004.995/2018-0).

18. Quanto ao DSC do Navio-Sonda DS-5, ressaltou-se o reconhecimento de irregularidades na contratação, levado a efeito pela Petrobras por meio da declaração de nulidade pela companhia em janeiro de 2016 (peça 20 do TC 004.995/2018-0). No entanto, os autos careciam de elementos também acerca dessa contratação, o que motivou a proposta de diligência para obtê-los da Petrobras.

19. Desse modo, o encaminhamento proposto naquela instrução foi no sentido de expedir diligência à Petrobras a fim de que encaminhasse os seguintes documentos e informações (peça 21, p. 20-21 do TC 004.995/2018-0):

1.1. íntegra de todos os contratos relacionados à aquisição e à operação do Navio-Sonda Petrobras 10.000 (acompanhados de versão traduzida para o português, se possível), inclusive do instrumento definidor dos termos da parceria firmada com a Mitsui para a aquisição conjunta do referido ativo;

1.2. íntegra de todos os contratos relacionados à operação do Navio-Sonda DS-5 (acompanhados de versão traduzida para o português, se possível), inclusive do ato que determinou o encerramento dos ajustes;

1.3. documentos internos que instruíram a apreciação dos negócios indicados nas alíneas “a” e “b” por parte da Diretoria Executiva, bem assim a íntegra das atas das reuniões do referido colegiado que aprovaram a celebração dos indicados ajustes;

1.4. íntegra do estudo realizado pela Unidade de Serviços de Contratação (US-CONT) utilizado pela auditoria interna para aferir a desvantajosidade do DSC do Navio-Sonda DS-5 (Anexo XIV do Relatório de Auditoria Interna R-02.E.003/2015);

1.5. planilhas eletrônicas em formato Excel e desbloqueadas das quais constem todos os pagamentos efetuados pela Petrobras (ou suas subsidiárias) em razão dos contratos de operação dos Navios-Sondas Petrobras 10.000 e DS-5, detalhando o objeto (contrato, período de medição), se correspondente a períodos de utilização da referida sonda ou a períodos de ociosidade, valores conforme disposições contratuais, valores efetivamente pagos, valores de eventuais retenções, moeda utilizada, beneficiária dos pagamentos e data das efetivas disponibilizações dos pagamentos;

1.6. providências adotadas pela Petrobras em relação às ilicitudes que eivaram a celebração do Drilling Service Contract (DSC) do Navio-Sonda DS-5, firmado com a Pride Global Ltd. (posteriormente adquirida pela Enscó) em condições favoráveis para a contratada, esclarecendo, em especial, o tratamento conferido ao possível sobrepreço destacado no Relatório de Auditoria Interna R-02.E.003/2015;

1.7. termos do acordo celebrado com a Enscó no âmbito de disputa arbitral originada do encerramento do contrato de afretamento do Navio-Sonda DS-5;

1.8. caso a Petrobras tenha sido destinatária de parte dos valores pagos pela Samsung Heavy Industries em razão de acordo celebrado por esta companhia com o Departamento de Justiça dos EUA sobre ilícitos que guardariam relação com o contrato de afretamento do Navio-Sonda DS-5, detalhar os valores e data(s) do efetivo(s) recebimento(s).

1.9. se existente, resultados da apuração interna dos eventuais prejuízos causados a Petrobras em razão da execução dos contratos descritos nos subitens 1.1 e 1.2.

20. Com a concordância do diretor e anuência do Secretário (peças 22 e 23 do TC 004.995/2018-0), por meio de delegação de competência, a diligência foi emitida, conforme Ofício 63/2020-TCU/SeinfraOperações, de 3/3/2020 (peça 26 do TC 004.995/2018-0) e entregue por ciência na Plataforma Conecta TCU em 4/3/2020 (peça 27 do TC 004.995/2018-0). As respostas foram juntadas às peças 28 e 29 do TC 004.995/2018-0.

21. No entanto, apesar das respostas fornecidas pela Petrobras às peças 28 e 29 do TC 004.995/2018-0, foi verificado que não estavam presentes nos autos todos os elementos necessários a análise subsequente, com efeito, concluiu-se pela necessidade de reiterar a diligência (Ofício 63/2020-TCU/SeinfraOperações), conforme instrução inserta à peça 32 daquele processo.

22. Na proposta de encaminhamento da referida instrução (peça 32 do TC 004.995/2018-0) foram detalhados os métodos de apresentação dos dados, bem como foram indicados os documentos faltantes. Em resposta, a Petrobras encaminhou, em 5/10/2021, documentação complementar para análise (peças 37, 39, 40 e 41 do TC 004.995/2018-0).

23. A unidade técnica procedeu, então, a análise da documentação apresentada, conforme a instrução à peça 4 destes autos (peça 74 do TC 004.995/2018-0), constatando evidências de prejuízo ao erário.

24. Naquela instrução ficou evidenciado que a celebração dos contratos de construção do Petrobras 10.000 e de afretamento do DS-5 estiveram inseridos em um contexto de corrupção envolvendo funcionários da Petrobras e agentes ligados às empresas contratantes.

25. Diante dessas evidências de dano, apurado conforme a instrução (peça 4), por meio do Acórdão 1.642/2022-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro Aroldo Cedraz (peça 3), foi determinada a citação solidária dos responsáveis nos seguintes termos (peça 3, p. 1):

Considerando que, conforme pronunciamento proferido pelo Secretário da unidade técnica responsável (peça 76), a instrução contida à peça 74 utilizou de meios próprios de apuração das irregularidades e de evidências compartilhadas com esta Corte pela 13ª Vara Federal de Curitiba, bem como inexistem deliberações do Tribunal no sentido de se aderir ao acordo de leniência celebrado entre a CGU/AGU e as empresas relacionadas na matriz de responsabilização;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, incisos I e II; e 47 da Lei 8.443/92, de 16 de Julho de 1992, c/c os artigos 1º, incisos I e II; 143, inciso V, alínea “g”; e 252 do Regimento Interno, em determinar a conversão do processo adiante relacionado em tomada de contas especial, bem como autorizar a realização das pertinentes citações, sem prejuízo de o Tribunal cientificar, conforme o disposto no artigo 198, parágrafo único, do Regimento Interno, o ministro de Estado de Minas e Energia.

26. Em cumprimento ao referido Acórdão, foi promovida a citação dos responsáveis. Os defendentes tomaram ciência dos ofícios que lhes foram remetidos ou obtiveram ciência por Edital publicado no D.O.U. O quadro a seguir sintetiza as peças dos ofícios e das manifestações apresentadas para as citações realizadas no âmbito deste processo:

Quadro 4 - Resumo dos ofícios de citação e alegações de defesa.

Responsável	Comunicação da Seproc	Peça do Ofício	Data de Ciência	Peça da Ciência	Peça de defesa apresentada
Eduardo Costa Vaz Musa	Ofício 54906/2022	22	25/10/2022	38	59 a 61
Luis Carlos Moreira da Silva	Ofício 54893/2022	30	25/10/2022	36	Não houve
Renato de Souza Duque	Ofícios 54902/2022 e 54901/2022	24 e 25	7/3/2023	117	Não houve
Nestor Cuñat Cerveró	Ofícios 54905/2022 e 6010/2023	23 e 115	14/3/2023	120	123 a 126
Demarco Jorge Epifânio	Ofício 54900/2022	26	1/11/2022	42	85 a 108
Fernando Antônio Falcão Soares	Ofício 54896/2022	28	24/10/2022	31	Não houve
Hamylton Pinheiro Padilha Júnior	Ofícios 54908/2022 e 54907/2022	20 e 21	24/10/2022	32	67 a 72
Raul Schmidt Felipe Júnior	Ofícios 54897/2022, 33416/2023 e 33415/2023	27, 133 e 135	3/8/2023	157	Não houve
Júlio Gerin de Almeida Camargo	Ofício 54894/2022	29	25/10/2022	37	Não houve
Pride International/ Ensco International	Ofícios 54904/2022-TCU, 6008/2023 e 33417/2023	75, 118 e 134	20/3/2023	121,137 e 151	163 a 178, 201 e 202
Samsung Heavy Industries	Ofício 54899/2022 Edital 0316/2023	76 e 116	19/12/2022	83 e 119	195 a 199 e 204

Fonte: produção própria.

27. Encerrados os prazos e prorrogações, na presente instrução, serão analisadas as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis supracitados, bem como a revelia das partes que não compareceram aos autos para juntar suas manifestações de defesa.

28. A seguir serão reproduzidos os conteúdos das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis. Serão abordados todos os aspectos necessários às respectivas análises que se farão na sequência.

III. EXAME TÉCNICO

29. O exame técnico a seguir irá tratar das análises das alegações de defesa dos responsáveis citados solidariamente, nos termos do Acórdão 1.642/2022-TCU-Plenário (peça 3), serão apresentadas sínteses de cada uma das alegações de defesa encaminhadas pelos responsáveis ou seus procuradores, seguidas de suas respectivas análises.

30. Informa-se, inicialmente, que questões acerca da tempestividade das defesas serão recebidas e acatadas de antemão, com fundamento no princípio da verdade material esposado por esta Corte, visto que todas as alegações de defesa serão consideradas como aptas a serem examinadas, acolhendo-se, desta feita, inclusive, qualquer pedido de prorrogação ou unificação de prazo constante dos autos.

31. Nessa mesma linha, cumpre informa que os pedidos de acesso às peças, inclusive as sigilosas, foram tratados pela unidade técnica anteriormente, conforme Pronunciamento da AudTCE (peças 182 e 189). Por fim, os pedidos apresentados nas defesas serão analisados quanto ao seu acatamento ou não.

32. Em privilégio à concisão e à clareza textual, os argumentos jurídicos e os argumentos técnicos de características gerais aduzidos pelos responsáveis serão apresentados e analisados em blocos, independentemente de quem os tenha apresentado, de forma consentânea ao disposto no art. 161 do Regimento Interno do TCU.

33. Posteriormente, os argumentos técnicos ou jurídicos pontuais relativos a cada responsável serão tratados particularmente. Para melhor compreensão dos assuntos tratados no exame técnico desta instrução, o resumo das alegações de defesa e a respectiva análise desta unidade técnica estão segmentadas nos seguintes tópicos principais:

a) Preliminares: Prescrição Punitiva, Ressarcitória e Intercorrente;

- b) Reconhecimento dos Acordos de Leniência, Colaboração Premiada e argumentos correlatos;
- c) Alegações acerca da legitimidade, legalidade e demais aspectos relativos às contratações
- d) Metodologia de apuração do débito e suficiência do pagamento efetuado pela SHI
- e) Questões individualizadas; e
- f) Revelia.

34. Com efeito, evita-se, por meio da análise conjunta, abordagens repetitivas de assuntos. Sempre que ocorrer a análise conjunta dos argumentos apresentados pela defesa, os parágrafos onde se encontram o exame procedido por esta unidade técnica serão mencionados para facilitar a sua identificação.

III.1. PRELIMINARES

35. Os responsáveis chamados aos autos apresentaram questões preliminares antes de adentrarem no mérito das irregularidades tratadas neste processo. A síntese e análise das preliminares foram agrupados por similaridade e tratadas conjuntamente, sempre quando possível, sem deixar de tratar os argumentos específicos que foram apresentados individualmente.

III.1. PRELIMINAR: PRESCRIÇÃO (PUNITIVA, RESSARCITÓRIA E INTERCORRENTE)

36. As defesas dos responsáveis elencados nos tópicos seguintes apresentaram preliminares atinentes à prescrição da pretensão punitiva, ressarcitória e intercorrente no âmbito do TCU, as quais foram segmentadas em tópicos e analisadas conjuntamente por esta unidade técnica por tratarem de assuntos correlacionados.

37. Antes de apresentar os argumentos oferecidos pelos responsáveis, cabe aqui salientar que a instrução anterior contempla análise acerca da prescrição (peça 4, p.37- 40). Naquela instrução foi apresentado o panorama geral vigente à época e a evolução dos entendimentos do STF sobre o tema.

38. Após uma análise criteriosa e abrangente sob ambas as perspectivas, não se identificou a ocorrência da prescrição relacionada ao dano.

39. Contudo, a análise da prescrição ganhou novos contornos a partir da edição da Resolução TCU 344/2022, que regulamenta a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento por este Tribunal. Assim sendo, é plenamente justificável a reanálise do caso à luz da referida resolução. Tal reanálise não acarreta qualquer prejuízo aos defendentes, mas sim proporciona uma avaliação mais precisa e alinhada com o atual entendimento do TCU sobre a matéria.

III.1.1. Responsável: Hamylton Pinheiro Padilha Junior (peça 67)

40. Afere que a presente peça de defesa somente trata das supostas irregularidades ocorridas na contratação de afretamento do DS-5 e destaca os pontos que serão abordados adiante (p. 3-4).

41. Embasado na Resolução TCU 344/2022, advoga que teria ocorrido a prescrição quinquenal da pretensão punitiva e ressarcitória a cargo do TCU, bem como a prescrição intercorrente (p. 4-8).

42. Defende, com auxílio doutrinário, a impossibilidade de aplicação de diversas interrupções no prazo prescricional, o qual, no seu entender, somente pode ser interrompido uma única vez (p. 8-13).

III.1.2 Responsável: Demarco Jorge Epifânio (peça 85)

43. Alude a defesa que o prazo prescricional aplicável ao caso é de 5 anos, conforme estabelecido pela Lei Federal 9.873/1999. Não havendo possibilidade de aplicação do prazo prescricional da lei penal, uma vez que inexistiria crime reconhecido por juízo competente, haja vista a suposta anulação dos atos decisórios pela 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Destaca ainda que o TCU não possui competência para avaliar a existência de crime e critica a classificação dos supostos ilícitos como crime permanente, defendendo que se trata de um delito instantâneo. Além disso,

ressalta a inaplicabilidade do instituto do "dano continuado", argumentando que essa previsão não consta da Resolução TCU 344/2022 e finaliza afirmando que o suposto "delito permanente" não é realmente contínuo, pois o delito caracterizado pela unidade técnica "vai e vem ao longo do tempo" apenas com intuito de evitar a ocorrência da prescrição (p. 42-50).

44.A defesa refuta também a possibilidade de inúmeras interrupções do prazo prescricional alegando, com base em doutrina nacional, que este instituto somente pode ocorrer uma única vez, o que estaria inclusive sedimentado em decisões do STJ (p. 50-51).

45.Em sentido idêntico também teria ocorrido a prescrição da pretensão ressarcitória a cargo do TCU, por força do art. 2º, da Resolução TCU 344/2022 (p. 51-58).

46.Ainda em sede preliminar, argumenta, desta feita, que também teria ocorrido a prescrição intercorrente, isso porque o processo de fiscalização originário teria iniciado em 2011 e sido finalizado em 2012, sendo que apenas em 2017, mediante o Acórdão 2724/2017-TCU-Plenário, teria ocorrido alguma deliberação sobre os fatos aqui tratados. Igualmente, em 2018 foi instaurado o TC 004.995/2018-0 e somente mediante o Acórdão 1642/2022-TCU-Plenário teria havido outra deliberação, de modo que a prescrição intercorrente teria se consumado mais de uma vez (p. 58).

III.1.3 Responsável: Nestor Cuñat Cerveró (peça 123)

47.A aludida peça de defesa apresenta um detalhado histórico dos eventos que antecederam a citação do responsável, visando estabelecer um panorama temporal dos fatos que culminaram no processo em tela (p. 1-5).

48.Citando diversos trechos de julgados do Supremo Tribunal Federal, a defesa argumenta que teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória a cargo do TCU. Apresenta diversos cenários com marcos temporais distintos para concluir pela ocorrência da prescrição mencionada, entendendo que alguns dos atos emanados pelo TCU, como o Despacho do Ministro-Relator determinando a devolução dos autos para atualização e outros, não teriam o condão de interromper o prazo prescricional (p. 10-16).

49.A defesa também argumenta que o artigo 37 da Constituição Federal não se aplica ao caso, pois requer a prática de ato de improbidade administrativa e dolo. Ressalta, nesse sentido, que o TCU apenas aprecia contas de agentes públicos, não tendo competência para julgar atos de improbidade, logo suas decisões não estão sujeitas à imprescritibilidade constitucional. Destaca ainda que o STF consolidou o entendimento de que a pretensão de ressarcimento ao erário prescreve em cinco anos, incluindo débitos apurados em Tomada de Contas Especial do TCU e adverte que o prosseguimento do presente processo é contraproducente para o Estado (p. 16-19).

50.Entende também ter havido prescrição intercorrente, isso porque o Acórdão 2.724/2017-TCU-Plenário (Rel. Min. Aroldo Cedraz), o qual teria dado origem a este processo, foi proferido em 6/12/2017 e a peça de Representação somente fora formulada em janeiro de 2022. Portanto, entende que deve ser reconhecida a prescrição intercorrente para extinguir este processo em relação ao defendente (p. 19-20).

III.1.4 Pride International / Ensco International Ltd (peça 163)

51.Relativamente à prescrição, argumenta a defesa que os únicos marcos iniciais possíveis para o prazo prescricional quinquenal seriam a data de celebração do contrato (18/1/2008) ou a data de homologação do contrato pela Diretoria Executiva (21/2/2008). Assim, sustenta que a pretensão punitiva do TCU estaria prescrita desde 23/2/2013, sendo mais conservadora. Adicionalmente, em relação a possível interrupção do prazo prescricional, argumenta a defesa que o primeiro ato inequívoco de apuração dos fatos, nos termos da Resolução TCU 344/2022, só teria ocorrido em 3/3/2020, quando a Petrobras foi solicitada, pela primeira vez, a fornecer mais informações sobre a contratação do DS-5, de modo que a demanda já estaria prescrita. A defesa conclui, considerando a linha do tempo apresentada, que a única alternativa jurídica válida seria o reconhecimento da prescrição e o consequente arquivamento do processo (p. 13-18).

52.Prevedo possíveis objeções, a defesa admite cenários alternativos para fins de argumentação, incluindo a consideração da continuidade delitiva. No entanto, acredita que, mesmo nesses

cenários, o resultado seria o mesmo: a prescrição. Nesse enfoque a defesa contesta qualquer interpretação ampla do texto legal (art. 2º, II, Lei 9.873/1999) que expanda o conceito de ato inequívoco de apuração. Por exemplo, argumenta que a Corte não deveria considerar a existência de uma investigação interna da Petrobras sobre os mesmos fatos, ocorrida entre 2015 e 2016, uma vez que não foi um ato emanado do TCU (p. 18-21).

III.1.5 Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 195)

53. Informa que demonstrará que qualquer solicitação de ressarcimento de danos, mesmo que teoricamente aplicável, estaria prescrita de acordo com os precedentes dos Tribunais Superiores e do próprio TCU, notadamente por ocasião da elaboração Resolução 344/2022, também não apreciada à época da citação devido à sua publicação posterior (p. 4).

54. Em relação a questões preliminares, sustenta a ocorrência da prescrição quinquenal dos fatos em apuração, conforme a Resolução TCU 344/2022. Destaca que os contratos para a construção das embarcações Petrobras 10.000 e DS-5 foram firmados em 14/7/2006 e 18/1/2008, respectivamente, e que os supostos pagamentos indevidos teriam ocorrido aproximadamente no mesmo período. Nesse sentido, a defesa sugere que esses momentos representariam a data da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para a sua análise inicial, conforme estabelecido no art. 4º, II, da Resolução 344/2022. Acrescenta, ainda, na eventualidade do TCU entender tratar-se de irregularidade permanente ou continuada, que o prazo prescricional teria início após o último ato irregular, o qual, neste caso teria ocorrido em 2011 (data do último pagamento tido como irregular), tendo a prescrição se consumado em 2016 (p. 8-9).

55. Caso do TCU aplique o art. 4º, IV, da Resolução TCU 344/2022, entende a defesa que também assim o processo estaria prescrito, visto que nesse cenário, no seu entender, o início da contagem se daria a partir da auditoria SecexEstatais, ocorrida em julho de 2012, consumando-se a prescrição em julho de 2017. Sustenta, nesse cenário, que não houve interrupção no prazo prescricional. Cita, nesse sentido, o Despacho do Ministro Relator à peça 37 do TC 014.395/2011-8, em 2015, alegando que tal ato não teve natureza de apuração dos fatos, mas tão somente atualização de dados, de forma que não poderia ser considerado como evento interruptivo e, mesmo que assim o TCU considerasse, por essa lógica, a prescrição teria sido consumada em 2020. Outras possibilidades para o início da contagem do prazo prescricional são apresentadas, concluindo-se, em todos os cenários, que a prescrição extinguiria a pretensão do TCU (p. 9-10).

56. Mantendo a linha argumentativa, apresenta exemplos e decisões do TCU para sustentar que a prescrição intercorrente também teria ocorrido. Reconhece que houve movimentações processuais durante o período em questão, mas argumenta que essas movimentações não influenciaram significativamente o curso das apurações, sendo apenas atos impulsionadores do processo, os quais, de acordo com o art. 8º, §1º da Resolução 344/2022, não interrompem a prescrição intercorrente (p. 10-12).

57. Reforçando seus argumentos anteriores de forma a ratificar a ocorrência da prescrição, replica trechos de decisões do STF, aduzindo que o prazo prescricional somente pode ser interrompido uma única vez. Além disso, sustenta que seria impossível interromper o prazo prescricional antes que o responsável tome conhecimento das apurações em curso no TCU, conforme seria o entendimento da Suprema Corte (p. 12-13).

58. Prossegue, reafirmando os pontos anteriores sobre a prescrição e propõe que tanto a prescrição punitiva quanto a ressarcitória devem ser interpretadas à luz da Resolução TCU 344/2022 atualmente em vigor. Destaca que a Instrução inserta à peça 21 do TC 004.995/2018-0 já teria admitido a aplicabilidade da prescrição punitiva do TCU no caso em questão, com base no Acórdão 1441/2016-Plenário. Assim, acredita que o processo só teria continuado devido ao entendimento anterior de que as ações de ressarcimento seriam imprescritíveis, devendo ser reconhecida a prescrição punitiva ressarcitória no presente caso (p. 13-16).

III.1.5.1 Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 204)

59. Os mesmos argumentos em relação ao tema da prescrição são retomados pela defesa da SHI, conforme consta da peça 204, recepcionada como Alegações de defesa no presente processo (p. 4-8).

60. Com efeito, por economia processual, entende-se que não cabe replicar aqui os mesmos argumentos.

Análise dos argumentos referentes Prescrição Punitiva, Ressarcitória e Intercorrente

61. Como se depreende da leitura dos resumos das alegações, o cerne das defesas apresentadas pleiteia pela aplicação do prazo prescricional de 5 anos, tal como estabelecido pela Lei Federal 9.873/1999 e na Resolução TCU 344/2022. Contudo, as defesas apresentam interpretações variadas acerca dos marcos iniciais e interruptivos. Sustentam, assim, que a interrupção do prazo prescricional poderia ocorrer apenas uma única vez. Propõem marcos iniciais para a contagem do prazo prescricional que se mostram incompatíveis com a realidade dos fatos apurados nos autos e em dissonância com os recentes entendimentos desta Corte. São ainda apresentados argumentos tendentes à desconsideração da movimentação processual ocorrida no processo originário, sob a alegação de que não seriam atos inequívocos de apuração. De maneira mais pontual, aludem que as decisões proferidas pelo TCU não estariam sujeitas à imprescritibilidade constitucional.

62. Reforçando a pluralidade de interpretações, tanto para a aferição do marco inicial da contagem do prazo prescricional quanto para os marcos interruptivos, também são apresentados trechos de julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como doutrina pátria. Diante dessa diversidade de entendimentos, torna-se imperativo apresentar, à luz do atual posicionamento do TCU, o marco inicial adotado nessa análise, bem assim os demais marcos interruptivos considerados, a fim de que esta Corte possa deliberar de forma criteriosa sobre o tema em questão.

63. Com efeito, o resumo subsequente almeja retratar o panorama geral previamente exposto na instrução antecedente, efetuando os ajustes necessários, à luz da Resolução TCU 344/2022. O quadro a seguir apresenta os seguintes eventos processuais interruptivos/suspensivos da prescrição desta TCE (lista não exaustiva):

Quadro 5 – Histórico processual – Cronologia dos fatos atribuíveis à contagem do prazo prescricional em conformidade com a Resolução 344/2022-TCU.

Data	Peça (páginas)	Tipo	Resolução 344	Efeito
14/7/2006	peça 4, p. 8	Assinatura do Contrato de Construção do Petrobras 10.000	-	Início do Fato Gerador
18/1/2008	peça 4, p. 31	Assinatura do Contrato de Afretamento do navio-sonda DS-5	-	Início do Fato Gerador
20/6/2008	peça 4, p. 8	Assinatura dos Contratos de Operação do Petrobras 10.000	-	Início do Fato Gerador
Janeiro/2010	peça 4, p. 21	Petrobras formalizou a opção do contrato do DS-5 com a Pride pelo prazo de cinco anos	-	Início do Fato Gerador
21/10/2015	peça 6 a 11 do TC 004.995/2018-0	Relatório da Petrobras CIA 290/2015	Art. 4º inc.IV	Conhecimento dos fatos - Início da Prescrição comum
14/9/2016	peça 4, p. 20	Último pagamento por ociosidade do Petrobras 10.000	Art. 4º inc.V	Data de cessação de débito continuado (possível início da

Data	Peça (páginas)	Tipo	Resolução 344	Efeito
				Prescrição comum)
4/1/2016	peça 4, p. 34	Último pagamento por ociosidade do DS-5	Art. 4º inc.V	Data de cessão de débito continuado (possível início da Prescrição comum)
6/12/2017	peça 1 do TC 004.995/2018-0	Acórdão 2.724/2017 TCU Plenário (Rel. Min. Aroldo Cedraz), a Corte determinou à SecexEstatais que autuassem processos apartados, um para cada relatório	Art. 5º inc.II; art. 8º	Interrupção prescrição comum e início da prescrição Intercorrente
20/2/2019	peça 21 do TC 004.995/2018-0	Instrução da SeinfraOperações-diligência à Petrobras	Art. 5º inc.II; Art. 8º, §1º	Interrupção Comum/Intercorrente
22/9/2021	peça 32 do TC 004.995/2018-0	Instrução da SeinfraOperacoes, Reiterando a diligência anterior em face da insuficiência da documentação encaminhada	Art. 5º inc.II; Art. 8º, §1º	Interrupção Comum/Intercorrente
31/1/2022	peça 4	Instrução da SeinfraOperacoes-citação dos responsáveis	Art. 5º inc.II; Art. 8º, §1º	Interrupção Comum/Intercorrente
2022 e 2023	QUADRO 4	Ofícios de citação, Avisos de recebimento e Apresentação de alegações de Defesa	Art. 5º inc.II; Art. 8º, §1º	Interrupção Comum/Intercorrente

64. Delimitados, ainda que de forma não exaustiva, os eventos em ordem cronológica dos fatos que têm impacto na aferição do prazo prescricional, passa-se a análise dos argumentos apresentados.

65. Cumpre inicialmente reavivar os principais pontos atinentes à evolução jurisprudencial e normativa relativa ao tema da prescrição. No âmbito da Suprema Corte brasileira (STF), observa-se que o tema prescrição sofreu diversas alterações de entendimentos, conforme rol de decisões abaixo:

RE 669.069/MG (Tema 666 da Repercussão Geral): É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil (Dje 27/04/2016);
 RE 852.475/SP (Tema 897 da repercussão Geral): São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa (Dje 22/03/2019);
 RE 636.886/AL (Tema 899 da Repercussão Geral): É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas (Dje 23/06/2020);
 Ementa RE 636.886/AL: A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).

66. O STF, em sua última decisão sobre o assunto, concluiu que é prescritível a ação de ressarcimento ao erário baseada em decisão de Tribunal de Contas. Esse entendimento de repercussão geral se deu, como visto acima, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636.886 (Tema 899).

67. Após diversas discussões acerca do tema prescrição no âmbito dos processos de controle externo, diante da evolução jurisprudencial do STF, em recente posicionamento, o TCU expediu a Resolução 344, de 11 de outubro de 2022, em que regulamenta, no âmbito desta Corte de Contas, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento.

68. Assim, vigia, à época do início das apurações das irregularidades aventadas pela Comissão Interna de Apuração (CIA) da Petrobras, a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 2.709/2008-Plenário, de relatoria da Exma. Ministra Ana Arraes (incidente de uniformização de jurisprudência – Interpretação da parte final do § 5º do art. 37 da CF/1988), ratificada pela Súmula TCU 28, tratava a questão da prescrição ressarcitória da seguinte maneira:

(...) deixar assente no âmbito desta Corte que o art. 37 da Constituição Federal conduz ao entendimento de que **as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis**, ressaltando a possibilidade de dispensa de instauração de tomada de contas especial prevista no §4º do art. 5º da IN TCU nº 56/2007. (destaques acrescentados)

69. Em face da evolução jurisprudencial norteada pelo STF, passou o TCU a adotar a regra da prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário. Não por outro motivo, já em 2022, por ocasião da elaboração da instrução anterior (peça 4), propôs a unidade técnica o afastamento da tese relativa à “imprescritibilidade das ações de ressarcimento” no presente processo. Concluiu aquela instrução pela aplicação da Lei 9.873/1999, art. 1º, § 2º, entendendo que irregularidade originadora do dano ao erário foi a corrupção (ativa e passiva) consubstanciada no acerto de propina entre agentes de fornecedores e da Petrobras para determinar esta última a adquirir os navios-sonda Petrobras 10.000 e DS-5. Logo, o prazo prescricional seria aquele estabelecido para esses tipos no Código Penal, conforme previsto na Lei 9.873/1999, art. 1º, § 2º:

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

(...)

§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

70. No que tange a prescrição punitiva, em 2016, por meio de incidente de uniformização de jurisprudência acerca do prazo prescricional das sanções aplicadas pelo TCU, resolvido no subitem 9.1.1 do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler, esta Corte de Contas assentou que “a pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União subordina-se ao prazo geral de prescrição indicado no art. 205 do Código Civil”, o qual estabelece o prazo de dez anos para a prescrição.

71. O subitem 9.1.2 do acórdão fixou ainda que o início da contagem do prazo prescricional seria o da data de ocorrência da irregularidade sancionada, nos termos do art. 189 do Código Civil, sendo interrompido por ato de ordenar a citação, a audiência ou a oitiva dos responsáveis, nos termos do art. 202, inciso I, do Código Civil, com novo prazo correndo a partir do ato interruptivo, conforme art. 202, parágrafo único, do Código Civil (subitens 9.1.3 e 9.1.4, respectivamente, do mesmo acórdão).

72. Esse foi o entendimento adotado pela instrução anterior no que se refere à prescrição punitiva do TCU. Como restou evidenciado, os contratos e as propinas foram negociados entre 2005 e 2008, todavia, o dano ao erário é fruto de irregularidade permanente, que se prolongou no tempo em pagamentos efetuados até 2016 (peça 4, p. 40).

73. Como mencionado alhures, atualmente a matéria é regida pela Resolução TCU 344/2022, a qual estabelece que prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento (art. 2º). Ademais, incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º).

74. O marco inicial da contagem dos prazos prescricionais está estabelecido no art. 4º dessa norma:

Art. 4º O prazo de prescrição será contado:

I - da data em que as contas deveriam ter sido prestadas, no caso de omissão de prestação de contas;

II - da data da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para a sua análise inicial;

III - do recebimento da denúncia ou da representação pelo Tribunal ou pelos órgãos de controle interno, quanto às apurações decorrentes de processos dessas naturezas;

IV - da data do conhecimento da irregularidade ou do dano, quando constatados em fiscalização realizada pelo Tribunal, pelos órgãos de controle interno ou pelo próprio órgão ou entidade da Administração Pública onde ocorrer a irregularidade;

V - do dia em que tiver cessado a permanência ou a continuidade, no caso de irregularidade permanente ou continuada. (grifou-se)

75. Diante disso, existem duas possibilidades de entendimento para efeito de início de contagem do prazo prescricional, quais sejam, art. 4º, inciso IV ou V, da Resolução TCU 344/2022.

76. Explica-se. No presente caso constatou-se que a irregularidade originadora do dano ao erário foi a corrupção (ativa e passiva), consubstanciada no acerto de propina entre agentes de fornecedores e funcionários da Petrobras para determinar esta última a adquirir o navio-sonda Petrobras 10.000 e contratar o Afretamento do DS-5, fatos que chegaram ao conhecimento desta Corte por ocasião da elaboração do Relatório da Comissão Interna de Apuração (CIA), instituída pelo Documento Interno Petrobras (DIP) E&P-INTER 290/2015 (peças 5 a 11 do TC 004.995/2018-0), de forma que o marco inicial da contagem do prazo prescricional, nesse cenário, seria a data de 21/10/2015, em consonância com o art. 4º, inciso IV da Resolução TCU 344/2022.

77. Outra interpretação possível e complementar ao caso, deriva da própria característica do ilícito. Como restou consignado nos autos, os contratos para a construção do Petrobras 10.000 e afretamento do DS-5 foram firmados em 14/7/2006 e 18/1/2008, respectivamente, sendo os pagamentos de propina efetuados também nesse período, contudo, o dano ao erário é fruto de irregularidade permanente, que se prolongou no tempo em pagamentos efetuados até 2016, por ocasião dos desembolsos pelo período de ociosidade por falta de programação do Petrobras 10.000 (peça 4, p. 19-20) e do DS-5 (peça 4, p. 35-36) o que, nos termos do art. 4º, inciso V, da Resolução TCU 344/2022, pode ensejar o início da contagem do prazo prescricional.

78. Entendimento semelhante, qual seja, do caráter perpetuado da infração de superfaturamento ao longo da execução contratual, já foi adotado pelo TCU sob a vigência da Resolução TCU 344/2022, consoante Acórdão 2.535/2022-TCU-Plenário (Rel. Exmo. Min. Benjamin Zymler). Frisa-se que, anteriormente à publicação do referido normativo interno, para fins de aplicação de sanções, o Plenário do TCU já adotava tal entendimento, conforme Acórdãos 1.298/2017 (Rel. Min. Sub. André Luís de Carvalho), 2.861/2018 e 4.076/2020 (estes últimos de Rel. Min. Sub. Augusto Sherman Cavalcanti).

79. Com efeito, não se pode aceitar outras hipóteses para início da contagem do prazo prescricional.

80. Vale, todavia, acrescentar que a defesa da SHI, pressupondo a possibilidade de aplicação pelo TCU do art. 4º, IV, da Resolução TCU 344/2022, argumenta que o início da contagem do prazo prescricional, sob esse entendimento, seria a data da auditoria realizada pela SecexEstatais, ocorrida em julho de 2012 e que, portanto, o processo estaria prescrito.

81. Compulsando-se os autos verifica-se que esse entendimento, assim como os demais marcos iniciais sugeridos pelas defesas apresentadas não merecem prosperar. Especificamente sobre o argumento levantado pela SHI, importa consignar que a auditoria realizada pela SecexEstatais em 2012 não pode ser considerada como marco inicial para contagem do prazo prescricional nos termos do 4º, IV, da Resolução TCU 344/2022. Isso porque a irregularidade aqui tratada não fora identificada naquela auditoria e dificilmente o seria, haja vista a ocultação dos pagamentos de propina ocorridos no exterior e as próprias limitações investigativas inerentes ao exercício do Controle Externo. Por certo, o TCU não tem o poder e os mecanismos de investigação de que dispõe o Ministério Público ou a Polícia Federal, não podendo seu poder/dever constitucional de

buscar a reparação ao erário ser cerceado. O fato de ter havido uma auditoria anterior não pode servir de subterfúgio para que as ilicitudes posteriormente descobertas fiquem impunes.

82. O TCU somente teve conhecimento dos ilícitos praticados por ocasião, em grande medida, da deflagração da Operação Lava Jato e, no caso específico, pelo Relatório da Comissão Interna de Apuração (CIA) da Petrobras em 2015, sendo esse o marco inicial para início da contagem do prazo prescricional ou mesmo a data da cessação dos pagamentos irregulares, como destacado anteriormente. Em que pese a ausência de mecanismos de investigação mais sofisticados para identificação de tais ilícitos, não pode o TCU se furtar de apurar o dano ao erário se tais elementos estão presentes nos autos, em forma documental, tal como preconizado pelo Regimento. Portanto, não pode prosperar a alegação de que a auditoria realizada em 2012 seria o marco inicial para apuração do ilícito aqui tratado.

83. Acerca da interrupção do prazo prescricional, há ainda que se mencionar as seguintes causas interruptivas da prescrição estabelecidas na Resolução TCU 344/2022, quais sejam:

Art. 5º A prescrição se interrompe:

I - pela notificação, oitiva, citação ou audiência do responsável, inclusive por edital;

II - por qualquer ato inequívoco de apuração do fato;

III - por qualquer ato inequívoco de tentativa de solução conciliatória;

IV - pela decisão condenatória recorrível."

(...)

Art. 6º Aproveitam-se as causas interruptivas ocorridas em processo diverso, quando se tratar de fato coincidente ou que esteja na linha de desdobramento causal da irregularidade ou do dano em apuração. (grifou-se)

84. Sobre isso, conforme decidido em precedentes do STF, a exemplo dos MS 35.430-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes; MS 35.208-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli; MS 36.905-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Roberto Barroso; MS 37.913-AgR, 1ª Turma, Rel.ª Min.ª Rosa Weber; e MS 38.232-AgR, 1ª Turma, Rel.ª Min.ª Rosa Weber, 1ª Turma: o efeito interruptivo da prescrição decorrente da apuração do fato pela Administração Pública, descrito no art. 2º, II, da Lei 9873/1999, os atos interruptivos prescindem de notificação, cientificação ou citação dos investigados, ocorrendo tão somente com o desaparecimento da inércia do Poder Público em investigar determinado fato.

85. Acerca da alegação feita pela SHI no sentido de que seria impossível interromper o prazo prescricional antes que o responsável tome conhecimento das apurações em curso no TCU, insta consignar que no âmbito desta Corte, o Acórdão 2.219/2023-2ª Câmara (Relatoria do Exmo. Min. Jhonatan de Jesus) destacou em seu sumário que o ato inequívoco de apuração dos fatos (art. 5º, inciso II, da Resolução TCU 344/2022) constitui causa objetiva de interrupção do prazo prescricional, que atinge todos os possíveis responsáveis indistintamente, pois possui natureza geral, de sorte a possibilitar a identificação dos responsáveis. Contudo, a oitiva, a notificação, a citação ou a audiência (art. 5º, inciso I, do mencionado normativo) constituem causas de interrupção de natureza pessoal, com efeitos somente em relação ao responsável destinatário da comunicação do TCU.

86. Ainda nesse contexto, cumpre também registrar que a alegação de que a interrupção somente poderia ocorrer uma única vez também não merece ser acolhida em face a inexistência de tal limitação no atual arcabouço jurídico do TCU.

87. Não se identifica no corpo da legislação qualquer norma restritiva que imponha a interrupção do prazo prescricional em apenas uma única ocasião. No que tange aos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) citados pelos requerentes, é importante destacar que estes se referem a interpretações relacionadas ao artigo 202 do Código Civil, que aborda primordialmente relações de âmbito privado, ou aos artigos 1º e 9º do Decreto 20.910/1932, que discorrem sobre o prazo prescricional em benefício, e não em detrimento, da Fazenda Pública.

88. Sobre o assunto, vale ainda destacar o recente enunciado de jurisprudência extraído do Acórdão 12018/2023-TCU-Primeira Câmara, relatoria do Exmo. Ministro Jorge Oliveira que assevera:

A prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU pode ser interrompida mais de uma vez por causa que, por sua natureza, seja repetível no curso do processo (art. 5º, § 1º, da Resolução TCU 344/2022), regra que encontra amparo no art. 2º, inciso II, da Lei 9.873/1999, pois não há no texto da lei qualquer restrição a impor a interrupção da prescrição em apenas uma única oportunidade.

89. Refutados todos os argumentos apresentados, verifica-se, nesse contexto, que a prescrição foi interrompida em 6/12/2017 (Quadro 5 acima), por meio do Acórdão 2.724/2017-TCU-Plenário (Rel. Min. Aroldo Cedraz), determinando à então SecexEstatais que autuassem processos apartados, um para cada relatório das Comissões Internas de Apuração (CIA) constituídas pela Petrobras, evento este ocorrido antes, portanto, do transcurso do prazo quinquenal, contado a partir tanto da data do último pagamento (14/9/2016) ou do Relatório Comissão Interna de Apuração (CIA) instituída pelo Documento Interno Petrobras (DIP) E&P-INTER 290/201, de 21/10/2015. Mediante o aludido Acórdão foi determinada atuação do TCU que se amolda à hipótese prevista no inciso II do art. 5º da Resolução TCU 344/2022, qual seja, a instauração de processo apartado de Representação (TC 004.995/2018-0) para o aprofundamento das questões suscitadas nos relatório das Comissões Internas de Apuração (CIA); e

90. Cabe ainda avaliar a aplicação do art. 8º da referida norma interna do TCU, que trata da prescrição intercorrente, que assim disciplina o assunto:

Art. 8º Incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, sem prejuízo da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§ 1º A prescrição intercorrente interrompe-se por qualquer ato que evidencie o andamento regular do processo, excetuando-se pedido e concessão de vista dos autos, emissão de certidões, prestação de informações, juntada de procuração ou subestabelecimento e outros atos que não interfiram de modo relevante no curso das apurações.

§ 2º As causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição principal também impedem, suspendem ou interrompem a prescrição intercorrente.

91. Recentemente, o TCU firmou entendimento sobre marco inicial para contagem do prazo da prescrição intercorrente no Acórdão 534/2023-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler. O órgão máximo desta Corte de Contas considerou que a contagem do prazo da prescrição intercorrente inicia-se a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, ou seja, a prática do primeiro ato inequívoco de apuração do fato.

92. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é firme no sentido de que incide a prescrição intercorrente quando o procedimento administrativo instaurado para apurar o fato passível de punição permanece paralisado por mais de três anos, nos termos do artigo 1º, §1º da Lei 9.873/1999. Todavia, interrompe a prescrição a prática de qualquer ato para o impulsionamento do feito, tendente a apurar a infração. Precedentes" (STJ – Agravo Interno no Recurso Especial – AgInt no REsp 1.938.680/RJ – 1ª Turma – Relator: Exmo. Ministro Benedito Gonçalves – 14/3/2022).

93. No caso sob exame, verifica-se que NÃO ocorreu a prescrição intercorrente. O primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária (comum) se deu com a prolação do Acórdão 2.724/2017-TCU-Plenário, datado de 6/12/2017, que determinou a instauração de Processos de Representação apartados para o aprofundamento das questões suscitadas no relatório da Comissão Interna de Apuração da Petrobras. No âmbito do TC 004.995/2018-0, a prescrição intercorrente foi interrompida mediante com a elaboração da Instrução da Unidade Técnica acostada à peça 21 daqueles autos datada de 20/2/2019, por meio da qual realizou-se diligência à Petrobras para obtenção de documentos e informações complementares.

94. Com efeito, ao se analisar o termo inicial da contagem do prazo de prescrição, bem como a sequência de eventos processuais indicados no Quadro 5, os quais têm o condão de interromper a fluência do prazo prescricional, nos termos do art. 5º da Resolução TCU 344/2022, conclui-se que NÃO houve o transcurso do prazo de cinco anos relativamente à prescrição ordinária, bem como NÃO ocorreu a prescrição intercorrente de três anos prevista no art. 8º do referido normativo do TCU.

95. Assim, diante do exposto, por qualquer critério que seja adotado por este Tribunal, não haveria alteração da conclusão pela inocorrência de prescrição nestes autos, de modo que as alegações de defesa dos responsáveis devem ser rejeitadas.

96. Cabe por fim ainda ressaltar que, na eventualidade desta Corte de Contas entender estarem prescritos os ilícitos aqui tratados, ainda assim haveria possibilidade de prosseguimento do processo em face do disposto no art. 12 da Resolução TCU 344/2022 que dispõe:

Art. 12. O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória, a despeito de obstar a imposição de sanção e de reparação do dano, não impede o julgamento das contas, a adoção de determinações, recomendações ou outras providências motivadas por esses fatos, destinadas a reorientar a atuação administrativa.

Parágrafo único. O julgamento das contas na hipótese do caput deste artigo somente ocorrerá quando o colegiado competente reconhecer a relevância da matéria tratada, a materialidade exceder em 100 vezes o valor mínimo para a instauração de Tomada de Contas Especial e já tiver sido realizada a citação ou audiência.

III.2. RECONHECIMENTO DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA, COLABORAÇÃO PREMIADA E ARGUMENTOS CORRELATOS

97. Os responsáveis chamados aos autos apresentaram questões relacionadas ao reconhecimento dos Acordos de Leniência e Colaboração Premiada relativos aos fatos apurados nesta TCE. Por ter repercussão geral sobre todos os responsáveis arrolados nestes autos, a análise das alegações de defesa que abordam esta temática serão sintetizadas e analisadas conjuntamente para fins de organização.

98. Dessa forma, a síntese e análise das questões atinentes a esse ponto foram agrupados por similaridade e tratadas conjuntamente, sempre quando possível, sem deixar de tratar os argumentos específicos apresentados individualmente.

III.2.1. Responsável: Eduardo Costa Vaz Musa (peça 59)

99. A defesa inicia com um histórico processual, destacando pontos de interesse que serão abordados posteriormente. Em seguida, argumenta, em sede preliminar, que deve ser reconhecida a condição do requerido como colaborador da justiça. Isso porque as imputações colacionadas pela unidade técnica do TCU baseiam-se nos relatórios da CIA da Petrobras, os quais, por sua vez, utilizaram as declarações feitas pelo próprio defendente em seu Acordo de Colaboração Premiada. (p. 1-6).

100. Destacando a colaboração do Sr. Eduardo Costa Vaz Musa com a "Operação Lava Jato" através do Acordo de Colaboração Premiada, entende que suas declarações teriam exposto ilícitos nas contratações da Petrobras, expandindo as investigações e aumentando a possibilidade de recuperação de valores, com efeito o responsável teria contribuído sobremaneira para o esclarecimento dos fatos, bem como para a produção de provas (p. 6-7).

101. Sustenta ainda a defesa que o TCU deve aderir ao Acordo de Colaboração Premiada, pois se beneficia das provas produzidas pelo colaborador. Sem essa adesão, esta Corte não poderia utilizar as informações constantes daquela colaboração, selecionando apenas os elementos de seu interesse e desconsiderando as cláusulas favoráveis ao colaborador (p. 7-8).

102. Ressaltando o compromisso do requerente em divulgar integralmente seu conhecimento sobre as irregularidades envolvendo a Petrobras, a defesa informa que o requerente teria restituído integralmente todos os valores recebidos irregularmente, bem como teria arcado com o pagamento de multa compensatória cível. Com efeito, entende que o requerente deve ser tratado como colaborador perante o TCU tal como ocorrido no âmbito do TC 024.181/2015-3, conforme trecho do Despacho exarado pelo Ministro André Luis de Carvalho, nos autos daquele processo (p. 8-14).

103. Por fim, os advogados do Sr. Eduardo Musa solicitam que o Tribunal de Contas da União reconheça sua condição de colaborador e, em virtude disso, não aplique qualquer penalidade (p. 14-15).

III.2.2. Responsável: Hamylton Pinheiro Padilha Junior (peça 67)

104. O responsável defende a impossibilidade de aplicação de qualquer sanção pelo TCU no âmbito deste processo, isso porque celebrou acordo de colaboração premiada em 2015 com Ministério Público Federal (MPF) e já teria ressarcido o eventual dano ao erário, tendo realizado o pagamento de R\$ 70 milhões até janeiro de 2016 (p. 13-15).

105. A defesa destaca que o responsável já ressarciu integralmente o valor acordado de R\$ 70 milhões ao erário como parte do acordo de colaboração. Argumenta que o TCU deve respeitar os termos desse acordo e que qualquer sanção adicional seria injusta e desproporcional (p. 3-4).

106. Ademais, os defensores do Sr. Padilha Junior sustentam que outros implicados neste processo efetuaram o ressarcimento à Petrobras. Defendem, portanto, a compensação de qualquer montante futuro de ressarcimento com o valor anteriormente quitado. Argumentam, ainda, que a persistência do processo culminaria em uma duplicidade de cobrança referente aos danos já reparados (p. 5-6).

107. Rogam ainda, em suposta conformidade com os termos do acordo de colaboração, que o TCU considere a boa-fé do responsável e o exclua do processo em tela (p. 7-8).

108. Destacando novamente ter o responsável devolvido mais de R\$ 70 milhões aos cofres públicos e invocando os princípios da segurança jurídica, interesse público e legítima confiança no Estado, aduz a defesa que nenhuma sanção ou obrigação de ressarcir o dano poderia ser aplicada nesse momento (p. 15-18).

109. Afere, nesse sentido, que no presente processo o TCU se vale de elementos de prova extraídos dos acordos de colaboração celebrados e que, portanto, conforme a jurisprudência dessa própria Corte e entendimento do STF, devem observados todos os termos e limites dos acordos, de maneira que a imputação de responsabilidade pelo débito apurado ou qualquer outra sanção a cargo desta Corte não poderia prosperar (p. 18- 23).

110. Nessa linha, novamente citando jurisprudência desta Corte, julgados da justiça federal e posicionamento do próprio MPF, alude que o TCU deve respeitar integralmente os termos do Acordo de Colaboração firmado pelo defendente a fim de garantir a admissibilidade do seu próprio depoimento como prova neste processo, uma vez que o não cumprimento dessas condições comprometeria a validade do relato como elemento probatório destes autos (p. 23- 27).

111. Ainda que o TCU não respeite o acordo de colaboração celebrado, entende que nenhuma sanção poderia ser-lhe imposta uma vez que, consoante o entendimento do próprio TCU, extraído do Acórdão 2677/2018, relatoria do Ministro Benjamin Zymler, esta Corte pode deixar de aplicar sanção aos responsáveis que confessem espontaneamente os fatos investigados, apresentem documentos que corroborem suas declarações e paguem o valor integral da indenização imposta, requisitos esses todos, supostamente, atendidos pelo defendente (p. 27-29).

112. Reafirma a defesa que o defendente ressarciu integralmente todos os eventuais danos causados por sua conduta, acrescenta que outros responsáveis também o fizeram, dentre eles a Samsung Heavy Industries, o que inviabilizaria a imposição de uma nova obrigação de ressarcimento aos acusados e pontua, por fim, que o valor eventualmente pago pelos responsáveis no âmbito desse processo deve ser compensado (p. 29-36).

113. Expõe, caso não afastado o débito pelos argumentos anteriormente apresentados, que o procedimento adotado pelo TCU, consoante o entendimento extraído dos Acórdãos 2688/2020 e 2677/2018-TCU-Plenário, seja o de cobrar a dívida primeiramente daqueles responsáveis que não são colaboradores (p. 36-37).

114. Finaliza e aludida peça de defesa reiterando os pedidos e argumentos acima expostos, solicitando, em última análise, o arquivamento do presente processo (p. 37-38).

III.2.3. Responsável: Demarco Jorge Epifânio (peça 85)

115. Sustenta a defesa que a TCE deveria ser extinta, pois eventuais prejuízos à Petrobras já foram ressarcidos pelos Acordos de Leniência e de Colaboração Premiada firmados pelos demais

réus. Assim, entende que um ressarcimento adicional pelo requerido resultaria em enriquecimento indevido da Petrobras (p. 95-96).

III.2.4. Responsável: Nestor Cuñat Cerveró (peça 123)

116. A aludida peça de defesa apresenta um detalhado histórico dos eventos que antecederam a citação do responsável, visando estabelecer um panorama temporal dos fatos que culminaram no processo em tela (p. 1-5).

117. Em sede preliminar, a defesa do responsável informa que ele firmou voluntariamente um Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria-Geral da República, com posterior homologação pelo STF. Acrescenta que o defendente tem cumprido as cláusulas contratuais, inclusive devolvendo valores e esclarecendo fatos sempre que requisitado. Assim, a defesa contesta o uso, na presente Tomada de Contas Especial, dos fatos narrados pelo defendente em seu acordo de colaboração, uma vez que, no seu entender, as provas derivadas daquela colaboração não deveriam ser usadas para punições além das já acordadas, sendo esse, inclusive, o entendimento exarado pela própria Procuradoria-Geral da República, conforme trecho do Parecer transcrito. Com efeito, reafirma que o acordo deve ser respeitado, garantindo a segurança jurídica e a proteção da confiança para aqueles que desejem colaborar com a justiça (p. 5-10).

118. Finaliza a peça de defesa reforçando os pedidos preliminares de reconhecimento da condição de colaborador e de suas garantias, bem como o direito a produção de provas e, no mérito, que seja reconhecida a prescrição (p. 20-21).

III.2.5. Responsável: Pride International / Ensko International Ltd (peça 153)

119. Após apresentação de breve histórico processual, a Ensko International Ltd. solicita ao Tribunal de Contas da União a suspensão de todos os prazos processuais relacionados ao processo em tela, argumentando que a Samsung Heavy Industries (SHI), uma das responsáveis solidárias pelos supostos danos, teria firmado Acordo de Leniência com a Advocacia-Geral da União (AGU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF) para pagamento integral dos danos causados à Petrobras (p. 1-3).

120. Valendo-se de trechos de votos proferidos em processos do próprio TCU, reforça o pedido acima, sustentando a inexistência de justificativas para a continuidade do processo, que sobrecarregará os supostos responsáveis e utilizará recursos públicos na recuperação de valores já ressarcidos, o que seria contrário ao princípio da eficiência administrativa (p. 3).

121. Portanto, a Ensko solicita a suspensão do processo para evitar a duplicidade de pagamentos e a utilização desnecessária de recursos públicos, alegando que a continuação do processo poderia resultar em uma cobrança dupla dos danos já ressarcidos pela SHI (p. 3-4).

III.2.5.1. Responsável: Pride International / Ensko International Ltd (peça 163)

122. Com auxílio doutrinário, julgados do STF e entendimentos do próprio TCU em relação aos acordos de leniência, argumenta a defesa que o processo deve ser suspenso em função da vedação ao *bis in idem*, bem assim pela ineficiência administrativa decorrente do seu prosseguimento. Sugere que o TCU verifique primeiro os termos das decisões ou acordos e a quitação dos valores devidos. Após isso, o processo poderia ser arquivado ou os responsáveis cobrados apenas pelo valor remanescente do débito. A defesa ressalta ainda que qualquer outra ação seria contraproducente e onerosa para as partes, o próprio Tribunal e outras entidades a exemplo da Advocacia-Geral da União ou os órgãos de assessoramento jurídico (p. 21-31).

123. Em relação à responsabilidade solidária, ressalta novamente a defesa que a SHI já ressarciu integralmente os valores estabelecidos no acordo de leniência, direcionando-os à Petrobras. Argumenta, assim, que o TCU carece de embasamento para exigir dos demais corresponsáveis o pagamento, uma vez que a obrigação foi devidamente cumprida pela SHI. Portanto, sustenta que o processo perdeu sua pertinência, devendo ser arquivado para evitar uma medida administrativo-processual ineficaz e desnecessariamente onerosa às partes (p. 31-32).

124. Referindo-se a decisões do TRF e do próprio TCU, a defesa enfatiza que esta Corte deve respeitar integralmente os termos dos acordos de colaboração, seguindo a corrente jurídica predominante. Solicita, subsidiariamente, que, caso o TCU mantenha divergência em relação aos valores a serem ressarcidos, que seja considerado o abatimento/compensação administrativa, limitando eventual condenação à diferença entre os valores apurados (p. 32-34).

III.2.5.2. Pride International / Ensko International Ltd (peça 201)

125. Alude a defesa que não deve ser considerada a concessão do benefício de ordem solicitada pela SHI, conforme pedido inserto na defesa apresentada por aquela empresa. Isso porque, ainda que o TCU decida pela existência de dano a ser ressarcido, tal fato não atingiria a Ensko, pois não praticou nenhuma conduta ilegal. Alega, assim, que a continuação do processo resultaria em uma cobrança dupla dos danos já ressarcidos (p. 6-7).

III.2.6 Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 145)

126. A Samsung Heavy Industries Co. Ltd. (SHI), por meio de seus advogados argumenta que não recebeu nenhuma correspondência ou carta rogatória para sua intimação, citação, manifestação ou notificação por parte do Tribunal de Contas da União em sua sede no exterior, apresentando um resumo cronológico do processo, sem conteúdo argumentativo (p. 1-3).

127. Em seguida, a SHI menciona que celebrou um acordo de leniência com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU), cujos detalhes são publicamente acessíveis, argumentando que este acordo deve ser levado em consideração no processo (p. 4-6).

128. Além disso, a empresa solicita acesso aos autos, com o objetivo de garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório (p. 7-9).

129. Por fim, a SHI pede que todas as intimações relativas ao TCE sejam encaminhadas aos seus advogados, garantindo assim que todas as informações relevantes sejam devidamente recebidas e analisadas (p. 10-12).

III.2.6.1.Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 185)

130. A aludida peça é uma solicitação feita pelos advogados da Samsung Heavy Industries Co. Ltd. (SHI) para a suspensão imediata da apuração de sua responsabilidade nesta TCE (p. 1-2).

131. A defesa da SHI argumenta que a empresa já celebrou um Acordo de Leniência com a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público Federal (MPF), no qual concordou em pagar R\$ 811.786.743,49. Alega que os fatos investigados na TCE são os mesmos que foram objeto do acordo de leniência e, portanto, a apuração deveria ser suspensa para evitar a dupla penalização (p. 3-5).

132. A SHI solicita que as instituições que celebraram o acordo sejam intimadas a se manifestar sobre a TCE. Argumenta que a manifestação dessas instituições é crucial para garantir a justiça e a eficiência do processo (p. 6-7).

133. Complementa os argumentos invocando o princípio da vedação ao *bis in idem* e roga pela análise da suficiência dos valores já pagos, isso porque há processo de acompanhamento do aludido acordo de leniência no próprio TCU, qual seja, o TC 008.304/2022-0 o qual ainda não teria sido apreciado. Nesse ponto também acrescenta que, na eventualidade de o TCU entender que os valores já pagos não seriam suficientes, que lhe seja concedido o benefício de ordem, justamente pela celebração do aludido acordo de leniência.

134. Reforça o argumento central, qual seja, de suspensão do processo, aduzindo que a análise da adequação dos valores já pagos no âmbito do acordo de leniência é imprescindível ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, Acrescenta que a suspensão não acarretaria qualquer prejuízo ao processo ou ao TCU e finaliza a peça reiterando os pedidos de cientificação dos órgãos que celebraram o supracitado acordo, bem como a suspensão do processo até que o TCU se pronuncie acerca da adequação dos valores já ressarcidos.

III.2.6.2.Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 195)

135. A defesa inicia com uma síntese dos eventos precedentes à citação. Inferências e destaques são incluídos para futura exploração ao longo da peça. É ressaltado que a Samsung Heavy Industries Co. Ltd. (SHI) não foi devidamente intimada da instauração desta TCE nem citada para apresentar defesa. Conclui a breve síntese reiterando a boa-fé da SHI e sua cooperação contínua com as autoridades brasileiras de controle (p. 1-2).

136. Adicionalmente, expõe, também de maneira resumida, as premissas e argumentos centrais norteadores da aludida peça defensiva.

137. Nesse contexto, a defesa da SHI informa que empresa celebrou acordos de leniência com a Advocacia-Geral da União (AGU), Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF) comprometendo-se e pagando um montante total de R\$ 811.786.743,49 (peça 187) fins de reparar os danos causados (p. 3).

138. Pontua que protocolou uma petição (peça 185) solicitando a suspensão deste processo, pois identificou que as condutas objeto da presente Tomada de Contas Especial estão relacionadas às condutas relatadas e tratadas no âmbito dos acordos de leniência. No entanto, devido à ausência de pronunciamento sobre o pedido de suspensão até a presente data, a SHI reitera o pedido de suspensão da TCE e apresenta suas alegações de defesa (p. 3-4).

139. Entende, nesse sentido que a unidade técnica não considerou os Acordos de Leniência, levando a uma conclusão equivocada sobre a responsabilidade da SHI e o cálculo dos danos, não havendo, no seu entender, a demonstração denexo causal entre a conduta da SHI e a ocorrência de dano. Reforça o argumento, aduzindo que a Petrobras continuou a adquirir navios-sonda de águas profundas por muitos anos após a construção dos navios Petrobras 10.000 e DS-5, indicando que os contratos foram altamente lucrativos e úteis (p. 4).

140. Quanto às questões preliminares, inicia destacando a tempestividade das alegações de defesa ora em análise (p. 5).

141. Contestando as premissas da responsabilização, passa a defesa a replicar partes do acordo de leniência firmado, enfatizando a alegada efetividade da colaboração da SHI. Argumenta, nesse sentido, que a reparação dos danos ao Erário, decorrentes das condutas abordadas nesta TCE, já foi completamente realizada por meio do referido Acordo. Afirma que, se considerados os acordos da SHI, a unidade técnica concluiria pela falta de interesse processual desta Corte em prosseguir com o processo em relação à empresa (p. 5-6).

142. A defesa reitera os pedidos apresentados na peça 185, ou seja, reafirma que o TCU deve reconhecer o Acordo de Leniência, deve intimar as entidades celebrantes para se manifestarem nesses autos, bem como deveria suspender o presente processo até que decida sobre a suficiência do acordo ou ainda conceda os benefícios de colaborador caso entenda que o acordo não é suficiente para cobrir o dano. Com efeito, argumenta ser essencial a análise das informações e efeitos dos Acordos de Leniência para apurar a responsabilização da SHI, sob risco de nulidade do processo e graves prejuízos à empresa. Reforça a argumentação, citando o compromisso assumido pelo TCU mediante o ACT 01/2020, conforme trechos replicados na peça defensiva. Destaca ainda, nesse sentido, a ausência de conclusão dos autos TC 008.304/2022-0, que monitora os Acordos de Leniência da SHI. Conclui o tópico citando o quinto princípio do ACT 01/2020, ressaltando que a Instrução Inicial desta TCE não apresenta fatos e circunstâncias diferentes dos abrangidos nos Acordos e, portanto, não haveria necessidade de ressarcimentos adicionais (p. 7-8).

143. Com esteio em jurisprudência do STF, argumenta que enquanto o TCU não reconhecer integralmente os efeitos dos Acordos AGU/CGU e MPF e sua aplicabilidade ao caso em questão, a SHI fica impossibilitada de exercer plenamente seu direito de defesa. Isso se dá pelo fato de que a empresa renunciou a parte de seus direitos constitucionais e produziu provas com vista a firmar aludido acordo, acreditando na concessão e manutenção dos benefícios e proteções conferidos à empresa por ocasião da celebração do pacto. Assim, roga para que o TCU respeite o acordo em sua totalidade (p. 16- 17).

144. No mérito, enfatiza que os Acordos firmados com CGU/AGU e MPF não comprometem as competências do TCU. No entanto, argumenta que o exercício dessas

competências não pode desrespeitar os benefícios e proteções concedidos. Afirma que o reconhecimento das condutas imputadas à SHI decorre dos compromissos assumidos nos Acordos celebrados. Com efeito, espera que o TCU aplique todos os benefícios e proteções acordados. Quanto ao ressarcimento, a defesa esclarece, com auxílio doutrinário, que a quantificação realizada nos Acordos seguiu a metodologia conservadora, adotada pelas instituições celebrantes, as quais assumiram o compromisso de não adotarem medidas sancionatórias ou indenizatórias adicionais (p. 18- 21).

145. De igual modo, retoma os argumentos atinentes ao reconhecimento da condição de colaboradora, de forma que, na eventualidade deste TCU considerar a SHI responsável por danos referentes à operação dos navios (ociosidade), que seja concedido à empresa o benefício de ordem, o reconhecimento da boa-fé e a possibilidade de abatimento dos valores já pagos em razão dos Acordos e outras formas de colaboração. A defesa informa ainda que a SHI, em sede de arbitragem internacional, pagou uma indenização à Pride/Enasco no valor de US\$ 200 milhões em relação à transação DS-5, sendo que parte desse valor (US\$152 milhões) representariam o valor que a Petrobras deveria ter pago à Pride/Enasco em razão da rescisão do contrato DS-5 DSC (p. 39- 41).

146. Finaliza a peça defensiva rogando que o TCU se pronuncie acerca da suspensão do processo, bem como da intimação das Instituições Celebrantes dos Acordos de Leniência. Solicita ainda que esta Corte decrete a extinção do processo com base nos argumentos apresentados ou, alternativamente, que seja declarada a inexigibilidade do débito e ainda que seja reconhecida a condição de colaboradora da SHI, sendo-lhe concedida os benefícios decorrentes dessa condição (p. 41- 43).

III.2.6.3 Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 204)

147. Os mesmos argumentos em relação ao reconhecimento dos Acordos de Leniência celebrados, concessão de benefícios de colaborador e o próprio pedido de suspensão do processo, são retomados pela defesa, conforme consta da peça 204, recepcionada como Alegações de defesa no presente processo (p. 1-3 e 11-13).

148. De igual modo o argumento relativo ao suposto benefício indireto proporcionado pela SHI à Petrobras como resultado da sentença arbitral contra a Pride/ENSCO é retomado na peça supracitada (p. 11).

149. Com efeito, por economia processual, entende-se que não cabe replicar aqui os mesmos argumentos.

Análise dos argumentos referentes ao reconhecimento dos acordos de leniência, colaboração premiada e argumentos correlatos

150. A partir da leitura das peças de defesa apresentadas, pode-se constatar que seu cerne consiste no argumento de que o TCU deve reconhecer a condição de colaborador dos responsáveis (pessoas físicas e jurídica) e, a partir desse reconhecimento, conceder os benefícios de colaborador.

151. Argumentam as defesas que o TCU deve aderir aos acordos, uma vez que se beneficia das provas produzidas no âmbito daqueles. Alegam que, sem essa adesão, o TCU não poderia utilizar as informações provenientes das colaborações a que teve acesso.

152. Aludem também que os requerentes já restituíram integralmente todos os valores recebidos de forma irregular, pagaram a multa compensatória cível e teriam reparado todo e qualquer dano causado ao erário.

153. A defesa do Sr. Hamylton Pinheiro Padilha Junior acrescenta que mesmo que o TCU não reconheça o acordo de colaboração, a nenhuma sanção poderia ser-lhe imposta, pois esta Corte poderia deixar de aplicar sanção aos responsáveis que confessem espontaneamente os fatos investigados, apresentem documentos, nos termos do Acórdão 2677/2018-TCU-Plenário.

154. Outro ponto suscitado pelas defesas dos responsáveis diz respeito à concessão do chamado benefício de ordem, por meio do qual o TCU deve exigir eventual valor, primeiramente, daqueles responsáveis que não são colaboradores.

155. Além disso, as defesas da SHI e da EnSCO solicitam a suspensão do processo até que o TCU aprecie de maneira detida o acordo de leniência da SHI, a qual ainda reforça o pedido sob a alegação de que está impossibilitada de exercer plenamente seu direito de defesa, enquanto o TCU não reconhecer integralmente os efeitos dos Acordos AGU/CGU e MPF, bem como sua aplicabilidade ao caso em questão.

156. Por fim, ainda nesse enfoque, a Samsung Heavy Industries (SHI) solicita que o TCU intime as Instituições celebrantes do seu Acordo de Leniência, quais sejam AGU, CGU e MPF para que se manifestem em relação às apurações em curso nesse processo.

157. Ante aos argumentos expostos, torna-se imprescindível, como questão preliminar à análise, elucidar o panorama contemporâneo, isto é, as decisões recentes proferidas pelo TCU no que tange ao reconhecimento da condição de colaborador. Tal explanação é crucial para a compreensão do contexto jurídico atual e para a avaliação adequada das alegações apresentadas.

158. Em relação ao afastamento das possíveis sanções no âmbito do TCU, cabe salientar que este Tribunal vem adotando o entendimento pela suspensão da aplicação de penalidades aos colaboradores, desde que cumpram o acordo firmado com as instituições celebrantes. Conforme consubstanciado no voto do condutor do Acórdão 2.619/2019-TCU-Plenário, relatoria do Ministro Benjamin Zymler, esta Corte de Contas afirmou, por intermédio de seu presidente à época, que concederia os seguintes benefícios aos colaboradores, consoante o Aviso 864-GP/TCU, em oitiva na petição 5054741-77.2015.4.04.7000/PR:

a) benefício de ordem na cobrança da dívida nas TCE em que empresas colaboradoras respondam solidariamente pelo débito junto a outras empresas;

b) reconhecimento da boa-fé, com seus naturais efeitos de extinção dos juros de mora sobre o montante da dívida (RITCU, art. 202);

c) ressarcimento da dívida mediante parcelamento delineado de forma a respeitar a capacidade real de pagamento das empresas (*ability to pay*) a qual deverá ser atestada mediante procedimento analítico efetuado por agentes independentes de notório renome internacional;

d) abatimento, em cada uma das primeiras parcelas da dívida, dos valores já antecipados no âmbito do acordo celebrado pelo MPF, os quais passam a funcionar como um fundo reparador, providências que acarretarão diferimento do início do recolhimento do débito; e

e) supressão da multa proporcional ao débito, a qual, de outra forma, poderia alcançar 100% do valor atualizado do débito (LOTUCU, art. 37).

159. Nesse sentido, vale ressaltar que o reconhecimento da condição de colaborador não suspende ou extingue o processo de apuração. Com efeito, vale aqui replicar o elucidativo Acórdão 1.279/2020-TCU-Plenário, relatoria do Exmo. Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, que suspendeu a execução das medidas em relação ao responsável por ocasião do reconhecimento da condição de colaborador, *in verbis*:

9.2. **rejeitar as razões de justificativa apresentadas** por José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho, sem prejuízo de assinalar a revelia de Renato de Souza Duque, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.3. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Renato de Souza Duque, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU, e, assim, inabilitar os aludidos responsáveis para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança pelo período de 8 (oito) anos na administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.4. **considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas** por Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU, em face da eventual possibilidade de inabilitar os referidos responsáveis para o

exercício de cargo em comissão e de função de confiança pelo período de 8 (oito) anos na administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU; **suspendendo, todavia, a subseqüente execução dessa medida e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU em favor dos aludidos colaboradores, diante do subjacente respeito aos acordos firmados judicialmente com o Ministério Público Federal;** (grifos acrescidos)

160. Esta Corte de Contas já reconheceu a importância dos acordos celebrados entre empresas infratoras e outros órgãos do Estado, a exemplo do Acórdão 483/2017-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro Bruno Dantas, que sobrestou a decretação de inidoneidade de empresas lenientes junto ao Ministério Público Federal (MPF). Também pode-se citar o Acórdão 1214/2018-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler, que deixou de aplicar sanção de inidoneidade a uma empresa frente à utilidade e à eficácia das informações trazidas por elas nos processos.

161. Em outra recente decisão, desta feita nos autos do TC 006.768/2020-2, de relatoria do Exmo. Ministro Vital do Rêgo, foi prolatado o Acórdão 234/2023-TCU-Plenário, sobrestando a apreciação de mérito e suspendendo a prescrição da pretensão punitiva relativamente aos fatos atinentes àquele processo, até que houvesse manifestação dos órgãos signatários do acordo de colaboração.

162. Como se observa, a celebração de acordos não acarreta a extinção do processo, bem como não afasta o dever de ressarcir os danos causados, tal como destacado alhures, ainda que regularmente celebrado os acordos de colaboração pelo responsável. A assinatura dos acordos não gera a quitação integral do dever de ressarcir os danos causados ao erário, caso o valor do dano apurado por este Tribunal ultrapasse o valor total pactuado nos acordos.

163. Ainda acerca do reconhecimento da condição de colaborador, saliente-se que pode o TCU utilizar as provas produzidas no âmbito daqueles acordos para promover a citação dos responsáveis, inclusive em situações em que o acordo contenha vedação ao compartilhamento de provas, tal como elucidado no enunciado de jurisprudência, Acórdão 1411/2017-TCU-Plenário, relatoria do Exmo. Ministro Augusto Sherman que assevera:

A celebração de acordos de colaboração premiada (Lei 12.850/2013), ainda que contenham cláusula de vedação ao compartilhamento de provas neles produzidas para utilização nas esferas cível e administrativa em prejuízo do colaborador, não afasta as competências constitucionais e legais do TCU e, portanto, não impede que o Tribunal proceda à citação do colaborador, com fundamento em tais provas, para que responda por eventuais danos causados ao erário.

164. Além disso, insta consignar que os benefícios concedidos pelo TCU e a própria adesão do TCU aos acordos celebrados dependem da aferição de efetiva contribuição para o aprofundamento das investigações das irregularidades tratadas, ou seja, para usufruir dos benéficos, as informações e documentos apresentados pelos colaboradores devem promover a denominada alavancagem investigativa.

165. Nesse sentido é o enunciado de jurisprudência constante do Acórdão 563/2021-TCU-Plenário, relatoria do Exmo. Ministro Vital do Rêgo, que leciona:

Para que o TCU decida se há conveniência e oportunidade em aderir a acordo de colaboração premiada, ao menos quatro questões devem ser consideradas: i) similitude entre os fatos tratados no acordo e aqueles submetidos à apreciação do Tribunal; ii) robustez do acervo probatório produzido internamente (fonte e provas independentes); iii) grau de alavancagem investigativa advindo de elementos adicionais porventura entregues e iv) estágio processual dos autos e custo de se prolongar a apuração.

166. Outro ponto importante diz respeito à possibilidade de compensação de pagamentos efetuados no âmbito dos acordos celebrados. Inicialmente, a jurisprudência do TCU tem firmado entendimento favorável à possibilidade de compensação de pagamentos efetuados no âmbito de acordos de leniência e de colaboração premiadas, a título de ressarcimento de danos, multas de natureza indenizatória ou confiscos, em face dos valores de débitos imputados pelo TCU contra os

responsáveis colaboradores, desde que configurada a identidade dos fatos gerados e do cofre credor.

167. Nesse sentido, cita-se os Acórdãos 2.677/2018-TCU-Plenário (Relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler), 2.619/2019 (Relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler), 2.688/2020-TCU-Plenário (Relatoria do Exmo. Ministro André de Carvalho) e 422/2022-TCU-Plenário (Relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler).

168. Feita a exposição dos argumentos apresentados pelos responsáveis e o delineamento geral do tema do âmbito deste TCU, passa-se a análise do caso concreto.

169. Rememore-se o Tribunal de Contas da União tem a prerrogativa de aceitar e aderir aos acordos, concedendo os benefícios de colaborador aos responsáveis arrolados em seus processos. No entanto, é crucial ressaltar que essa condição não exime os colaboradores de sua obrigação de ressarcir o dano causado aos cofres públicos. Conforme decisões anteriores desta Corte de Contas, a condição de colaborador pode afastar a imposição de sanções administrativas, mas não o dever de ressarcir.

170. Em linha de similaridade, de igual modo, o argumento suscitado pelo Sr. Hamylton Pinheiro Padilha Junior, no sentido de que o TCU pode deixar de aplicar sanção aos responsáveis que confessem espontaneamente os fatos investigados, conforme o Acórdão 2677/2018-TCU-Plenário, também pode ser aceito, remanescendo a obrigação de ressarcir o dano ao erário.

171. Assim, compulsando-se os autos, verifica-se que os responsáveis, quais sejam, Eduardo Costa Vaz Musa, Hamylton Pinheiro Padilha Junior e Nestor Cunat Cervero firmaram acordo de colaboração premiada. A Samsung Heavy Industries (SHI) celebrou acordo de leniência com as autoridades nacionais e internacionais. Além disso, apesar de não ter comparecido aos autos, observa-se que o Sr. Fernando Antônio Falcão Soares também é signatário de acordo de colaboração premiada.

172. Ainda que não haja avaliação pormenorizada e individual de cada acordo, salvo melhor juízo, evidencia-se que as informações, documentos e ações desenvolvidas pelos responsáveis acima listados contribuíram, em alguma medida, para elucidação dos fatos investigados no presente processo.

173. Evidencia-se, mediante leitura da instrução à peça 4 destes autos, que as conclusões exaradas pela unidade técnica são baseadas nos elementos de prova oriundos dos acordos celebrados pelos responsáveis. As informações apresentadas, aliadas às obtidas por meio das investigações desenvolvidas no âmbito das ações penais, compõem o arcabouço probatório que embasou a citação dos responsáveis, bem como a quantificação do dano.

174. Vale ressaltar que os próprios relatórios de apuração da Comissão Interna de Apuração (CIA) da Petrobras foram impulsionados por delações/colaborações, o que evidencia a relevância das informações fornecidas pelos colaboradores para o avanço das investigações.

175. Nesse sentido, entende-se que o TCU deve reconhecer a aludida alavancagem investigativa no presente caso. Assim, é imperativo que esta Corte reconheça a condição de colaborador dos responsáveis, concedendo-lhes os benefícios inerentes a essa condição, em consonância com o atual entendimento sobre o tema.

176. Com efeito, deve ser reconhecida a condição de colaborador aos Srs, Eduardo Costa Vaz Musa, Hamylton Pinheiro Padilha Junior, Nestor Cuñat Cerveró e Fernando Antônio Falcão Soares, bem como deve ser reconhecida a condição de empresa colaboradora à Samsung Heavy Industries (SHI).

177. Acerca da possibilidade de compensação de pagamentos efetuados no âmbito dos acordos celebrados, tem o TCU decidido que tais pagamentos devem ser considerados. No caso concreto, deve-se ressaltar que os valores pagos pelos colaboradores no âmbito de seus acordos são passíveis de abatimento em fase posterior à condenação em débito, ou seja, é questão afeta à fase de execução do acórdão condenatório do TCU. Naquela futura etapa processual é o momento no qual o colaborador deverá comprovar que o eventual débito imputado foi contemplado nos valores

já pagos, visto que a celebração de acordo de colaboração não afasta o dever de ressarcir os danos causados, como já tratado nessa análise.

178. No entanto, saliente-se que no presente caso já consta dos autos a comprovação de que a Samsung Heavy Industries (SHI) efetuou o pagamento integral dos valores de ressarcimento pactuados no âmbito de seu acordo de leniência, sendo que esta reparação engloba o débito aqui tratado. Destaca-se, para melhor compreensão, o seguinte trecho da peça de defesa da SHI (peça 195, p. 3):

9. Conforme é de conhecimento desta Corte de Contas, não apenas por corresponder a informação pública e mas também por ser evidenciado pelos documentos dos presentes autos, a **SHI celebrou acordos de leniência e de colaboração com Autoridades Brasileiras e Estrangeiras**. No Brasil, foram firmados instrumentos de mesmo teor com (i) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (“AGU”) e CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (“CGU”) (o “Acordo AGU/CGU”) (Doc. 1 e Peça 186); e (ii) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (“MPF”) (o “Acordo MPF”) (Doc. 2 e Peça 71 e Peça 154) (em conjunto os “Acordos de Leniência” ou “Acordos”), ambos de fevereiro de 2021.1 Nos EUA, em novembro de 2019, foi firmado o *Deferred Persecution Agreement* (o “DPA”) com o DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA NORTE AMERICANO (“DoJ”) (Doc. 3).

10. Pelos acordos celebrados com as Autoridades Nacionais, a **SHI se comprometeu a realizar (e realizou) o pagamento do valor total de R\$ 811.786.743,49, sendo (i) R\$ 705.901.516,10 (setecentos e cinco milhões, novecentos e um mil, quinhentos e dezesseis reais e dez centavos) a título de reparação de danos, valores que foram revertidos à Petrobras; e (ii) R\$ 105.885.227,39 (cento e cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos) a título de multa revertida para a União**.

11. As obrigações decorrentes dos acordos celebrados com Autoridades brasileiras, especialmente as **obrigações de pagamento, já foram integralmente adimplidas, conforme inclusive atestado pela CGU por meio de Certidão - Peça 187 dos autos** (“Certidão de Cumprimento”). (grifos acrescidos)

179. Acrescente-se, como já destacado no trecho acima, que a Samsung Heavy Industries (SHI) juntou aos autos cópias dos termos de acordo de leniência celebrado entre a empresa, a Advocacia-Geral da União (“AGU”) e Controladoria Geral da União (CGU), bem como o Acordo firmado com o Ministério Público Federal (MPF), definindo o pagamento no valor total de R\$ R\$ 811.786.743,49. Foi ainda apresentado a certidão, emitida pela Controladoria Geral da União (CGU) que atesta a quitação do débito e discrimina os valores ressarcidos, nos seguintes termos (peça 187):

(...)

3.A RESPONSÁVEL COLABORADORA disponibilizou informações referentes aos seguintes contratos: (i) NAVIO-SONDA PETROBRAS 10.000 (P-10); (ii) NAVIO-SONDA VITORIA 10.000 (V-10); NAVIO-SONDA DS-5, que constituem o escopo do Acordo de Leniência;

(...)

7. Os valores imputados a título de dano presumido (propina) e lucro pretendido foram integralmente destinados à Petrobras, sendo que os valores a título de Multa LIA foram destinados à União;

8. Nos termos da Cláusula 8.1 do Acordo de Leniência, o **valor de US\$ 150.542.753,41 foi convertido para reais na taxa de câmbio do dia 19/02/2021, restando o compromisso de pagamento do valor total de R\$ 811.786.743,49**, correspondendo à taxa de conversão de R\$ 5,3924 para cada US\$ 1,00;

9. Por meio de diferentes transações bancárias, em 20/05/2021, o valor acima foi integralmente quitado pela RESPONSÁVEL COLABORADORA. Por meio da quitação realizada naquela data, tem-se a quitação integral de toda a obrigação financeira avençada no Acordo;

10. **Até o momento não se identificou situações de descumprimento das demais obrigações do Acordo por parte da RESPONSÁVEL COLABORADORA;**

11. As INSTITUIÇÕES CELEBRANTES reiteram a validade e eficácia do Acordo realizado, conforme os termos acima, o Termo do Acordo e respectivos anexos; (grifos acrescidos)

180. Em contraposição a outros acordos nos quais os contratantes optam por segmentar a dívida em múltiplos pagamentos, no caso em tela, a quitação total foi realizada. Isso sugere que, em tese, o prejuízo ao erário foi compensado e pode desde já ser verificado por esta Corte. O que resta é verificar se o débito finalmente calculado foi completamente englobado no montante já despendido, aspecto este que será escrutinado de maneira adequada em um tópico específico. Tal medida é fundamental para assegurar a conformidade, proporcionalidade e para prevenir o *bis in idem*, considerando a pluralidade de responsáveis, não cabendo exigir-lhes pagamento adicional, em caso de comprovação de quitação do dano.

181. Ainda nesse enfoque, sob o prisma do controle externo, não haveria necessidade de apenas suspender eventual condenação aposta a SHI. Em outras palavras, caso ao final e ao cabo o TCU entenda que a empresa cometeu ilícitos, pode o TCU deixar de exercer seu poder sancionatório, uma vez que o acordo fora completamente adimplido. Nesse cenário, não haveria necessidade de sobrestar o processo em relação à responsável, tal como tem ocorrido nas situações em que as empresas celebrantes dos acordos se comprometem a pagar o valor acordado em múltiplas parcelas.

182. Partindo-se aos demais argumentos, evidencia-se que também há respaldo para a aceitação do argumento atinente ao benefício de ordem. Assim, pode o TCU exigir o pagamento do eventual débito apurado primeiramente dos responsáveis **não** colaboradores, conforme constou do Aviso 864-GP/TCU. Com efeito, refuta-se o argumento apresentado pela empresa EnSCO em sentido contrário, aduzindo que esta Corte não deveria conceder benefício de ordem aos colaboradores, em especial a SHI (peça 201, p. 6-7).

183. De igual modo, não merece prosperar os argumentos acerca da suspensão dos prazos em função da celebração do acordo de leniência pela SHI, uma vez que o TCU pode deliberar sobre a matéria a partir da presente instrução e de outros elementos de convicção que julgar necessário. Com efeito, não há necessidade de aguardar a finalização do processo de acompanhamento do acordo de leniência da SHI (TC 008.304/2022-0), conforme alegado pela empresa responsável.

184. Da mesma forma, não há que se falar em *bis in idem*, pois os valores pagos no âmbito dos acordos serão compensados quando da eventual execução da condenação em débito proferida por esta Corte. Ressalte-se novamente que a questão atinente ao valor do débito será tratada mais adiante.

185. Também não há prejuízo à SHI o fato de o TCU ainda não ter se pronunciado formalmente acerca do Acordo de Leniência firmado pela empresa, o que, no seu entender, afrontaria os princípios da ampla defesa e do contraditório. Dentro deste processo, seu direito constitucional está plenamente assegurado, haja vista que tanto a celebração do acordo de leniência quanto seu impacto nesta TCE estão sendo analisados nessa instrução.

186. Assim, ainda que este processo não verse necessariamente sobre o Acordo de Leniência firmado pela empresa, pode esta Corte deliberar sobre o assunto, de modo que a questão seja apreciada antes da deliberação proferida. A esse respeito, vale consignar o enunciado de jurisprudência extraído do Acórdão 666/2015-TCU-Plenário, relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler que dispõe:

O processo de controle externo não está limitado a um pedido e a uma causa de pedir. É plenamente possível que o Tribunal delibere sobre a apuração de fatos novos levados ao conhecimento do Relator durante a tramitação processual, desde que não haja, para o assunto, coisa julgada formal administrativa, devendo ser respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como da racionalidade administrativa e da boa organização processual.

187. Por fim, não há previsão para que, previamente à decisão proferida pelo TCU, relativamente ao reconhecimento da condição de colaborador ou mesmo da deliberação de mérito sobre a irregularidade tratada nos autos, haja a intimação das Instituições Celebrantes dos Acordos de Leniência da SHI.

188. Portanto, os argumentos apresentados pela defesa, embora relevantes e em grande parte aceitos, notadamente do que diz respeito a concessão dos benefícios de colaborador, não são suficientes para alterar o curso do processo, dada a autonomia e as prerrogativas do TCU.

189. Não obstante, com base nas análises efetivadas nos parágrafos anteriores, considera-se que os pedidos das defesas devem ser parcialmente acolhidos, no que concerne à concessão dos benefícios descritos no Aviso 864-GP/TCU (suspensão da multa proporcional ao débito, ressarcimento mediante pagamento parcelado de dívida, extinção de juros de mora, abatimento dos valores já restituídos por causa do acordo de colaboração), remanescendo, contudo, a possibilidade de condenação ao pagamento do débito apurado, porventura, ainda não compensado.

III.3. ALEGAÇÕES ACERCA DA LEGITIMIDADE, LEGALIDADE E DEMAIS ASPECTOS RELATIVOS ÀS CONTRATACÕES

190. Nesse tópico foram agrupados os argumentos apresentados pelos responsáveis que rogam pelo reconhecimento da legalidade, legitimidade das contratações. Adicionalmente, foram compilados os argumentos que visam excluir a competência e/ou interesse do Tribunal de Contas da União na apuração dos fatos.

III.3.1 Responsável: Demarco Jorge Epifânio (peça 85)

191. Os representantes legais do responsável sustentam que esta Corte de Contas não teria competência para apreciação dos fatos a ele atribuídos. Isso se deveria ao fato de que a Lei Federal 13.874/2019, em seu art. 3º, inciso V, estabelece que toda pessoa jurídica, essencial para o desenvolvimento e crescimento econômico do País, goza de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício de sua atividade econômica, devendo ser preservada a autonomia privada de seus atos (p. 58-62).

192. Nesse sentido, os advogados argumentam que a parceria estratégica com a Mitsui visava obter contrato de longo prazo em contrapartida a redução na taxa diária da operação das sondas. Pontuam que a existência de eventuais paradas/ociosidades fazem parte do risco econômico do negócio, sendo a assunção de tais riscos característica do próprio modelo de negócios buscado pela Petrobras. Ademais, sustentam que, à época, o entendimento do setor jurídico internacional da estatal era pela impossibilidade de aplicação do instituto da licitação, posto se tratar de parceria estratégica firmada entre duas empresas internacionais, não existindo quaisquer normas que determinassem conduta diversa daquela praticada, de modo que rogam pelo encerramento da presente TCE (p. 62-71).

193. Considerando o cenário de exploração de petróleo em 2005/2006, entende a defesa que não teria havido manipulação de dados para justificar a operação, como assinalado pela unidade técnica. Sustentam que a decisão estava baseada na análise real do contexto que, embora otimista, era uma característica da própria estatal e refletia a confiança em um cenário de aumento da produção de barris. Alegam que o insucesso da campanha exploratória em Angola era um risco inerente ao negócio e, apesar da campanha exploratória internacional não ter gerado os lucros esperados, destacam que o Petrobras 10.000 se tornou relevante nas campanhas exploratórias nacionais, graças à sua tecnologia avançada, que permitiu a expansão do número de poços exploratórios (p. 72-79).

194. Expondo o histórico profissional e educacional do defendente, alude que este não teve participação efetiva no suposto dano apurado. Alegam que ele atuou no projeto como técnico especializado, subordinado a seus superiores imediatos, e dentro de suas competências profissionais. Apesar de ter conhecimento dos estudos técnicos, não possuía autoridade para questionar uma decisão já estabelecida pela Diretoria Executiva. Ressalta novamente que, se o departamento jurídico da Petrobras opinou pelo afastamento das normas de direito administrativo brasileiras em situações semelhantes, não caberia ao defendente, enquanto engenheiro, suspeitar de qualquer irregularidade na estruturação da parceria. A defesa enfatiza ainda a inexistência de uma conduta alternativa exigível do defendente e a completa ausência denexo causal entre suas ações e possíveis danos verificados, motivos pelos quais solicitam o afastamento da imputação de responsabilidade nos presentes autos (p. 79-86).

195. Na mesma linha, desta feita embasada em supostos entendimentos acerca do art. 28 da LINDB e em doutrina nacional, advoga a defesa que a responsabilização pessoal do agente público somente deve ocorrer na presença de dolo ou erro grosseiro. Assim, insurgindo-se contra os apontamentos da unidade técnica, ressalta que a avaliação do erro grosseiro exige mais do que um simples desvio da conduta esperada do homem médio, sendo necessário constatar-se, no caso concreto, a ocorrência de negligência extrema, imperícia ou imprudência extraordinárias, conforme jurisprudência do próprio TCU e finaliza o tópico aduzindo que se o requerido é responsável, todos os demais funcionários que participaram da operação também deveriam ser considerados igualmente responsáveis, fato este não abordado nos autos (p. 86-92).

III.3.2. Responsável: Pride International / Enesco International Ltd (peça 201)

196. Com supedâneo no art. 90 da Lei das Estatais, argumenta que, independentemente do histórico das negociações entre a Petrobras e a SHI, as condições contratuais estavam alinhadas aos padrões internacionais, não havendo que se falar em superfaturamento, o que seria corroborado pela própria decisão do Tribunal Arbitral ao qual a questão foi submetida. Replicando destaques jornalísticos da época e uma decisão do Tribunal Distrital dos EUA, reforça esse argumento enfatizando o ambiente econômico favorável para, ao final, concluir que o TCU deve respeitar o contrato e as decisões tomadas pela Diretoria Executiva da Petrobras, de modo que a responsabilização da ENSCO seria desarrazoada, desproporcional em afronta ao princípio do *venire contra factum proprium* (p. 34-37).

197. Invocando os princípios da boa-fé objetiva e do *business judgement rule*, sustenta a defesa, em suma, que o TCU não deveria reavaliar as decisões tomadas pela Diretoria Executiva da Petrobras. Tal ação, além de ser vista como uma interferência indevida nas decisões comerciais da empresa, poderia resultar em enriquecimento ilícito por parte da Petrobras, ponto este reforçado por decisão do tribunal arbitral e entendimento técnico-jurídico interno da própria estatal. Conclui, então, que ao condenar a Enesco a ressarcir valores à Petrobras, o TCU estaria interferindo indevidamente na discricionariedade da alta gestão da empresa e desrespeitando a vontade expressa da Petrobras em um procedimento arbitral, em violação ao art. 90 da Lei das Estatais e ao princípio da deferência administrativa (p. 37-42).

198. Com o suporte de referências doutrinárias, a defesa apresenta argumentos tendentes a afastar o dolo ou culpa. Argumenta que a responsabilidade de provar a culpa recai sobre o TCU, mas a unidade técnica não conseguiu fazê-lo. Ao contrário, a defesa alega que a ENSCO está sendo responsabilizada de forma quase automática, sem a devida avaliação dos pressupostos jurídicos necessários. Reforça a legalidade do negócio firmado, apresentando trechos de documentos da própria Petrobras e conclui, citando o art. 22 da LINDB, no sentido da necessidade de que seja considerada as circunstâncias práticas que influenciaram a atuação dos agentes (p. 93-103).

III.3.3. Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 195)

199. Nesse enfoque, aduz que os contratos para a construção dos navios eram válidos e eficazes, tendo sido aprovados por órgão colegiado da Petrobras. Ressalta que os navios foram entregues e operaram conforme o esperado. Destaca que as contratações da Petrobras Internacional não estavam sujeitas à obrigatoriedade de procedimento licitatório e que não houve direcionamento indevido em favor da SHI. Reitera, nesse sentido, que havia um legítimo interesse da Petrobras em explorar o mercado de perfuração e adquirir os direitos dos navios da SHI, especialmente considerando o contexto econômico, a expansão do mercado para navios-sonda e o amplo reconhecimento da SHI como um dos principais produtores de navios-sonda de alta qualidade para águas profundas (p. 25- 28).

Análise das alegações acerca da legitimidade, legalidade e demais aspectos relativos às contratações

200. Em resumo, com base nos argumentos anteriormente sintetizados e organizados, os responsáveis buscam demonstrar que os contratos foram firmados de forma legítima, sem violação das normas estabelecidas.

201. A defesa do Sr. Demarco Jorge Epifânio vai além e sugere que: (i) o TCU não teria competência para julgar o caso, baseando-se na Lei Federal 13.874/2019; e (i) além de não ter participação efetiva do dano, a responsabilização pessoal do Sr. Demarco somente poderia ocorrer na presença de dolo ou erro grosseiro, o que não teria ocorrido, dada a legitimidade da contratação. Alude que a parceria com a Mitsui visava um contrato de longo prazo e que eventuais períodos de ociosidade e os eventuais insucessos na perfuração de poços são riscos do negócio. Afirma que a licitação não era aplicável na época e que não houve manipulação de dados para justificar a operação, sendo, posteriormente o Petrobras 10.000 relevante nas campanhas nacionais.

202. Nesse mesmo enfoque os argumentos apresentados pela defesa da Enscó orbitam a premissa de que as condições contratuais estavam alinhadas aos padrões internacionais e, em semelhança ao alegado pelo Sr. Demarco Jorge Epifânio, entendem que não caberia ao TCU reavaliar as decisões tomadas pela Diretoria Executiva da Petrobras, não havendo, portanto, que se falar em superfaturamento.

203. De igual modo, a defesa da Samsung Heavy Industries argumenta que os contratos para a construção dos navios eram válidos e eficazes, e que não houve direcionamento indevido em favor da SHI, uma vez que havia interesse da Petrobras, notadamente por conta do contexto econômico à época.

204. Percebe-se que os argumentos apresentados visam afastar a ilicitude configurada nos autos por meio da alegação de que o próprio procedimento de contratação seguiu o trâmite adequado. Note-se que o TCU não apontou defeitos no “procedimento” de contratação, mas que o cerne do problema reside em uma fase anterior à sequência de passos para efetivação do negócio. Isso porque, conforme evidências, a decisão de contratar não foi tomada com base idônea, mas sim determinada pelo interesse no recebimento de vantagem indevida (propina).

205. Dessa forma, mesmo que o procedimento de contratação tenha sido ocorrido de forma adequada posteriormente, isso não afasta a ilicitude. A suposta necessidade de construção de sondas somente se tornou de conhecimento da Diretoria Executiva, ou seja, fora do grupo que se beneficiaria da propina, depois que o pagamento ilícito estava acordado. O estudo da necessidade foi encomendado após os acertos, o que indica que, não fosse o pagamento, a Petrobras não assinaria o contrato naquele momento.

206. Importa ressaltar nesse sentido que o caso em questão não é isolado. Conforme relatado no início desta instrução, o Relatório da CIA da Petrobras indicou que infrações semelhantes, ou seja, realizadas mediante o pagamento de propina, também ocorreram em outros contratos. Isso reforça a conclusão da unidade técnica de que o estudo elaborado foi essencialmente uma manipulação para conferir legitimidade à contratação acordada mediante o pagamento de vantagem indevida.

207. Nesse sentido, acerca do contexto que envolveu a contratação da construção do Petrobras 10.000, vale a pena replicar trecho da instrução anterior (peça 4, p. 16):

84. Portanto, a dificuldade para encontrar um novo estaleiro com slot disponível e tecnologia adequada para a demanda do projeto eram de conhecimento da Diretoria Internacional e Fernando Soares. Sabia-se que, se o negócio não fosse fechado com a Samsung, dificilmente seria concretizado. Conclui-se, assim, que a Diretoria Internacional, ao indicar que não assinaria o contrato com a Samsung se a propina não fosse paga, estava disposta a não dar andamento ao projeto.

85. Ora, se o recebimento de propina era resultado mais importante do que a própria continuidade do projeto, resta claro que o objetivo da existência do projeto era gerar propinas, e não atender a uma necessidade da Petrobras.

86. Essa tese é corroborada pelo fato de que o documento que teria demonstrado a necessidade das sondas, “Exercício do Custo de Oportunidade das Sondas” (peça 43), elaborado pela Diretoria Internacional com premissas que o Relatório de Auditoria Interna R-02.E.003/2015 considerou como otimistas, foi elaborado em dezembro de 2005, conforme afirma o mesmo relatório de Auditoria. Entretanto, o estudo somente foi apresentado à Diretoria Executiva em

10/4/2006, por meio do DIP INTER-DN 52/2006, quando foi solicitada a aprovação da assinatura do negócio já previamente acordado. (grifos acrescidos)

208. Ou seja, se a propina não tivesse sido aceita, a Petrobras provavelmente não teria tido conhecimento daquela suposta necessidade, tal como anotado na instrução anterior.

209. Vale ainda acrescentar que a invocação do art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 para o caso em apreço, como alegado pelo Sr. Demarco Jorge Epifânio, não socorre o defendente, haja vista que há entendimento do TCU de que dever de indenizar prejuízos aos cofres públicos permanece sujeito à comprovação de dolo ou culpa, sem qualquer gradação, conforme enunciado de jurisprudência extraído do recente Acórdão 1740/2023-TCU-Plenário, relatoria do Exmo. Ministro Walton Alencar Rodrigues que leciona:

A regra prevista no art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 (Lindb), que estabelece que o agente público só responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, não se aplica à responsabilidade financeira por dano ao erário. O dever de indenizar prejuízos aos cofres públicos permanece sujeito à comprovação de dolo ou culpa, sem qualquer gradação, tendo em vista o tratamento constitucional dado à matéria (art. 37, § 6º, da Constituição Federal)

210. Desse modo, também o argumento de que o cenário econômico de exploração de petróleo em 2005/2006 era favorável e que as previsões eram otimistas, não socorre as partes.

211. É incontestável que, embora o ambiente econômico daquele período pudesse ser favorável ao negócio e previsões otimistas pudessem ser razoavelmente esperadas, tais fatores, de maneira alguma, têm o poder de neutralizar ou minimizar a ilicitude verificada. Vale repisar: houve pagamento de propina aos membros da então diretoria da Petrobras para efetivarem as contratações sob análise.

212. Sobre as alegações tendentes a afastar a apreciação do TCU sobre os fatos, insta consignar que atos administrativos, ainda que discricionários, embora concedam uma certa margem de liberdade ao gestor, devem sempre observar a lei, a finalidade pública, a moralidade administrativa, a razoabilidade e o interesse público. O controle externo, exercido pelo TCU, visa precisamente a conformidade da ação administrativa com a lei.

213. Com efeito, no caso em análise, verifica-se que tais princípios não foram obedecidos. A contratação não se embasou em real interesse da estatal, mas sim decorreu de acerto entre as partes, sobrepujando o interesse público.

214. Assistiria razão aos defendentes, caso tivesse havido respeito as normas e os princípios da Administração Pública, inexistindo desvios ou outras irregularidades, cenário no qual não caberia ao Tribunal imiscuir-se nas decisões e procedimentos de responsabilidade dos gestores, sob pena de ferir o princípio da discricionariedade dos atos administrativos, uma vez que o gestor, dentro do seu juízo de conveniência e oportunidade, deve decidir com fito de atingir o bem comum.

215. Nesse sentido o elucidativo Acórdão 1234/2008-TCU-Plenário, relatoria do Exmo. Ministro Ubiratan Aguiar:

Os atos administrativos discricionários dão margem de liberdade de ação para o gestor agir pela sua conveniência e oportunidade, devendo, porém, observar a lei, a finalidade pública, a moralidade administrativa, a razoabilidade e o interesse público.

216. Ademais não merece prosperar, pelos mesmos motivos, a alegação de que a parceria estratégica com a Mitsui visava obter um contrato de longo prazo em troca de uma redução na taxa diária da operação das sondas, e que eventuais paradas/ociosidades são parte do risco econômico do negócio, pois não fosse o pagamento de propina os contratos aqui analisados não teriam sido firmados. No que se refere ao pagamento por ociosidade e o débito apurado em si, vale ressaltar que será tratado em tópico específico.

217. Dessa forma não merecem prosperar tais argumentos.

III.4. METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO DÉBITO E SUFICIÊNCIA DO PAGAMENTO EFETUADO PELA SHI

218. Nesse tópico foram agrupados os argumentos tendentes a desconstituir a metodologia de cálculo do débito apurado, bem como as proposições que atacam a própria existência do débito e ainda as alegações de suficiência dos pagamentos efetuados pela SHI em seu Acordo de Leniência.

III.4.1. Responsável: Demarco Jorge Epifânio (peça 85)

219. A defesa questiona nesse ponto a precisão do cálculo do "dano" feito pela unidade técnica, apontando contradições e inclusão de valores supostamente não relacionados à ociosidade. Destaca, nesse sentido, que mais da metade dos itens no cálculo foram quantificados de forma irregular. Argumenta que, apesar da propina, o navio-sonda Petrobras 10.000 ainda era mais barato que outros similares, não havendo que se falar em dano à Petrobras. Finaliza indicando a falta de dados técnicos claros para embasar as conclusões emanadas na instrução de peça 4 (p. 92-95).

220. Encaminhando-se para ao final, a defesa destaca o contexto exploratório da época e o uso subsequente do navio-sonda Petrobras 10.000 após o fracasso da campanha em Angola, devido a mudança do cenário internacional de exploração de petróleo, em face da crise econômica mundial. Assim, solicita que o TCU considere as circunstâncias fáticas e jurídicas da época, questionando a atribuição de "culpa" ao requerido pelos prejuízos, sem considerar os períodos de lucratividade do navio-sonda. Pede que a análise do TCU se restrinja à razoabilidade das condutas do requerido, conforme art. 20, caput, art. 21, parágrafo único e art. 22, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) (p. 96-102).

III.4.2. Responsável: Pride International / Ensco International Ltd (peça 201)

221. Alude a defesa que as condições contratuais eram compatíveis com o mercado de sondas à época. Atribui a ociosidade da embarcação em 2015 a uma queda imprevista no mercado internacional. Sustenta que não houve dano à Petrobras nem lucro ilegítimo. Cita o Acórdão 129/2020-TCU-Plenário, defendendo que o mesmo entendimento deve ser aplicado, ou seja, os valores despendidos pela Petrobras seriam despesas efetivas mesmo em um ambiente livre de irregularidades, não havendo débito. Conclui que, se o lucro for considerado ilegítimo, a devolução corresponderia ao perdimento de valores, conforme a Lei Anticorrupção, cuja aplicação estaria além da competência desta Corte de Contas (p. 42-45).

222. Reitera, mediante a reprodução de variados trechos da instrução de citação e de documentos anexos, a assertiva de que o TCU não obteve dados suficientes para a configuração do sobrepreço no contrato em questão, condição essencial para a continuidade deste processo. Argumenta pela ausência de elementos substanciais que respaldem as alegações de sobrepreço, ressaltando, conforme constatado pelo Tribunal Arbitral, que a ENSCO foi prejudicada pelas ações da SHI, relacionadas ao pagamento de propinas (p. 51-53).

223. Citando documentos da arbitragem mencionada, argumenta que não houve dano ao erário. Insiste que a unidade técnica se baseou em premissas equivocadas, especialmente no pagamento de propina confirmado pela SHI em seu acordo de leniência. No entanto, reitera a ausência de prejuízo à Petrobras, conforme indicado por documentos, incluindo o laudo arbitral e o parecer do engenheiro Charles Ducan Weir. Apresenta uma análise que mostra a adequação do custo diário de operação do navio, considerando a brevidade do contrato. Acrescenta que o pagamento de bônus era prática comum e os valores eram compatíveis com outros contratos da Petrobras, o que demonstraria a inexistência de superfaturamento (p. 77-86).

224. Partindo do pressuposto de que as condições do contrato estavam alinhadas às práticas do mercado, advoga que e que a taxa de ociosidade praticada foi adequada, não representando sobrepreço. Defende que ausência de operação posterior do DS-5 foi motivada por fatores externos e alheios às condições inicialmente negociadas. Novamente, contesta o cálculo do TCU quanto ao período ocioso, alegando que se baseia em premissas falsas. Conclui que a ENSCO não pode ser considerada responsável, pois a embarcação esteve disponível para uso da Petrobras durante todo o tempo, conforme o Contrato assinado, cujas disposições devem ser observadas e cumpridas (p. 87-93).

III.4.3. Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 195)

225. Passa a defesa a questionar a metodologia de apuração do suposto dano, apresentando dados e gráficos que retratariam o cenário econômico da época, marcado por altos preços do petróleo e grande demanda por navios de perfuração profunda. Lista diversos eventos promovidos pela Petrobras e pelo governo brasileiro, anteriores ao contrato, que evidenciariam o interesse e o planejamento da Petrobras na aquisição de navios sonda muito antes das negociações com a SHI. Assim, argumenta que os supostos pagamentos indevidos não teriam sido determinantes para a decisão da Petrobras de firmar os contratos (p. 21- 25).

226. Reconhece a defesa responsabilidade da SHI no pagamento indevido a funcionários da estatal, mas argumenta que isso não implica necessariamente que os contratos foram desvantajosos para a Petrobras. Insiste que essa circunstância deveria ter sido considerada na quantificação do dano ao Erário, contestando a premissa de que a operação foi "inútil" para a estatal e só causou prejuízos. Reforça esse argumento informando que a Petrobras admitiu, perante as autoridades dos Estados Unidos, que seus executivos estavam envolvidos em "enormes" esquemas de pagamento de propina entre 2004 e 2012. Portanto, seria incorreto concluir que os pagamentos indevidos foram as únicas justificativas para os contratos em questão (p. 28- 29).

227. Retoma o argumento de que a conclusão da unidade técnica do TCU foi baseada em premissas incorretas e analisadas superficialmente. Insiste que não foram evidenciadas ilegalidades nas condições de obtenção do contrato ou em seus termos, não houve supressão da competição e nem criação de demanda indevida pelas contratações. A defesa reaviva a delimitação do mercado à época e argumenta, por fim, que quaisquer cálculos de danos relacionados aos contratos Petrobras 10.000 CLC e DSC devem considerar que a Mitsui era uma co-compradora de 50% do navio e que os danos para a Petrobras devem ser limitados à sua participação na propriedade (p. 29- 31).

228. Prossegue argumentando que eventuais ineficiências ou prejuízos decorrentes do contrato de operação não são atribuíveis à SHI, pois seriam resultado de uma série de fatores, muitos dos quais não teriam sido considerados pela unidade técnica. Cita, nesse sentido, a má administração por parte da Petrobras e as oscilações naturais do mercado de petróleo. Infere que os contratos foram lucrativos por longos períodos, em parte devido a prorrogações e à celebração de outros contratos. Entende que qualquer dano somente poderia ser calculado a partir da comparação entre as receitas e os gastos, o que não teria sido feito. Acrescenta, apresentando diversos gráficos, que as oscilações naturais dos preços do petróleo também influenciaram no período de ociosidade e conclui que não houve demonstração de dano à Petrobras. (p. 33-37).

229. Encaminhando-se para parte final da exposição de argumentos, alude a defesa, à luz do princípio da boa-fé objetiva, que na eventualidade deste TCU concluir que houve prejuízos à Petrobras, não seria razoável atribuir todos os danos a terceiros, considerando a omissão da Petrobras em mitigar os danos, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ressalta que a Petrobras teve diversas oportunidades para vender os navios ou ceder a operação entre 2008 e 2014, período em que os preços estavam elevados e quando já era de conhecimento público a revelação de fatos pela Operação Lava Jato e não o fez (p. 37-38).

230. Novamente retoma o argumento de que de danos relacionados aos contratos de operação devem considerar que a Mitsui era co-proprietária de 50% dos navios e que os danos para a Petrobras devem ser limitados à sua participação no negócio (p. 38- 39).

III.4.3.1 Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 204)

231. Alegações de semelhante estrutura textual e de mesmo conteúdo argumentativo foram retomados pela defesa, conforme consta da peça 204, recepcionada como Alegações de defesa no presente processo (p. 8-10).

232. Com efeito, por economia processual, entende-se que não cabe replicar aqui os mesmos argumentos.

Análise dos argumentos relativos à metodologia de apuração do débito e suficiência do pagamento efetuado pela SHI

233. Antes de adentrar na análise específica dos argumentos suscitados pelos defendentes, vale a pena replicar aqui a tabela constante do Apêndice “E” da instrução de peça 4 que resume a origem dos débitos apurados nesse processo de forma a orientar a análise que se fará na sequência (peça 4, p. 62):

Apêndice E

RESUMO

Ocorrência	US\$	R\$	Total (R\$)
Superfaturamento na construção do Petrobras 10.000.	15.000.000,00	-	28.200.000,00
Superfaturamento no contrato de afretamento do navio-sonda DS-5.	20.000.000,00	-	77.594.000,00
Total de superfaturamento.	35.000.000,00	-	105.794.000,00
Ociosidade do Petrobras 10.000.	120.344.314,90	52.218.482,96	392.777.600,49
Ociosidade do DS-5.	84.397.923,45	-	286.759.861,57
Total de ociosidade.	204.742.238,35	52.218.482,96	679.537.462,06
TOTAL GERAL	239.742.238,35	52.218.482,96	785.331.462,06

234. Tendo sido apresentado o resumo dos débitos em apuração nesse processo, em privilégio à clareza e a boa técnica processual, considerando a interdependência dos débitos e a pluralidade de argumentos, organizar-se-á a análise da seguinte forma:

- inicialmente, será abordado o débito relativo ao superfaturamento;
- após serão abordados os argumentos relativos ao débito decorrente do pagamento pela ociosidade; e
- será tratado finalmente a alegação de quitação do débito pelo pagamento pactuado no acordo de leniência da SHI.

235. No que tange ao débito decorrente do superfaturamento na construção do Petrobras 10.000 e no contrato de afretamento do navio-sonda DS-5, os argumentos apresentados devem ser parcialmente acolhidos.

236. Isso porque a SHI alega, em relação ao superfaturamento Petrobras 10.000, que o débito deveria ser limitado a 50% do que fora calculado, uma vez que a Mitsui era coproprietária do navio e não caberia ao TCU atuar em favor daquela empresa.

237. Compulsando-se os autos, verifica-se que assiste razão a defendente, uma vez que a Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para a construção do navio, previa parceria entre as duas empresas, quais sejam, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB B.V.) e Mitsui, na proporção de 50% para cada integrante, conforme consignado na instrução anterior (peça 4, p. 8):

(...)

29. Ata DE 4.595 (item 21, pauta 663), com referência ao DIP INTER-DN 150/2006, aprovou em 13/7/2006 a estrutura da SPE e a construção do navio. Os principais instrumentos do negócio são: o Ship Building Contract (SBC), com a SHI, e o Participation Agreement entre **Petrobras International Braspetro B.V. (PIB B.V.) (50%) e Mitsui (50%), com a incorporação de uma SPE na Holanda, a P&M Drilling International B.V. (P&M)**, para gestão da estrutura de negócio do Petrobras 10.000. O novo valor negociado foi US\$ 586 milhões, em razão de alteração técnicas solicitadas. Todos os contratos foram assinados em solenidade realizada em 14/7/2006. (grifos acrescidos)

238. Verifica-se que o argumento apresentado encontra ressonância com o entendimento aplicado por esta Corte, no sentido de que a imputação de débito se limita ao volume de recursos federais envolvidos. Assim, o débito relativo ao superfaturamento verificado no Contrato de Construção do Petrobras 10.000, calculado em US\$ 15.000.000,00 ou R\$ 28.200.000,00 em valores históricos (na data de 30/7/2009 ou R\$ 57.745.072,00, atualizado até 20/12/2021, conforme peça 4, p. 43), deveria ser reduzido pela metade.
239. Com efeito, merece prosperar o argumento ora analisado. Nesse sentido, será proposto que o valor do débito relativo ao superfaturamento do Petrobras 10.000, à data da elaboração da instrução de peça 4, seja limitado a 50% do que fora inicialmente calculado, o que corresponde ao dano efetivamente sofrido pela Petrobras.
240. Em relação à ociosidade resultante da operação dos navios-sonda, é crucial salientar, de início, a perspectiva da SHI.
241. Esta sustenta a ideia de uma redução pela metade do débito, considerando a copropriedade da Mitsui, no contexto da operação do Petrobras 10.000. No entanto, tal interpretação não se estende ao débito proveniente da ociosidade na operação do navio-sonda em questão. A justificativa para tal reside nos valores consignados na instrução de peça 4, os quais representam os montantes efetivamente desembolsados pela Petrobras para arcar com o pagamento por ociosidade do navio, conforme evidenciado nas Planilhas de pagamentos e dados contratuais informados pela Petrobras (peças 28, 29 e 39 a 41 do TC 004.995/2018-0). A este cenário, adiciona-se a ausência de documentos apresentados pela defesa capazes de contradizer as evidências existentes nos autos. Portanto, sob este prisma, a argumentação deve ser rejeitada.
242. Os demais aspectos relativos aos custos de ociosidade podem ser aceitos, em parte, pelos motivos que se seguem.
243. Resta claro nos autos que houve pagamento de vantagem indevida aos ex-funcionários da estatal para viabilizar o contrato de aquisição do Petrobras 10.000 e a contratação do afretamento do DS-5. Segundo a instrução anterior, com a qual concorda-se, não fosse o pagamento de propina esses contratos não teriam sido fechados, pelo menos naquele momento.
244. Diante disso, concluiu aquela instrução que os dispêndios relativos ao período de ociosidade, pagos pela Petrobras, deveriam ser imputados como débito, haja vista não ter sido demonstrada a real necessidade daquelas contratações, tal como apontam os documentos acostados aos autos, em especial o Relatório de Auditoria da Petrobras (peça 67, p. 3-4 do TC 004.995/2018-0).
245. Em face desse entendimento, os ora defendentes insurgem-se, alegando que o cálculo do débito deveria considerar o fato de que os navios-sonda não se mantiveram ociosos durante todo o período considerado, tendo havido operações, as quais possivelmente geraram alguma receita aos cofres da Petrobras.
246. Tal ponto foi destacado pelo Sr. Demarco Jorge Epifânio (peça 85), que ressaltou ainda o contexto exploratório à época e o uso subsequente do navio-sonda Petrobras 10.000 após o fracasso da campanha em Angola, bem assim a possível mudança do cenário internacional de exploração de petróleo e demais condicionantes da atuação.
247. No mesmo sentido são as alegações aduzidas pelas empresas responsáveis, quais sejam, Pride / EnSCO (peça 201) e SHI (peças 195 e 204).
248. Considerando o princípio da proporcionalidade, os argumentos expostos poderiam ser parcialmente acatados. É importante ressaltar que os gastos relacionados à ociosidade são elementos inerentes às operações em questão. Portanto, ao calcular o dano, seria pertinente a incorporação de informações relevantes, tais como as possíveis receitas ou benefícios que poderiam ter sido obtidos pela Petrobras a partir das operações realizadas pelos navios-sonda no período analisado.
249. Essa metodologia mostra-se compatível inclusive com as formas de cálculo de sobrepreço aceitas pelo TCU a exemplo do Método de Limitação do Preço Global, o qual, por

analogia, pode ser aplicado por ao caso concreto aqui discutido. Por essa metodologia, o sobrepreço seria o resultado obtido após a compensação entre os valores superavaliados e os subavaliados, nos seguintes termos, conforme enunciado de jurisprudência extraído do Acórdão 1727/2018-TCU-Primeira Câmara, relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler que assevera:

Para a apuração de sobrepreço em obras já contratadas, o método adequado é o da limitação do preço global (MLPG), que prevê a compensação entre os preços superavaliados e os subavaliados, só havendo sobrepreço ou superfaturamento se a soma dos valores superavaliados superar os subavaliados, imputando-se o sobrepreço pela diferença global. Para serviços incluídos mediante termo de aditamento contratual, a avaliação de superfaturamento é mais indicada pelo método da limitação dos preços unitários (MLPU), que considera apenas os serviços com preço unitário acima do referencial, sem compensação com itens subavaliados.

250. Todavia, deve ser ressaltado que os navios-sonda em questão foram utilizados em campanhas exploratórias de petróleo, o que prejudica a aferição de lucro contábil nos moldes tradicionais e, por conseguinte, prejudica também os argumentos trazidos pelos defendentes.

251. Portanto, é importante trazer à baila que o TCU poderia, em vista da ilicitude identificada, conceber todo o dispêndio relativo à ociosidade como dano. Em que pese a incompletude das informações acostadas aos autos, não se pode asseverar a ausência de dano associado à operação dos navios, uma vez que a celebração dos contratos foi antecedida por acordos espúrios, indicando que o fator preponderante para a contratação foi o pagamento de propina, e não a demanda legítima da Petrobras.

252. No entanto, será proposta a adoção de uma solução mais ponderada, não somente pela possibilidade de existência de receitas em alguma das operações realizadas pelos navios-sonda, mas também pelo fato de que esse dispêndio (ociosidade) é comum neste tipo de contrato, como bem elucidado na instrução anterior.

253. Com efeito, à luz da razoabilidade, eventual apuração de débito poderia considerar, além dos gastos pelos períodos ociosos, também as receitas ou benefícios auferidos.

254. Dito isso, uma possível solução seria obter a documentação relativa a todos os contratos de exploração celebrados no período considerado. Todavia, nessa etapa processual, entende-se que não caberia diligenciar a Petrobras para obter tais informações, haja vista a dificuldade de acesso aos dados oriundos, por vezes, de sistemas operacionais obsoletos, além de outras dificuldades, tal como alegado pela própria estatal ainda em 2021, por ocasião da diligência realizada pela então SeinfraOperações (peça 41 do TC 004.995/2018-0).

255. O trecho a seguir, extraído da Nota Técnica da Petrobras GAPRE/GDEOC (peças 40 do TC 004.995/2018-0), elucida a situação:

(...)

Quanto às informações referentes às operações da Unidade Petrobras 10.000 em Angola - períodos 1 e 2 da tabela acima — foram realizados esforços envolvendo diversas áreas da Petrobras. **No entanto, apesar de realizadas várias consultas ao sistema legado da sociedade PIB-ANG, SAP Proani, concluiu-se que não há registro, no citado sistema, do detalhamento dos serviços aos quais se referem as faturas pagas pela PIB- ANG à Transocean no período consultado.**

Cumprе destacar que, por se tratar de informações de pouco mais de 10 anos atrás, de operações no exterior em ativos não mais existentes, a recuperação destes dados no ambiente da companhia torna-se incerta.

Assim, a informação detalhada com os "os valores conforme disposições contratuais" e "valores de eventuais retenções", apesar de todos os esforços, o que inclui recuperar os dados de backup do sistema SAP Proani **e extrair as informações no formato solicitado pelo TCU, recorrendo inclusive aos arquivos da própria Contratada para confrontar os dados recuperados, não foram suficientes para permitir o**

atendimento à demanda da equipe técnica da Corte de Contas, exclusivamente no que tange aos períodos 1 e 2 solicitados.

256. Nesse cenário, propõe-se que esta Corte aceite o cálculo do dano efetivado no âmbito do Acordo de Leniência celebrado entre a Samsung Heavy Industries (SHI) e a CGU/AGU (peça 186). Isso porque o valor já ressarcido pela SHI **engloba o débito relativo ao superfaturamento em sua completude** e ainda cobre relevante percentual do débito relativo ao período de ociosidade das embarcações.

257. Conforme consta da Certidão de quitação de pagamento dos valores acordados no âmbito do respectivo Acordo de Leniência (peça 187), emitida pela CGU em 30/8/2023, a SHI restituiu, por meio de diferentes transações bancárias, **em 20/05/2021**, o valor total acordado, no montante de R\$ 811.786.743,49. Desse valor, apenas **R\$ R\$ 416.165.091,54** referem-se aos contratos analisados nesta instrução. O Quadro a seguir ilustra esse ponto:

Quadro 6 – Valores pagos pela SHI no âmbito do Acordo de Leniência firmado

Pagamento a título de Dano Presumido	Valor
referente à sonda DS-5	US\$ 20.000.000,00
referente à sonda Petrobras 10.000	US\$ 19.454.000,00
Total restituído a título de dano presumido em US\$ (sonda DS-5 + sonda Petrobras 10.000)	R\$ 39.454.000,00
Total restituído a título de dano presumido em R\$ (sonda DS-5 + sonda Petrobras 10.000) - Conversão à taxa de R\$ 5,3924	R\$ 212.751.749,60
Pagamento a título de Devolução de Lucros	Valor
referente à sonda DS-5	US\$ 28.125.000,01
referente à sonda Petrobras 10.000	US\$ 9.597.227,93
Total restituído a título de devolução de lucro em US\$ (sonda DS-5 + sonda Petrobras 10.000)	R\$ 37.722.227,94
Total restituído a título de devolução de lucro em R\$ (sonda DS-5 + sonda Petrobras 10.000) Conversão à taxa de R\$ 5,3924	R\$ 203.413.341,94
Total pago em relação ao Petrobras 10.000 e DS-5	R\$ 416.165.091,54

258. Diante disso, apresenta-se a seguir o valor do débito apurado na instrução de peça 4, em valores atualizados **entre final de 2021 e início de 2022**, com ajustes propostos nesta instrução, fins de comparação com os valores pagos pela SHI no âmbito de seu acordo de leniência em **20/05/2021**, conforme atesta a CGU à peça 187:

Quadro 7 – Comparação entre o débito apurado e os valores pagos pela SHI no âmbito do Acordo de Leniência

Prejuízo ligado a valores utilizados para propina	Valores	Data Base	Fonte
50% da Construção do navio-sonda Petrobras 10.000	R\$ 28.872.536,00	20/12/2021	peça 4, p. 43
Afretamento DS-5	R\$ 112.539.702,51	19/01/2022	peça 4, p. 46
Prejuízo ligado à ociosidade			
Ociosidade Petrobras 10.000	R\$ 402.818.688,00	20/12/2021	peça 4, p. 44
Ociosidade DS-5	R\$ 402.785.696,00	20/12/2021	peça 4, p. 47

Valor Pago pela SHI no âmbito do Acordo de Leniência (Petrobras 10.000 e DS-5) (A)	R\$ 416.165.091,54	19/02/2021	peça 187, p. 3
Prejuízo total ligado a valores utilizados para propina (B)	R\$ 141.412.238,51	*	
Valor aproximado utilizado para cobrir o débito por ociosidade e outros (A-B)	R\$ 274.752.853,03	*	

* Simplificação de cálculo efetuada por conta das proximidades das datas

259. Assim, ainda que se considere a boa-fé objetiva da SHI, haja vista ter efetuado o pagamento antes da citação deste Tribunal, ainda em 2021, o valor devolvido no âmbito do seu acordo de leniência, não cobriria o débito inicialmente calculado, também atualizado, em grande parte, no final de 2021.

260. Ocorre, como dito, que não há informações e documentos que possam subsidiar uma reanálise do dano à luz dos elementos acima elencados: Vale dizer: faz-se necessário apurar as receitas auferidas com as operações dos navios no período considerado pela unidade técnica, caso este Tribunal acate a defesa para compensação do débito com possíveis receitas ou benefícios auferidos pela Petrobras.

261. Inexistindo tais elementos e, em face do provável fracasso em se tentar se obter tais informações a essa altura processual, conforme já exposto, conclui-se que o cálculo do débito poderia ser realizado por estimativa, procedimento aceito por esta Corte de Contas conforme remansosa jurisprudência.

262. Cite-se, nesse sentido, o Acórdão 1386/2010-TCU-Plenário, relatoria do Exmo. Ministro Augusto Nardes, cujo enunciado leciona:

A averiguação do débito far-se-á mediante estimativa, quando, por meios confiáveis, é apurada quantia que seguramente não excederia o real valor devido.

263. No caso em apreço, o montante calculado pela unidade técnica à peça 4 seria a maior quantia possivelmente devida pelos responsáveis em um cenário no qual as operações executadas pelos Navios Petrobras 10.000 e DS-5 não tenham gerado qualquer receita ou benefício (limite superior), sendo, dessa forma, o montante do débito apurado no âmbito do Acordo de Leniência da SHI a quantia obtida, por método confiável, mais próxima daquele limite, sem excedê-lo.

264. Percebe-se assim que existe margem para que o TCU acolha tal proposta, haja vista a contínua busca da atuação integrada das instituições de forma a possibilitar a convergência de valores benéficos à sociedade. Em respeito à missão institucional desta Corte e em honra à cooperação entre as instâncias de controle, julga-se apropriado adotar como cálculo do débito aqui apurado, a estimativa realizada pela CGU/AGU, concedendo-se assim, quitação ao débito identificado nesta Tomada de Contas Especial.

265. Esse encaminhamento, além de razoável, é alinhado ao cenário de atual de cooperação, visto que o TCU é signatário do Acordo de Cooperação Técnica 01/2020, concordando em implementar diversas iniciativas para a cooperação institucional e respeitar o teor dos acordos de leniência. A esse respeito, vale acrescentar que em recente decisão, proferida na sessão Plenária do dia 21/2/2024 o TCU aprovou, por unanimidade, projetos de normativos com o objetivo de disciplinar os procedimentos relacionados às ações operacionais previstas no Acordo de Cooperação Técnica (ACT), com efeito foi produzida a Instrução Normativa TCU 95/2024.

266. Esse normativo, que disciplina a atuação do Tribunal de Contas da União decorrente do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), incorpora exatamente a ideia de cooperação entre os órgãos de controle em face dos impactos inerentes aos acordos celebrados. Nesse contexto, destaca-se o art. 9º da supracitada instrução normativa que estabelece:

Art. 9º Caso a manifestação do Plenário seja no sentido de considerar que os valores negociados no acordo satisfazem aos critérios estabelecidos para o ressarcimento dos danos estimados pelo TCU, o Colegiado deverá, no mesmo ato, declarar que o pleno cumprimento

das obrigações assumidas relacionadas ao ressarcimento dos danos ensejará a quitação dos valores apurados nos processos de controle externo correspondentes no TCU, com relação à proponente do acordo.

Parágrafo único. A declaração de que o pleno cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao ressarcimento dos danos ensejará a quitação dos valores apurados nos processos de controle externo correspondentes no TCU, nos termos deste artigo, é condicionada à veracidade e à completude das informações prestadas pela pessoa jurídica proponente à CGU/AGU, podendo ser revista, a qualquer tempo, caso venham a ser conhecidas irregularidades ou documentos novos capazes de alterar as bases fáticas que nortearam a celebração do acordo de leniência, devendo tal ressalva ser declarada expressamente no respectivo acórdão.

267. Diante disso, será proposto o entendimento de que há razoável grau de certeza de que o montante ressarcido reflete o dano causado à Petrobras, haja vista que também as instituições celebrantes dispõem de metodologia para apuração do dano a título de dano presumido e devolução de lucros.

268. Soma-se a isso o fato de que a restituição desses valores se deu, em grande medida, pela posição colaborativa da SHI. Nesse ponto, ressalte-se que **o valor já foi ressarcido em sua totalidade**, o que não é o comum nos acordos dessa monta e deve, igualmente, ser levado em consideração nessa análise.

269. Por fim cabe rememorar dois pontos importantes que corroboram a proposta aqui apresentada.

270. O primeiro refere-se a dificuldade de obtenção de informações, uma vez que a própria Petrobras já relatou extrema dificuldade em obtê-las, notadamente por serem decorrentes de operações no exterior, ocorridas há mais de uma década, tornando a recuperação daqueles dados, no ambiente da companhia, uma tarefa incerta.

271. O segundo ponto refere-se à característica inerente ao dispêndio por ociosidade. Conforme evidenciado na instrução anterior esses gastos são uma praxe nesse tipo de contrato, fato esse que também deve ser sopesado na apuração do débito. Destaca-se aqui o trecho da instrução que toca esse ponto (peça 4, p. 14-15):

c) pagamentos por períodos ociosos em razão da falta de demanda da sonda

76. O contrato de afretamento da Petrobras 10.000, como é praxe nesse tipo de contrato, previa a realização de pagamentos, em valores reduzidos a 97 ou 85% da taxa diária, chamados de Standby Rate e Long Standby Rate respectivamente (peça 37, p. 169), pelo período em que a sonda permanecesse inoperante em razão da impossibilidade de continuidade dos serviços, seja porque resta pendente alguma decisão ou orientação da contratante, seja por condições naturais adversas de luminosidade ou tempo.

(...)

78. A ocorrência de ociosidade por si só não configura irregularidade, pois pode simplesmente representar a materialização de um risco do negócio. Entretanto, o contexto da contratação obriga a verificar se tal ociosidade não foi consequência de atuação irregular que induziu uma contratação desnecessária, situação que configuraria os respectivos pagamentos como prejuízos. (grifos acrescentados)

272. Em suma, a análise do caso deve levar em consideração uma série de fatores, incluindo a boa-fé objetiva da SHI, a mitigação de danos em face dos posteriores contratos firmados pela Petrobras, a recuperação de dados referentes às operações realizadas e a celebração do acordo de leniência com o pagamento integral do valor acordado. A complexidade do caso exige uma abordagem cooperativa e ponderada, que leve em conta todos esses aspectos.

273. Com efeito, à luz da verdade material, razoabilidade e proporcionalidade que devem pautar às Decisões desta Corte, propõe-se que o débito tratado nesses autos seja considerado quitado em face do pagamento integral do valor acordado pela Samsung Heavy Industries (SHI) no âmbito de seu Acordo de Leniência celebrado com a CGU/AGU, conforme Certidão de Quitação à peça 187 destes autos.

274. Portanto, os argumentos aqui analisados devem ser parcialmente recepcionados, motivo pelo qual ao final será proposto que o TCU reconheça a quitação ao débito apurado nesta TCE.

III.5. ARGUMENTOS E ALEGAÇÕES INDIVIDUALIZADAS 150

275. O teor das contestações apresentadas pelos responsáveis, contemplando todos os aspectos imprescindíveis às respectivas análises que serão realizadas subsequentemente, de maneira sucinta, serão organizados e reproduzidos a seguir.

III.5.1. Responsável: Eduardo Costa Vaz Musa

276. Cabe inicialmente salientar que os argumentos apresentados na peça de defesa (peça 59) foram todos analisados no tópico referente ao reconhecimento da condição de colaborador (parágrafos 150 a 189), isso porque sua defesa funda-se somente nesse argumento central. Tendo em vista que cabe maior aprofundamento em alguns pontos, os quais foram somente tangenciados anteriormente, apresenta-se a seguir, por economia processual, apenas um resumo a fim de reavivar os argumentos apresentados e analisados, sendo posteriormente feita a análise individualizada da responsabilidade do defendente.

III.5.1.1. Alegações de defesa (peça 59)

277. Verifica-se que a defesa inicia a peça 59 com um histórico processual e argumenta que o requerido deve ser reconhecido como colaborador da justiça, pois as imputações baseiam-se em suas próprias declarações efetuadas no âmbito de seu Acordo de Colaboração Premiada.

278. Destaca a defesa a importância da colaboração do Sr. Eduardo Costa Vaz Musa com a "Operação Lava Jato", expondo ilícitos nas contratações da Petrobras e contribuindo para o esclarecimento dos fatos. Sustenta que o TCU deve aderir ao Acordo de Colaboração Premiada, pois se beneficia das provas produzidas pelo colaborador.

279. Informa a defesa que o requerente restituiu integralmente todos os valores recebidos irregularmente e pagou multa compensatória cível, portanto, deve ser tratado como colaborador perante o TCU. Por fim, a defesa solicita que o TCU reconheça a condição de colaborador e não aplique qualquer penalidade.

Análise das alegações de defesa do Sr. Eduardo Costa Vaz Musa (peça 59)

280. *Prima facie*, é importante registrar que a defesa do responsável se fundamentou primordialmente na premissa de que o TCU deveria reconhecer sua condição de colaborador e, conseqüentemente, abster-se de aplicar qualquer sanção. Adicionalmente, a defesa sustenta que não deveria ser exigido do responsável qualquer ressarcimento relativo ao dano ao erário, uma vez que todos os valores recebidos de forma irregular teriam sido devolvidos, além do pagamento de multa compensatória.

281. Nesse contexto, é relevante salientar que os argumentos relativos ao reconhecimento da condição de colaborador devem ser acatados, conforme análise realizada nos parágrafos anteriores desta instrução. No entanto, é imperativo reiterar que tal reconhecimento não exime o responsável de ressarcir qualquer dano remanescente, sendo que os pagamentos efetuados no âmbito de seu acordo podem ser compensados oportunamente durante a execução de eventual acórdão condenatório do TCU.

282. No caso em questão, considerando o pagamento significativo realizado pela Samsung Heavy Industries no contexto de seu acordo de leniência, será examinado se o montante desembolsado abrange a totalidade do débito identificado nestes autos, o que pode evitar a cobrança do débito do responsável, mas não impede que o TCU julgue as contas. A questão relativa à integralidade do montante pago pela Samsung será abordada em um tópico específico ao final destas análises.

283. Embora não tenha havido contestação por parte do responsável, à luz da verdade material, os fundamentos da responsabilização foram reavaliados, levando-se em consideração os argumentos apresentados pelos demais responsáveis, tendo em vista a responsabilidade solidária pelos ilícitos.

284. Dito isso, conforme se depreende da matriz de responsabilização contida no Apêndice "D" da peça 4, as condutas atribuídas ao responsável são as seguintes:

Superfaturamento na construção do navio-sonda Petrobras 10.000 pela Samsung.

Determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

Pagamentos por período de ociosidade do Petrobras 10.000.

Determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

285. As evidências apresentadas nos autos e destacadas na instrução da peça 4 não somente delineiam a conduta ilícita do Sr. Eduardo Costa Vaz Musa, mas também permitem verificar a importância dos elementos de prova colhidos em seu acordo de colaboração, o que corrobora a proposta de encaminhamento ao final exposta no sentido de reconhecer a condição de colaborador. Replicam-se aqui os trechos que elucidam os fundamentos da responsabilização proposta (peça 4, p. 5-17):

III.1. Petrobras 10.000

Histórico contratual

(...)

24. Em dezembro de 2005, começaram a circular e-mails demandando as áreas de Finanças, Tributário e Jurídico por pareceres nas tratativas com a Mitsui e fica premente a necessidade de formação de equipe para atuar na preparação das negociações. O intercâmbio de correio eletrônico segue ao longo dos meses seguintes, trocando informações entre os interlocutores e **formalizando Eduardo Musa como gerente do projeto.**

(...)

27. **Em 12/6/2006 uma missão é enviada ao Japão e Coréia do Sul** para detalhar com a Mitsui e a Samsung Heavy Industries (SHI) os instrumentos contratuais relativos à construção do navio. Nesta missão **estão relacionados Eduardo Musa, Demarco, Maurício Velloso, Mônica Antão Xavier e Mario Luís Oliveira**, sendo que este último não chegou a embarcar.

28. Em 26/6/2006 Demarco encaminha para Moreira um e-mail com o relatório da viagem. Nesta mesma **data Musa encaminha e-mail a Maurício solicitando que todas as mensagens relativas ao projeto sejam copiadas a ele.** Em 6/7/2006, Maurício Velloso faz uma consulta ao Jurídico sobre a possibilidade de utilização do navio sonda, construído no exterior sem licitação, em águas brasileiras, demonstrando incerteza quanto à real campanha de poços no exterior.

(...)

30. Em 17/4/2007, **Demarco envia mensagens de e-mail para Eduardo Musa** e Mônica Xavier sobre a contratação do operador da Petrobras 10.000. A P&M conduziu a pesquisa de mercado (*market inquiry*) convidando dez empresas. De acordo com os critérios iniciais, a Transocean (TO) e a Pride figuravam como 1ª e 2ª colocadas, respectivamente. O primeiro planejamento previa somente a seleção de um operador para o navio-sonda. Posteriormente, todavia, as empresas adotaram a premissa de aquisição da propriedade da embarcação depois de dez (Pride) ou vinte anos (TO).

(...)

50. Seguiram-se etapas de negociação que incluíram reuniões em 26/5/2006 (Mitsui e Nestor Cerveró), em 5/6/2006 (Nestor Cerveró, Samsung e Mitsui) e **em 28/6/2006 (Nestor Cerveró e Mitsui) e visita de Demarco Epifânio e Eduardo Musa** ao Japão e à Coreia do Sul.

(...)

61. Embora Júlio Camargo tenha posteriormente retirado que Fernando Soares teria feito menção à Diretoria Internacional quando combinaram o valor do acordo, **o próprio Fernando Soares e Nestor Cerveró e Eduardo Musa, dois dos destinatários da propina, confirmaram o recebimento dos valores:**

QUE negociou com JÚLIO CAMARGO uma comissão para o depoente de quinze milhões de dólares; QUE quando o negócio começou a andar, em razão da confiança que tinha com NESTOR CERVERÓ e MOREIRA, o depoente propôs que houvesse o pagamento de parte de sua comissão para o grupo técnico da PETROBRAS; QUE fez tal sugestão em razão da relação de amizade e por eles terem oportunizado negócios do depoente com a PETROBRAS; QUE do valor da comissão do depoente, o depoente repassaria aproximadamente oito ou nove milhões de dólares para os funcionários da PETROBRAS e o depoente ficaria com cerca de seis ou sete milhões de dólares; QUE ainda não tinha conhecimento de como seria a divisão interna entre eles, pois em um primeiro momento conversou apenas com NESTOR CERVERÓ e LUIZ MOREIRA; QUE, posteriormente, apareceu o nome dos outros técnicos que também receberam valores, que foram RAFAEL COMINO, CEZAR TAVARES, EDUARDO MUSA e o DEMARCO. [Peça 61, p. 8].

QUE o declarante solicitou o pagamento de uma propina de US\$ 15 milhões de dólares; QUE essa solicitação foi repassada a FERNANDO ANTÔNIO DE FALCÃO SOARES, que era o responsável por tratar da propina com JÚLIO CAMARGO; QUE geralmente os operadores do recebimento e repasse de propinas celebram contratos de consultoria registrados no exterior para o pagamento de valores; QUE o declarante não sabe se nesse caso específico FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES assinou contrato desse tipo com JÚLIO CAMARGO; QUE a propina seria paga por JÚLIO CAMARGO, como intermediário do negócio; QIE o valor seria dividido entre o declarante, os gerentes MOREIRA, MUSA, COMINO, DEMARCO e o terceirizado TAVARES, o Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA e FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES.

[Peça 59, p. 2].

Que, por volta de julho de 2006, quando o declarante estava começando a trabalhar no desenvolvimento do projeto do navio sonda PETROBRAS 10.000, MOREIRO mostrou uma planilha de divisão de propinas da área internacional da PETROBRAS; QUE esta planilha constavam codinomes (apelidos); QUE o apelido de NESTOR na planilha era “LINDINHO”; QUE NESTOR CERVERÓ foi indicado de DELCÍDIO DO AMARAL, senador pelo PT, que foi diretor da área de gás e energia no Governo FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, época em que NESTOR CERVERÓ era o seu gerente executivo; QUE neste planilha estavam PASSADENA e PETROBRAS 10.000, sendo que o navio VITÓRIA 10.000 foi acrescentado posteriormente; QUE a planilha foi apresentada nesta reunião que estavam presentes LUIS MOREIRA, gerente executivo de NESTOR CERVERÓ, CEZAR TAVARES, ex-funcionário e contratado como consultor de MOREIRA e COMINO, gerente da área internacional, sendo que todos receberiam propina, proporcionalmente e conforme a atuação nos projetos; QUE o declarante participaria da divisão da propina na PETROBRAS 10.000 porque trabalharia no desenvolvimento do projeto.

[Peça 60, p. 2-3].

62. Os dados das contas utilizadas nas transações corroboram o entendimento de que os valores recebidos da Samsung por Júlio Camargo e repassados a Fernando Soares se destinavam ao repasse de propinas à Diretoria Internacional, em especial a Nestor Cerveró (peça 14, p. 28-46). **O próprio Nestor Cerveró e Eduardo Musa confirmaram o recebimento desses valores.**

63. **Assim é que, dos US\$ 20 milhões acordados pela Samsung para remunerar os trabalhos de Júlio Camargo, US\$ 15 milhões foram destinados ao pagamento de propina.** Por óbvio que esse valor foi contemplado pela Samsung como custo do negócio e foi considerado para compor os US\$ 586.000.000,00 do *Ship Building Contract* (SBC). (grifos acrescidos)

286. Pela análise realizada nesta instrução, não se vislumbra alterações na responsabilização proposta. Ademais, salienta-se que não houve apresentação de elementos, ainda que por outros responsáveis arrolados, que pudessem refutar a configuração da irregularidade tratada nos autos.

287. Com efeito, apesar do acolhimento parcial das alegações de defesa, que se baseiam no argumento de que o TCU deve reconhecer a condição de colaborador do responsável, verifica-se que as provas e demais elementos de convicção colacionados no presente processo indicam que o Sr. Eduardo Musa foi responsável pela contratação desnecessária e ilegítima do navio sonda Petrobras 10.000, sem a necessária previsão de demanda, mediante recebimento de propina.

288. Portanto, ao final será proposto que suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhe ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelo responsável será proposta sua inabilitação pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU. No entanto, a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU serão suspensas, em face do reconhecimento de sua condição de colaborador, desde que seja mantido o respeito ao acordo firmado.

III.5.2. Responsável: Hamylton Pinheiro Padilha Junior

289. É imperativo destacar, de forma inicial, que os argumentos articulados na mencionada peça de defesa foram, em sua maior parte, apresentados e analisados em tópicos antecedentes. Naquelas análises abordou-se argumentos referentes à prescrição e ao reconhecimento da condição de colaborador, os quais, em última análise, são os pilares fundamentais da defesa apresentada (parágrafos 35 a 189).

290. No entanto, ainda persiste um argumento não apreciado até o presente momento. Este será apresentado na sequência, seguido de sua análise à luz de todo contexto delimitado nos autos.

291. Ademais, é importante ressaltar a necessidade de aprofundamento e individualização de questões relativas à conduta atribuída ao responsável à luz da verdade material, em que pese determinados aspectos não terem sido objeto de contestação pela defesa do responsável.

292. Dito isso, passa-se a apresentação do argumento ainda não apreciado, sendo posteriormente procedida a análise individualizada da responsabilidade do defendente.

III.5.2.1. Alegações de defesa (peça 67)

293. Inicialmente, a defesa do responsável alerta para a possibilidade de o Exmo. Ministro Aroldo Cedraz estar impedido para julgar esta demanda.

294. Alude, nesse sentido que o Ministro Relator já se declarou impedido no processo TC 039.955/2018-4, conforme evidenciado pelo documento anexado à peça 68 destes autos e, por entender que ambos os processos têm a mesma origem, ou seja, são derivados do Acórdão 2.724/2017-TCU, solicita que o Ministro avalie se também se encontra impedido de julgar o presente processo (p. 1-2).

295. Os demais argumentos que compõem a peça foram analisados anteriormente (parágrafos 61 a 96 e 150 a 189).

Análise das alegações de defesa do Sr. Hamylton Pinheiro Padilha Junior (peça 67)

296. Insta inicialmente salientar que a demanda apresentada, qual seja, que o ministro avalie se está impedido de atuar no caso, em sua essência, não se configura propriamente como um argumento de defesa. Na verdade, essa demanda se assemelha mais a um pedido formal, uma solicitação processual, devendo ser, por isso, tratada dessa forma.

297. Há apenas mera conjectura acerca dessa possibilidade, em face de que o ministro havia se declarado impedido em outro processo, supostamente derivado do mesmo acórdão que deu impulso ao processo em tela. Não havendo sequer argumentos para corroborar o pedido.

298. Vale acrescentar que em situações semelhantes, nas quais os responsáveis alegam prejuízo à ampla defesa ou ao contraditório, já decidiu o TCU que o reconhecimento condição de impedimento, depende da comprovação, de forma inequívoca, de uma hipótese taxativamente prevista na legislação de regência. Além disso, seria também necessário demonstrar o interesse

direto no processo de controle externo do relator, o que poderia representar uma possível ofensa ao princípio da imparcialidade.

299. A partir da análise da referida peça de defesa, não se evidencia a demonstração de nenhuma dessas condições. Portanto, não cabe a esta unidade técnica, nesta etapa processual, na qual se analisam as alegações de defesa de diversos responsáveis, propor qualquer medida nesse sentido. Por certo, o ministro relator, ao reavaliar o caso, poderá revisitar o assunto, adotando medida que julgar necessária.

300. Cabe por fim destacar o enunciado de jurisprudência desta Corte extraído do Acórdão 922/2021, sob a relatoria do Exmo. Ministro Augusto Nardes, que assevera:

Para o acolhimento de arguição de impedimento ou de suspeição da autoridade excepta, é imprescindível que a parte supostamente prejudicada comprove, de forma inequívoca, hipótese taxativamente prevista na legislação de regência, como também o interesse direto do relator no desfecho do processo de controle externo, com ofensa ao princípio da imparcialidade do juiz e a dispositivo da Lei Orgânica da Magistratura.

301. Finalizada a análise do último argumento apresentado pelo defendente, passa-se ao aprofundamento dos pontos essenciais à responsabilização.

302. Registre-se que a defesa do responsável se baseou primordialmente na premissa de que o TCU deveria reconhecer sua condição de colaborador e, conseqüentemente, abster-se de aplicar qualquer sanção. Ademais, a defesa sustenta que não deveria ser exigido do responsável qualquer ressarcimento relativo ao dano ao erário, sob o argumento de que todos os valores recebidos de forma irregular já teriam sido integralmente devolvidos, além do pagamento de multa compensatória e do estabelecimento de outras medidas por parte das entidades celebrantes.

303. Nesse cenário, é relevante enfatizar que os argumentos relativos ao reconhecimento da condição de colaborador devem ser acatados, conforme análise realizada nos parágrafos anteriores desta instrução (parágrafos 150 a 189). No entanto, é imperativo reiterar que tal reconhecimento não exime o responsável de ressarcir qualquer dano remanescente ao erário. Os pagamentos efetuados no âmbito de seu acordo de colaboração podem ser compensados oportunamente durante a execução de eventual acórdão condenatório proferido pelo TCU, conforme também tratado alhures.

304. Embora não tenha havido contestação por parte do responsável, à luz da verdade material, os fundamentos da responsabilização foram revisitados, levando-se em consideração os argumentos apresentados pelos demais responsáveis, tendo em vista a responsabilidade solidária pelos ilícitos praticados.

305. Dito isso, conforme se depreende da matriz de responsabilização contida no Apêndice "D" da peça 4, as condutas atribuídas ao responsável são as seguintes:

Superfaturamento no contrato de afretamento do navio-sonda DS-5 pela Pride/Enesco.

Intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras na contratação do afretamento do DS-5, incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência

Pagamentos por período de ociosidade do DS-5.

Intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras, incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência.

306. As evidências apresentadas nos autos e destacadas na instrução da peça 4 não apenas delineiam de forma clara e inequívoca a conduta ilícita do Sr. Hamylton Pinheiro Padilha Junior, mas também permitem verificar a relevância e o peso dos elementos de prova colhidos em seu acordo de colaboração. Esses elementos corroboram a proposta de encaminhamento ao final exposta no sentido de reconhecer sua condição de colaborador.

307. Para elucidar os fundamentos da responsabilização proposta, replicam-se aqui os trechos pertinentes (peça 4, p. 21-33):

Histórico de outros fatos que cercaram a contratação

111. A contratação do afretamento do DS-5 junto à Pride teve origem em fatos irregulares, relatados pelo colaborador Hamylton Padilha Júnior – que atuou no negócio como representante da Pride e intermediário das propinas pagas e confessadas pela Samsung Heavy Industries em seu acordo firmado com o Department of Justice (DOJ), no âmbito do Foreign Corrupt Practices Act (FCPA, Lei de Práticas de Corrupção no Exterior em tradução livre).

112. **Hamylton Padilha descreveu os fatos da seguinte maneira** (ajustes de forma e grifos acrescidos):

(...) que no melhor de suas lembranças pode esclarecer graves irregularidades que envolvem a contratação da sonda denominada DS-5 no ano de 2007 e 2008, com a Diretoria Internacional da Petrobras, que era presidida pelos Sr. Nestor Cerveró; Que, com relação ao NAVIO DS-5 (ex-Pride Mendocino), o declarante esclarece que a sequência de eventos que levaram as negociações entre a Pride Internacional Inc. (hoje Enasco) e a Petrobras para a contratação do navio DS-5 estão muito bem resumidas na carta da Enasco enviada à Petrobras em resposta ao relatório de auditoria interna, o qual foi entregue ao MP (Doc. 1); Que, em maio de 2007, após as diversas tentativas prévias de realização de negócios da Pride com a área internacional da Petrobras, o declarante foi procurado pelo Sr. Raul Schmidt Felipe Júnior (“Raul Schmidt”), que alegava estar representando o Diretor de Engenharia da Petrobras, Renato Duque, quando lhe informou que, embora as negociações já estivessem muito adiantadas, a Pride não iria ter sucesso nesta negociação sem que houvesse pagamento de propina; Que embora Raul Schmidt tivesse dito no primeiro momento que era ligado a Renato Duque, o certo é que ele disse ter certeza de que a **Pride só realizaria qualquer negócio com a Petrobras, na área internacional, se fossem pagas propinas para certos Diretores, dando a entender que era mais de uma pessoa; Que, no primeiro momento, o declarante informou que não haveria qualquer possibilidade de pagamento de propina, porque suas comissões já estavam, negociadas e assinadas via contrato com a Pride e também por conta do compliance interno das companhias americanas (FCPA);** Que, diante desta primeira resposta, Raul Schmidt sugeriu que o navio fosse construído pela Samsung Heavy Industries Co. (“Samsung”), nos moldes de operações anteriores (Vitória 10.000 e Petrobras 10.000) já concluídas; **uma vez que a Samsung estaria disposta a viabilizar o pagamento de propinas, com a entrega de recursos no exterior para serem repassados à diretoria internacional da Petrobras;** Que o declarante afirma que naquele momento a Pride estava negociando a possível construção do navio com três estaleiros coreanos (DAEWOO, SAMSUNG e HYUNDAI); Que, no entanto, em outubro de 2007, foi marcada reunião entre os executivos da Pride e o presidente da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, o qual neste encontro indicou que a Samsung seria a empresa mais indicada, por conta, segundo ele, dos bons serviços prestados à Petrobras; Que, em decorrência da solicitação da Petrobras, a Pride encerrou as negociações com os demais estaleiros e prosseguiu as negociações com a Samsung para a construção da sonda DS-5; **Que, posteriormente o declarante manteve contato com Harry Park (Vice Presidente da Samsung) o qual indicou poder ajudar no processo com base na recente experiência anterior na contratação dos dois navios da Petrobras (PB 10.000 e Vitória 10000), oportunidade em que ele alegou que os diretores Renato Duque e Nestor Cerveró estavam “alinhados” nesta negociação e que já haviam informado ao Sr. Júlio Camargo que ele não participaria da mesma.** Que o declarante acrescenta que durante o processo de negociação com a Petrobras e Pride lhe solicitou a diminuição de sua comissão que era de 2,5% sobre o faturamento mensal da companhia no afretamento do navio, para 1,5%, o que acabou por se consumir voluntariamente ao final do processo; Que em função disto, ao negociar com Harry Park, após ter aceitado reduzir sua comissão como proposto pela Pride, negociou com a Samsung o pagamento de US\$ 10.000.000,00 que era o valor que iria compensar parcialmente a redução de sua comissão, uma vez que a Samsung tinha interesse que se encerrasse rapidamente a negociação de construção do navio entre ela e a Pride; Que nesta oportunidade restou acertado com Park, da Samsung, que valor idêntico seria pago a título de propina ao Sr. Raul Schmidt, que, segundo o entendimento do declarante, seria repassado a Renato Duque e Nestor Cerveró; Que, então foi realizada a assinatura do “Comission Agreement”, em 18/10/2007, entre Samsung Heavy Industries Co., Ltd., de um lado, e como agentes, Barvella Holdings Corp (BVI), e a empresa Goodall Trande Inc. (BVI)

(“Doc 2”), que tem como beneficiário final o Sr. Raul Schmidt; Que, desta forma, cada parte receberia os citados dez milhões de dólares americanos; Que foi Raul Schmidt quem indicou a companhia Goodall Trade Inc. para receber a quantia paga pela Samsung quem, segundo ele, tinha como destinatários Renato Duque, Nestor Cerveró e a si próprio (Invoice da Goodall Trade Inc. encaminhado para a Samsung – “Doc. 3”); Que o declarante indicou como beneficiário da sua parte a empresa Barvella Holdings Coop. Que é de seu amigo Cesar Piletto, o qual assinou os documentos de abertura da conta junto aos bancos Universal Bank no Chipre e EVG em Antígua; **Que o declarante pediu ao seu amigo Cesar para utilizar esta conta para não permitir que a Pride tomasse conhecimento do recebimento da comissão diretamente do estaleiro; Que o Sr. Cesar Piletto nunca teve conhecimento das conversas mantidas pelo declarante e apenas lhe prestou um favor, sem conhecer qualquer irregularidade; que todas as instruções para a abertura da conta foram fornecidas pelo declarante, sem a participação do Cesar Piletto em qualquer aspecto desta negociação com a Petrobras, com Raul Schmidt ou com a Samsung; Que a Barvella recebeu o valor total contratado com a Samsung, em 3 parcelas com datas distintas, no período de março de 2008 a março de 2011 (Invoice nº 2 e 3 da Barvella encaminhado para a Samsung – “Docs. 4 e 5), por meio de créditos efetuados em 2 contas mantidas junto aos bancos Universal Bank, em Chipre, e EVG Bank, em Antígua:**

- **Parcela 1: recebida em 14/3/2008, no valor de USD 4.000.000,00, creditado na conta mantida no Banco Universal Bank, em Chipre (ver detalhes abaixo);**
- **Parcela 2: recebida em 30/8/2008, no valor de USD 2.999.976,00, creditado na mesma conta do Universal Bank; totalizando o montante de USD 6.999.976,00 recebido nesta conta; e**
- **Parcela 3: recebida em 16/3/2011, no valor de USD 3.000.000,00 recebido na conta junto ao EVG Bank (nº 1113).**

Que após a assinatura definitiva dos contratos, o Sr. Raul Schmidt procurou o declarante afirmando que os diretores da Petrobras ainda não estavam satisfeitos com o quanto recebido e solicitavam um pagamento adicional no valor de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares americanos); Que, na sequência, o declarante encontrou com Renato Duque e Nestor Cerveró no Hotel Marina, no Rio de Janeiro; Que a quase totalidade das conversas girou em torno de amenidades, sendo que ao final eles afirmaram que o declarante seria procurado por um contato deles para receber a quantia adicional solicitada, cujo nome era o Sr. Diogo Candolo; Que, de fato o declarante foi procurado por Diogo, salvo engano no final de março ou início de abril de 2008, e por indicação dele, em 9/4/2008, foi realizada a transferência do valor de US\$ 1.800.000,00 da conta da Barvella junto ao Universal Bank para a conta da empresa Aermacchi Group Ltd., mantida junto ao banco EGV em Antígua (atualmente extinto) da conta nº 1086, já encerrada, cujo beneficiário era o próprio declarante; Que tal expediente foi feito para não estabelecer vínculo direto com conta da Barvella, e em seguida US\$ 1.000.000,00 foram transferidos para a conta indicada por Diogo, ou seja, para a empresa Hong Shing Trading Limited, também na mesma data de 9/4/2008 mantida junto ao Banco Hang Seng Bank, em Hong Kong nº 776-0470784-883 (Invoice encaminhado para a Hong Shing Trading – “Doc. 6”), acreditando o declarante que referida sociedade seja dos referidos diretores ou que esta tenha repassado o dinheiro a eles; (...)

[Peça 63].

(...)

118. Somados a esses indícios, os relatos de Hamylton Padilha e da Samsung contam mais sobre a motivação da contratação.

119. Resumidamente, a Samsung, intencionando vender um navio-sonda à Pride, buscou funcionários da Diretoria Internacional da Petrobras com os quais já havia feito negócios ilícitos recentemente para que eles providenciassem um contrato de afretamento com a Pride de modo que ela efetivasse a compra da sonda junto à Samsung.

120. O afretamento do navio-sonda DS-5 como um negócio que interessava à Samsung, e não à Petrobras, é situação que se confirma:

- a) pelas características peculiares do processo de negociação e contratação;
- b) pelas condições amplamente desfavoráveis para a contratante;

c) pelo uso do estudo criado contendo premissas irreais e/ou falseadas apenas para justificar ilicitamente contratos que gerariam propinas;

d) pelo depoimento do colaborador **Hamylton Padilha**, que representou a **Pride na negociação e que intermediou o repasse de parte da propina aos funcionários da Petrobras;**

e) pelo relato da própria Samsung em seu acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos; e

f) pelas evidências do recebimento dos valores por parte de Hamylton e Raul Schmidt e posterior repasse para o pagamento de propinas a Nestor Cerveró e Renato Duque.

121. No contexto dessa contratação, vislumbram-se as seguintes hipóteses de causas de prejuízos à Petrobras:

a) sobrepreço no contrato de afretamento; e

b) pagamentos por períodos ociosos em razão da falta de demanda da sonda.

1. 131. Todavia, no caso concreto é certo que houve sobrepreço, tornando-se irrelevante a forma como foi materializado o superfaturamento correspondente. É que no jogo de acertos espúrios entre Samsung, Pride e agentes da Petrobras, a Samsung **admitiu o patrocínio de propina para que a Pride assegurasse ser contratada para o afretamento, repassando esse valor no preço que cobrou desta última.** Como visto em transcrição feita na página 27 acima (sem grifos):

21. A Samsung Heavy Industries aumentou o preço que cobrou da Companhia de Afretamento [Pride] pelo Navio-sonda em US\$ 20 milhões para compensar os US\$ 20 milhões que concordou em pagar ao Agente Brasileiro 1 [**Hamylton Padilha**]. (grifos acrescidos)

308. A partir da análise empreendida nesta instrução, considerando-se, inclusive, os elementos adicionados aos autos por outros responsáveis, não se percebe qualquer modificação na responsabilização inicialmente proposta na peça 4. Em outras palavras, não houve a apresentação de elementos suficientemente robustos que pudessem refutar a configuração da irregularidade discutida nos autos.

309. De fato, apesar do acolhimento parcial das alegações de defesa, que se fundamentam na premissa de que o Tribunal de Contas da União (TCU) deve reconhecer a sua condição de colaborador, constata-se que as provas e demais elementos de convicção reunidos no presente processo indicam que o Sr. Hamylton Pinheiro Padilha Junior teve participação decisiva na contratação do afretamento do DS-5, uma vez que intermediou negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras.

310. Portanto, ao final será proposto que suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhe ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelo responsável será proposta sua inabilitação pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU. No entanto, a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU serão suspensas, em face do reconhecimento de sua condição de colaborador, desde que seja mantido o respeito ao acordo firmado.

III.5.3. Responsável: Demarco Jorge Epifânio

311. Cabe inicialmente salientar que os demais argumentos apresentados na peça de defesa (peça 85) foram todos analisados nos tópicos anteriores. Assim nesse tópico somente serão apresentados os argumentos ainda não apreciados, sendo posteriormente feita a análise individualizada da responsabilidade do defendente.

III.5.3.1 Responsável: Demarco Jorge Epifânio (peça 85)

312. A peça defensiva é iniciada por um longo e detalhado histórico dos eventos que antecederam a citação do responsável, visando estabelecer um panorama temporal dos fatos que

culminaram no processo em tela. Após a minuciosa exposição, a defesa faz constar inferências e destaques que serão trabalhados ao longo da aludida peça (p. 1-10).

313. Ainda em sede preliminar, destacando artigos das Leis Federais 9.478/1997 e 13.303/2016, bem como do Decreto Federal 2.745/1998, advoga que a operação analisada foi na verdade uma parceria estratégica entre Petrobras e Mitsui para aquisição conjunta de navio-sonda DP, seguida pelo afretamento direto para empresas do Conglomerado Petrobras, a preço de custo operacional semelhante a um *built to suit*, o que estaria plenamente previsto no ordenamento jurídico pátrio (p. 11-13).

314. Afirma que tal operação envolveu dois macros estágios, quais sejam, entendimentos preliminares não vinculantes (premissas básicas do negócio) e posterior formalização da parceria estratégica entre os conglomerados Petrobras e Mitsui. Desse modo, a defesa alude que o negócio fora firmado sob leis estrangeiras e que o responsável não teve qualquer participação em nenhum dos dois macros estágios citados, haja vista que não era Diretor nem Gerente Executivo de nenhuma das sociedades integrantes do Conglomerado Petrobras e jamais teria participado das tratativas iniciais do negócio (p. 13-14).

315. Reforçando os argumentos acima, a defesa informa que nenhum dos documentos que deram suporte ao negócio foram elaborados ou tiveram participação do responsável e acrescenta que à época o defendente respondia pela Petrobras *Europe Ltd.* (“PEL”), tendo sido integrado ao grupo gerencial multifuncional responsável pela negociação e elaboração dos documentos definitivos unicamente porque a SPE a ser constituída pela Petrobras e Mitsui seria institucionalizada na Holanda, sendo, por essa lógica, natural seu envolvimento na operação nessa fase (p. 14-16).

316. A defesa faz ainda constar listagem de documentos e de marcos temporais os quais comprovariam que o negócio teria seguido os trâmites legalmente previstos, haja vista, no seu entender, tratar-se de parceria estratégia relacionada à atividade fim da estatal, realizada sob a égide das normas de direito privado internacional e não mera aquisição de bens e serviços, de forma que, nesse contexto, haveria mitigação dos rigores das normas de Direito Público, notadamente no que concerne à licitação, conforme entendimento esposado nos próprios pareceres do departamento jurídicos da Petrobras, destacados na referida peça (p. 16-22).

317. Nesse contexto, entende a defesa, não haver indícios de irregularidades no negócio celebrado, ou seja, não houve burla ao processo licitatório e arremata, por fim, que eventual dano decorrente da aquisição fora ressarcido por acordos celebrados por outros responsáveis, sendo certo que os prejuízos financeiros do navio-sonda Petrobras 10.000 estão associados à subutilização devido a mudanças no cenário internacional de exploração de petróleo (p. 22-23).

318. Afere o responsável que a presente peça de defesa trata exclusivamente das supostas irregularidades ocorridas na operação envolvendo o navio-sonda Petrobras 10.000 e, sob esse prisma, alegam que não haveria evidências suficientes para provar a participação determinante do defendente nos atos ilegais. Isso porque as condutas efetivamente praticadas por ele dizem respeito, exclusivamente, à estruturação final dos “documentos definitivos” da parceria estratégica firmada entre Petrobras e Mitsui, sendo portanto incabível exigir que o defendente, como subordinado hierárquico que era, atuar para “impedir” decisões proferidas pelo colegiado da Diretoria Executiva, ou de seus superiores, integrantes da Gerência Executiva e Diretoria Internacional (p. 24-27).

319. Argumenta ainda a defesa que os atos decisórios praticados pela 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba na Ação Penal nº 5014170-93.2017.404.7000 foram declarados nulos pelo Superior Tribunal de Justiça, devido à incompetência material. Além disso, informam que esses autos ainda não foram remetidos para a Justiça Eleitoral, que seria o juízo competente para apurar a matéria. Portanto, não haveria sequer uma denúncia criminal aceita pelo juízo competente, o que significa inexistência de qualquer crime, de modo que a responsabilização proposta nos autos embasadas naquela ação não merece prosperar (p. 27-28).

320. Respalhada em uma extensa doutrina nacional e em precedentes do Supremo Tribunal Federal, entende a defesa que o direito potestativo da Administração Pública teria sido fulminado pelo instituto da decadência administrativa regulamentada pela Lei Federal 9.784/1999. Isso porque, em que pese a supracitada lei Federal não ser expressamente dirigida aos Tribunais de Contas, aqueles não têm a prerrogativa de se eximir da sua aplicação. Assim, no caso concreto argumentam que a decadência administrativa foi consumada em 2011, onze anos antes da instauração do presente processo de responsabilização, ocorrido em 2022, haja vista que o primeiro pagamento supostamente irregular ocorreu em 2006 (p. 29-42).

321. Por fim a defesa reitera os argumentos suscitados e roga pelo afastamento das supostas irregularidades atribuídas ao defendente (p. 102-106).

Análise das alegações de defesa de Demarco Jorge Epifânio (peça 85)

322. Rememore-se que a responsabilização proposta na instrução anterior, conforme se depreende da matriz de responsabilização contida no Apêndice "D" da peça 4, funda-se nas seguintes condutas:

Superfaturamento na construção do navio-sonda Petrobras 10.000 pela Samsung.

Determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

Pagamentos por período de ociosidade do Petrobras 10.000.

Determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal

323. Dito isso, passa-se à análise dos argumentos apresentados.

324. Alega inicialmente o defendente que a operação entre Petrobras e Mitsui para aquisição de navio-sonda, seguida de afretamento direto, foi uma parceria estratégica legalmente amparada (parágrafo 313). Todavia, esse argumento não merece prosperar.

325. Apesar da aparente de legalidade, a contratação envolveu acordos espúrios entre agentes independentes e funcionários da Petrobras, o que está cabalmente provado nos autos, tanto pelas evidências de pagamento de propina como pela própria confissão das condutas ilícitas pelos próprios envolvidos e diversas condenações criminais conforme apontado na instrução de peça 4, p. 5, nos seguintes termos:

12. A respeito das aquisições dos Navios-Sondas Petrobras 10.000 e Vitória 10.000, a primeira instrução rememorou que **tais operações teriam sido motivadas pelo pagamento de propina a agentes políticos e funcionários da Petrobras, ao invés de estratégias comerciais de interesse da companhia, fatos incontroversos à vista do trânsito em julgado de diversas condenações criminais de tais agentes** (peça 21, 4-6). (grifos acrescidos)

326. Nesse enfoque, importa destacar que este processo foi autuado para tratar do relatório de Comissão Interna de Apuração (CIA) da Petrobras, E&P-INTER 290/2015, constituída inicialmente para apurar denúncia do colaborador Fernando Antônio Falcão Soares que citou **justamente o Sr. Demarco Jorge Epifânio** em ilícitos relacionados ao aluguel de um navio-sonda fornecido pela empresa Mitsui. Posteriormente, com o avançar das apurações, o escopo do trabalho passou a abranger outros fatos associados ao empregado que pudessem configurar irregularidades ou não conformidades.

327. Como está delineado na instrução anterior, o responsável atuou desde o início das negociações, como se verifica à peça 4, p. 7:

22. Inicialmente, entre os anos 2004 e 2005, a Área Internacional da Petrobras apresenta uma necessidade de navios sondas. **Em outubro de 2005, tiveram início negociações prévias para a constituição de uma sociedade entre a Mitsui e a Petrobras com o objetivo de contratar a construção de um navio sonda** (peça 67, p. 5).

23. Em correio de 1º/11/2005 o Sr. Kenta Hori (Diretor na Mitsui) envia diretamente para o então Gerente Geral da INTER-DN/EP, Adauto Carneiro Pereira, um rascunho do Memorandum of Understanding (MoU). Em 28/11/2005, **Demarco repassa um e-mail para Adauto Carneiro Pereira com informações levantadas por Hamylton Padilha** a respeito de sondas de perfuração disponíveis no mercado. Adauto orienta sua equipe (Yan Alexandre da Silva e Carlos Arthur Madeira Cezar de Andrade) a não divulgar essa informação (peça 6, p. 2): **“Mantenham esta informação confidencial, mesmo dentro da INTER-DN. Não sei se era para nós sabermos dela”**.

(...)

30. **Em 17/4/2007, Demarco envia mensagens de e-mail para Eduardo Musa e Mônica Xavier sobre a contratação do operador da Petrobras 10.000.** A P&M conduziu a pesquisa de mercado (market inquiry) convidando dez empresas. De acordo com os critérios iniciais, a Transocean (TO) e a Pride figuravam como 1ª e 2ª colocadas, respectivamente. O primeiro planejamento previa somente a seleção de um operador para o navio-sonda. Posteriormente, todavia, as empresas adotaram a premissa de aquisição da propriedade da embarcação depois de dez (Pride) ou vinte anos (TO).

(...)

50. **Seguiram-se etapas de negociação que incluíram reuniões em 26/5/2006 (Mitsui e Nestor Cerveró), em 5/6/2006 (Nestor Cerveró, Samsung e Mitsui) e em 28/6/2006 (Nestor Cerveró e Mitsui) e visita de Demarco Epifânio e Eduardo Musa ao Japão e à Coreia do Sul.** (grifos acrescidos)

328. Com efeito, com fundamento nessas evidências, também não merece prosperar o argumento de que ele não teve participação em nenhum dos macroestágios (parágrafo 314).

329. De igual modo, não o socorre o defendente a informação de que nenhum dos documentos que deram suporte ao negócio foram elaborados ou tiveram sua participação (parágrafo 315), uma vez que, como visto, sua atuação no negócio está comprovada mediante provas documentais e testemunhais.

330. Rememore-se que, segundo o colaborador Nestor Cuñat Cerveró, o Sr. Demarco Jorge era um dos funcionários da estatal que receberia parte da propina, conforme detalhado na instrução anterior (peça 4, p. 11-12):

55. **Após a obtenção do contrato, em 8/9/2006, a Samsung pagou a primeira parcela a Júlio Camargo no valor de US\$ 6.250.000,00.**

56. O Apêndice A desta instrução resume graficamente a linha do tempo dos principais fatos que cercaram esta contratação.

(...)

61. Embora Júlio Camargo tenha posteriormente retirado que Fernando Soares teria feito menção à Diretoria Internacional quando combinaram o valor do acordo, **o próprio Fernando Soares e Nestor Cerveró e Eduardo Musa, dois dos destinatários da propina, confirmaram o recebimento dos valores:**

QUE negociou com JÚLIO CAMARGO uma comissão para o depoente de quinze milhões de dólares; QUE quando o negócio começou a andar, em razão da confiança que tinha com NESTOR CERVERÓ e MOREIRA, o depoente propôs que houvesse o pagamento de parte de sua comissão para o grupo técnico da PETROBRAS; QUE fez tal sugestão em razão da relação de amizade e por eles terem oportunizado negócios do depoente com a PETROBRAS; QUE do valor da comissão do depoente, o depoente repassaria aproximadamente oito ou nove milhões de dólares para os funcionários da PETROBRAS e o depoente ficaria com cerca de seis ou sete milhões de dólares; QUE ainda não tinha conhecimento de como seria a divisão interna entre eles, pois em um primeiro momento conversou apenas com NESTOR CERVERÓ e LUIZ MOREIRA; **QUE, posteriormente, apareceu o nome dos outros técnicos que**

também receberam valores, que foram RAFAEL COMINO, CEZAR TAVARES, EDUARDO MUSA e o **DEMARCO**.

[Peça 61, p. 8]. (grifos acrescentados)

331. Portanto, os argumentos até aqui apresentados pela defesa não merecem prosperar, uma vez que as evidências nos autos indicam claramente a participação do responsável nas irregularidades investigadas.

332. Também não merece guarida o argumento de que a parceria entre a Petrobras e a Mitsui seguiu os trâmites legais, sendo regida pelo direito privado internacional, o que mitigaria a aplicação rigorosa das normas de Direito Público, incluindo a licitação (parágrafo 316) e tampouco o argumento seguinte que informa não haver indícios de irregularidades no negócio celebrado (parágrafo 317).

333. Contrariamente ao que é sustentado pela defesa, a instrução anterior revelou que o processo de contratação não seguiu o rito processual esperado. Além disso, o verdadeiro motivador da contratação não foi a necessidade de aquisição de navio-sonda devido à crescente demanda da estatal, mas sim o pagamento de propina, conforme detalhado na instrução anterior (peça 4, p. 9-10 e 16):

42. **Em 1º/11/2005 ocorre nova reunião de Nestor Cerveró com os diretores da Mitsui de Tóquio e do Brasil.**

43. **Para justificar a parceria da com a Mitsui e a contratação da Samsung, a Diretoria Internacional elaborou um estudo sobre o “custo de oportunidade de termos ou não uma sonda disponível para os novos negócios da área internacional”. De acordo com auditoria realizada pela Petrobras (peça 67, p. 3, 7, 12 e 21-25), o estudo partiu de uma premissa extremamente otimista. Esse foi o estudo que instruiu a exposição à Diretoria Executiva que culminou na aprovação do projeto na Ata 4.579.**

(...)

46. Nessa oportunidade, Fernando Soares solicitou a quantia de US\$ 15 milhões de dólares para que pudesse “concluir a negociação em bom êxito junto à Diretoria Internacional”. Embora Júlio Camargo tenha tentado reduzir o valor, Fernando Soares foi inflexível: “Júlio, cuida da sua parte que eu cuido da minha, eu cuido da área internacional”. Assim, foi acordado o pagamento dos US\$ 15 milhões solicitados, como única forma de fechar o negócio.

47. Em 13/4/2006, após o acerto entre Fernando Soares e Júlio Camargo, a Diretoria Executiva da Petrobras (DE) emitiu a aprovação das premissas do negócio e a aprovação da *Letter Of Intent* com o estaleiro Samsung Heavy Industries CO. A aprovação se fundamentou no documento DIP INTER-DN 52/2006, datado de 7/4/2006 e submetido à DE em 10/4/2006 por Luis Carlos Moreira (peça 67, p. 5). **Até então, portanto, toda a negociação conduzida pela Diretoria Internacional foi feita sem a autorização prévia da Diretoria Executiva.**

(...)

86. Essa tese é corroborada pelo fato de que o documento que teria demonstrado a necessidade das sondas, “Exercício do Custo de Oportunidade das Sondas” (peça 43), elaborado pela Diretoria Internacional com premissas que o Relatório de Auditoria Interna R-02.E.003/2015 considerou como otimistas, foi elaborado em dezembro de 2005, conforme afirma o mesmo relatório de Auditoria. Entretanto, o estudo somente foi apresentado à Diretoria Executiva em 10/4/2006, por meio do DIP INTER-DN 52/2006, quando foi solicitada a aprovação da assinatura do negócio já previamente acordado.

87. **Ou seja, a suposta necessidade de construção de sondas somente se tornou de conhecimento da empresa, fora do grupo que se beneficiaria da propina, depois que o pagamento ilícito estava acordado. Se a propina não tivesse sido aceita, a Petrobras provavelmente não teria tido conhecimento daquela suposta necessidade e o projeto poderia ser abandonado** sem que houvesse cobranças sobre sua continuidade. (grifos acrescentados)

334. Como restou evidenciado, até a apresentação do documento DIP INTER-DN 52/2006 toda a negociação conduzida pela Diretoria Internacional foi realizada sem autorização prévia da Diretoria Executiva. Para justificar a parceria com a Mitsui e a contratação da Samsung, a Diretoria

Internacional elaborou um estudo sobre o "custo de oportunidade de termos ou não uma sonda disponível para os novos negócios da área internacional", tal estudo foi encomendado em dezembro de 2005, após o início das negociações para a celebração do negócio e do acerto do pagamento de propina.

335. Elucidativo aqui replicar o trecho do Relatório de Auditoria da Petrobras (peça 67, p. 3-4 do TC 004.995/2018-0):

CONCLUSÃO

Alinhamento Estratégico

As propostas de construir dois e de contratar os outros dois navios-sondas foram sustentadas por premissas otimistas, **criando uma expectativa de carteira de trabalho que não se confirmou.**

O estudo que suportou a contratação do primeiro navio-sonda foi realizado em dez/2005, com base em simulações de um cenário probabilístico que pressupunha a aquisição de 4 novos blocos por ano, com 2 prospectos, com 30% de chance de sucesso, avaliadas por 1 poço com 30% de chance de se declarar sua comercialidade, mais o desenvolvimento de 32 poços por campo. Com essa visão, estimou-se a necessidade de pelo menos 2 sondas nos 5 anos seguintes e de pelo menos 6 em 10 anos, **sem base técnica, mas passando a ideia de perda de oportunidade.**

O mesmo estudo foi utilizado, 8 meses após a autorização para construir o Petrobras 10000, para viabilizar a necessidade/opportunidade de se construir um 2º navio-sonda no mesmo estaleiro, e, ainda, para sustentar, no 2º semestre de 2007, a negociação e contratação, sem competição, em jan/2008, do navio-sonda da Pride Global Ltd, o DS-5, também a ser construído pela Samsung Heavy Industries (SHI). Acrescente-se que, em set/2007, a área técnica questionou a necessidade da contratação desse 3º navio-sonda.

O levantamento de oportunidades/necessidades da Área Internacional deixou de considerar o contrato de serviços de perfuração firmado com a empresa Sevan Drilling Pte Ltd (sonda Sevan 650), em set/2006, para operações em águas ultraprofundas da costa americana do Golfo do México, com opção de também operar em outras partes do mundo². Essa unidade, que iniciaria operações em mar/2009, foi cedida à área de Exploração & Produção nacional ao final de 2008.

Por fim, outra contratação sem necessidade comprovada foi a do navio-sonda Titanium Explorer. Enquanto a área técnica apresentava estudo indicando que a necessidade imediata seria a contratação de sonda para 1800 m de lâmina d'água, a INTER-DN recebeu ofertas, negociou e contratou, em jan/2009, por 8 anos, sonda para 3000 m. Na exposição de motivos, um dos argumentos usados foi a cessão da sonda Sevan 650 à área de Exploração & Produção nacional. Naquele momento, o mercado mundial estava paralisado, sob o efeito da crise econômica iniciada em set/2008.

336. Assim, refuta-se também o argumento apresentado no parágrafo 317 que novamente faz menção a inexistência de irregularidades no negócio celebrado, aduzindo que o prejuízo na da operação do Petrobras 10.000 estaria associado à subutilização devido a mudanças no cenário internacional de exploração de petróleo.

337. Como visto, a decisão da Diretoria Internacional de contratar a construção da sonda com a Samsung se deu em razão do pagamento de propina, tida como único meio de haver êxito na negociação. Vale dizer, restou evidenciado na instrução anterior que se não fosse o pagamento de propina a contratação não existiria. Nessa linha, portanto, também não deveria existir os prejuízos advindos da inatividade do Petrobras 10.000, ou seja, os custos com ociosidade, todavia nos que diz respeito a esse tema, será proposto que o débito apurado seja considerado quitado, conforme argumentos anteriormente analisados e aceitos em parte (parágrafos 233 a 274).

338. Em relação a alegação de que eventual dano fora totalmente ressarcido nos acordos de colaboração premiada e leniência celebrados por outros responsáveis solidários nesse processo, vale repisar que a avaliação da suficiência do valor pago pela SHI para cobrir o dano apurado nesse processo foi feita dos parágrafos 233 a 274 de modo que o argumento deve ser acolhido.

339. Contudo não merece prosperar os argumentos sumarizados no parágrafo 318, no qual a defesa argumenta que a participação do acusado se limitou à estruturação de documentos da parceria entre Petrobras e Mitsui, sem provas suficientes para ligá-lo diretamente aos atos ilícitos na operação com o navio-sonda Petrobras 10.000.

340. Primeiro, faz-se necessário trazer à baila que o Sr. Demarco Jorge Epifânio foi destinatário de parte da propina negociada para viabilização do negócio, como amplamente tratado na instrução de peça 4. Tal constatação é fruto da convergência de informações oriundas dos acordos de leniência e colaboração premiada colacionados aos autos. Assim, ainda que as condutas do responsável não tenham sido, nos dizeres da defesa, “determinantes” para concretização da ilícita contratação, porquanto não teria assinado nenhum dos documentos que deram suporte ao negócio, resta claro que o responsável não resguardou os interesses da Petrobras, conforme consta da Matriz de Achados à peça 4.

341. Nesse cenário, forçoso concluir que o responsável teve participação nos atos ilícitos praticados, de modo que concorda-se com a análise anteriormente efetivada.

342. Ainda nessa esteira, verifica-se que a suposta nulidade dos atos praticados pela 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba na Ação Penal 5014170-93.2017.404.7000 devido à incompetência material, em nada altera as análises aqui efetivadas (parágrafo 319).

343. Como bem ressaltado pelo defendente, a anulação se deu devido à incompetência material daquele juízo e esse fato não vincula a atuação do TCU, dado o princípio da independência das esferas. A jurisprudência do STF é firme em reconhecer a independência das instâncias, exceto nos casos em que o Poder Judiciário deliberar pela inexistência material dos fatos ou pela negativa de autoria, conforme julgado da Suprema Corte nesse sentido:

O ajuizamento de ação civil pública não retira a competência do Tribunal de Contas da União para instaurar a tomada de contas especial e condenar o responsável a ressarcir ao erário os valores indevidamente percebidos. Independência entre as instâncias civil, administrativa e penal (MS 25.880, Rel. Min. Eros Grau, Plenário, DJ 16.3.2007).

344. Nessa linha, a jurisprudência do TCU tem entendimento de que a prevalece o princípio da independência das instâncias, de forma que decisões de outras esferas, tanto judiciais como administrativas, não vinculam necessariamente as decisões proferidas por esta Corte de Contas. As hipóteses nas quais o Tribunal acolhe decisões do Poder Judiciário estão delimitadas no Acórdão 869/2020-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro Bruno Dantas:

A absolvição penal afasta a responsabilidade administrativa do gestor perante o TCU apenas quando declarar a inexistência do fato ou da autoria imputada. Se a absolvição for por falta de provas ou ausência de dolo, tal responsabilidade não é excluída.

345. O argumento trazido aos autos, em suma, pretende desconstituir os elementos de prova colacionados nos autos contra o responsável, baseado no suposto entendimento de que o reconhecimento da incompetência da Justiça Federal implicaria tanto na impossibilidade de se utilizar os prazos prescricionais previstos na lei penal (ponto tratado em tópico anterior), quanto na impossibilidade de se utilizar os elementos de prova presente nos autos.

346. Todavia, entende-se que tal anulação incide apenas sobre os atos decisórios praticados pelo juízo incompetente, remanescendo válidos todos os elementos de prova produzidos e presentes nesse processo, exceto aqueles que se utilizam das decisões em sentenças proferidas pelo juízo incompetente como meio de prova, tendo em vista a anulação daqueles atos.

347. Assim, no presente caso não há óbices à atuação do TCU, uma vez que no âmbito desse processo foi assegurado ao responsável seu direito à ampla defesa e ao contraditório e nenhuma decisão do juízo incompetente é utilizada para suportar às condutas discutidas nos autos. Inclusive, a implicação dessa situação para o processo em tela é exatamente essa, ou seja, resume-se ao fato de que todas as possíveis citações que abarquem atos decisórios ou sentenças judiciais anuladas, com o objetivo de atestar fatos ou imputações, deixam de possuir valor probatório para esta Corte de Contas, pelo menos até que sejam ratificadas pelo juízo competente, permanecendo as demais provas, ainda que produzidas no âmbito daqueles processos.

348. Passando-se aos demais argumentos, agrupados no parágrafo 320 desta instrução, os quais tratam da suposta incidência do instituto da decadência administrativa regulamentada pela Lei Federal 9.784/1999, importa consignar que tal instituto não se aplica aos processos de controle externo, conforme remansosa jurisprudência desta Corte de Contas. A decadência de que trata o art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999 é aplicável ao TCU somente como meio de autotutela no desempenho de sua função administrativa, e não aos processos de controle externo.

349. Nesse sentido o enunciado de jurisprudência, consoante Acórdão 1614/2010-TCU-Primeira Câmara, relatoria do Exmo. Ministro José Mucio Monteiro:

Não incide a decadência administrativa, prevista no art. 54 da Lei 9.784/1999, aos processos por meio dos quais o TCU exerce a sua competência constitucional de controle externo.

350. Com efeito, os argumentos aqui analisados não merecem prosperar.

351. Cabe, então, fins de elucidar os fundamentos da responsabilização ao final proposta, replicar aqui os pertinentes trechos da instrução pretérita com a qual concorda-se e incorpora-se a presente instrução (peça 4, p. 7-18):

III.1. Petrobras 10.000

Histórico contratual

21. A partir de cotejo entre os relatórios da Petrobras CIA 290/2015 (peça 6, p. 1-4) e R-02.E.03/2015 (peça 67, p. 5-6) remonta-se o desenvolvimento dos contratos afetos ao Petrobras 10.000 ao histórico sumarizado neste tópico.

(...)

23. Em correio de 1º/11/2005 o Sr. Kenta Hori (Diretor na Mitsui) envia diretamente para o então Gerente Geral da INTER-DN/EP, Aduino Carneiro Pereira, um rascunho do *Memorandum of Understanding (MoU)*. Em 28/11/2005, **Demarco repassa um e-mail para Aduino Carneiro Pereira com informações levantadas por Hamylton Padilha** a respeito de sondas de perfuração disponíveis no mercado. Aduino orienta sua equipe (Yan Alexandre da Silva e Carlos Arthur Madeira Cezar de Andrade) a não divulgar essa informação (peça 6, p. 2): “Mantenham esta informação confidencial, mesmo dentro da INTER-DN. Não sei se era para nós sabermos dela”.

(...)

27. Em 12/6/2006 uma missão é enviada ao Japão e Coréia do Sul para detalhar com a Mitsui e a Samsung Heavy Industries (SHI) os instrumentos contratuais relativos à construção do navio. Nesta missão estão relacionados Eduardo Musa, **Demarco**, Maurício Velloso, Mônica Antão Xavier e Mario Luís Oliveira, sendo que este último não chegou a embarcar.

28. **Em 26/6/2006 Demarco encaminha para Moreira um e-mail com o relatório da viagem.** Nesta mesma data Musa encaminha e-mail a Maurício solicitando que todas as mensagens relativas ao projeto sejam copiadas a ele. Em 6/7/2006, Maurício Velloso **faz uma consulta ao Jurídico sobre a possibilidade de utilização do navio sonda, construído no exterior sem licitação, em águas brasileiras, demonstrando incerteza quanto à real campanha de poços no exterior.**

29. Ata DE 4.595 (item 21, pauta 663), com referência ao DIP INTER-DN 150/2006, aprovou em 13/7/2006 a estrutura da SPE e a construção do navio. Os principais instrumentos do negócio são: o *Ship Building Contract (SBC)*, com a SHI, e o *Participation Agreement* entre Petrobras *International Braspetro B.V.* (PIB B.V.) (50%) e Mitsui (50%), com a incorporação de uma SPE na Holanda, a *P&M Drilling International B.V.* (P&M), para gestão da estrutura de negócio do Petrobras 10.000. O novo valor negociado foi US\$ 586 milhões, em razão de alteração técnicas solicitadas. **Todos os contratos foram assinados em solenidade realizada em 14/7/2006.**

30. **Em 17/4/2007, Demarco envia mensagens de e-mail para Eduardo Musa e Mônica Xavier sobre a contratação do operador da Petrobras 10.000.** A P&M conduziu a pesquisa de mercado (market inquiry) convidando dez empresas. De acordo com os critérios iniciais, a Transocean (TO) e a Pride figuravam como 1ª e 2ª colocadas, respectivamente. O primeiro planejamento previa somente a seleção de um operador para o navio-sonda. Posteriormente,

todavia, as empresas adotaram a premissa de aquisição da propriedade da embarcação depois de dez (Pride) ou vinte anos (TO).

(...)

50. Seguiram-se etapas de negociação que incluíram reuniões em 26/5/2006 (Mitsui e Nestor Cerveró), em 5/6/2006 (Nestor Cerveró, Samsung e Mitsui) e em 28/6/2006 (Nestor Cerveró e Mitsui) e visita de **Demarco Epifânio** e Eduardo Musa ao Japão e à Coreia do Sul.

51. Em 7/7/2006, Luis Carlos Moreira apresentou a Nestor Cerveró o resultado das negociações, tendo o diretor internacional determinado o encaminhamento à diretoria executiva.

52. Na mesma data, a empresa **Piemonte Empreendimentos Ltda.**, pertencente a **Júlio Camargo**, firmou contrato de consultoria com a empresa **Samsung Heavy Industries CO. LTD no valor de US\$ 20 milhões pela intermediação do negócio (Commission Agreement)**. Os valores seriam pagos em três parcelas, de US\$ 6,25 milhão (paga em 8/9/2006), de US\$ 7,5 milhão (paga em 31/3/2007) e de US\$ 6,25milhão (que seria paga quando da entrega da sonda).

53. Os **valores relativos à propina foram** repassados no exterior **por Júlio Camargo a Fernando Soares** à medida que recebeu os comissionamentos da Samsung.

54. Na Ata DE 4.595, de 13/7/2006, foi aprovada pela Diretoria Executiva a estrutura da sociedade com a Mitsui, bem como a recomendação para que a subsidiária Petrobras Internacional Braspetro B.V. celebrasse o contrato para a construção do navio-sonda (*Ship Building Contract – SBC*) com a Samsung, pelo valor de US\$ 586.000.000,00. Desse modo, a Samsung foi contratada sem procedimento licitatório e sem justificativa que inviabilizasse a realização de procedimento competitivo para a construção.

55. **Após a obtenção do contrato, em 8/9/2006, a Samsung pagou a primeira parcela a Júlio Camargo no valor de US\$ 6.250.000,00.**

56. O Apêndice A desta instrução resume graficamente a linha do tempo dos principais fatos que cercaram esta contratação.

(...)

61. Embora Júlio Camargo tenha posteriormente retirado que Fernando Soares teria feito menção à Diretoria Internacional quando combinaram o valor do acordo, o próprio **Fernando Soares e Nestor Cerveró e Eduardo Musa, dois dos destinatários da propina, confirmaram o recebimento dos valores:**

QUE negociou com JÚLIO CAMARGO uma comissão para o depoente de quinze milhões de dólares; QUE quando o negócio começou a andar, em razão da confiança que tinha com NESTOR CERVERÓ e MOREIRA, o depoente propôs que houvesse o pagamento de parte de sua comissão para o grupo técnico da PETROBRAS; QUE fez tal sugestão em razão da relação de amizade e por eles terem oportunizado negócios do depoente com a PETROBRAS; QUE do valor da comissão do depoente, o depoente repassaria aproximadamente oito ou nove milhões de dólares para os funcionários da PETROBRAS e o depoente ficaria com cerca de seis ou sete milhões de dólares; QUE ainda não tinha conhecimento de como seria a divisão interna entre eles, pois em um primeiro momento conversou apenas com NESTOR CERVERÓ e LUIZ MOREIRA; QUE, posteriormente, apareceu o nome dos outros técnicos que também receberam valores, que foram RAFAEL COMINO, CEZAR TAVARES, EDUARDO MUSA e o **DEMARCO**.

[Peça 61, p. 8].

QUE o declarante solicitou o pagamento de uma propina de US\$ 15 milhões de dólares; QUE essa solicitação foi repassada a FERNANDO ANTÔNIO DE FALCÃO SOARES, que era o responsável por tratar da propina com JÚLIO CAMARGO; **QUE geralmente os operadores do recebimento e repasse de propinas celebram contratos de consultoria registrados no exterior para o pagamento de valores; QUE o declarante não sabe se nesse caso específico FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES assinou contrato desse tipo com JÚLIO CAMARGO; QUE a propina seria paga por JÚLIO CAMARGO, como intermediário do negócio; QIE o valor seria dividido entre o declarante, os gerentes MOREIRA, MUSA,**

COMINO, DEMARCO e o terceirizado TAVARES, o Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA e FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES.

[Peça 59, p. 2].

(...)

62. Os dados das contas utilizadas nas transações corroboram o entendimento de que os valores recebidos da Samsung por Júlio Camargo e repassados a Fernando Soares **se destinavam ao repasse de propinas à Diretoria Internacional**, em especial a Nestor Cerveró (peça 14, p. 28-46). **O próprio Nestor Cerveró e Eduardo Musa confirmaram o recebimento desses valores.**

63. **Assim é que, dos US\$ 20 milhões acordados pela Samsung para remunerar os trabalhos de Júlio Camargo, US\$ 15 milhões foram destinados ao pagamento de propina.** Por óbvio que esse valor foi contemplado pela Samsung como custo do negócio e foi considerado para compor os US\$ 586.000.000,00 do *Ship Building Contract* (SBC).

64. No entanto, somente US\$ 5 milhões correspondiam remuneração do representante, sendo os demais US\$ 15 milhões desnecessários para o fechamento do negócio em termos lícitos.

(...)

94. Responsabilização: a responsabilidade **pelo prejuízo causado por essa ociosidade, portanto, deve recair sobre aqueles que agiram para criar a demanda em troca de propina.** Inicialmente, foram identificados os destinatários dos valores ilícitos, confessos ou condenados pelos crimes de corrupção pertinente a essa prática em relação ao Petrobras 10.000 (peça 55, p. 57; peça 53, p. 108-109; peça 61, p. 8):

a) Júlio Gerin de Almeida Camargo;

b) Nestor Cuñat Cerveró;

c) Fernando Antônio Falcão Soares;

d) Demarco Jorge Epifânio;

e) Eduardo Musa;

f) Luís Carlos Moreira da Silva;

g) Jorge Antônio da Silva Luz.

95. É nítida a distinção de dois grupos de agentes: de um lado, os funcionários da Petrobras que negociaram propina para determinar a contratação e viabilizar seu transcurso na companhia, conferindo aparência de legalidade mediante respaldo artificioso a sustentar a necessidade ou benefício da companhia com a aquisição; de outro, os lobistas e operadores que intermediaram os interesses escusos desses agentes da Petrobras com os do estaleiro. (grifos acrescidos)

352. Com efeito, verifica-se que o responsável era um dos beneficiários do sistemático pagamento de propinas, reconhecido tanto nos termos de colaboração colacionado nos autos quanto no acordo de leniência celebrado pela SHI.

353. Assim, forçoso concluir que o responsável participava de atos ilícitos, tal como delimitado pela unidade instrutiva na instrução anterior.

354. Em face de todo esse contexto, entende-se existir suficientes elementos para se estabelecer o nexo causal entre a conduta do agente e o dano causado a estatal e apurado nesse processo.

355. Vale ainda destacar que as afirmações realizadas pelos colaboradores são robustecidas pelos diversos e contundentes os elementos de prova que dão lastro à responsabilização proposta, não se vislumbrando qualquer utilização equivocada ou genérica desses elementos. Vale reforçar que é o conjunto indiciário que sustenta a imputação de responsabilidade e não uma prova isoladamente considerada.

356. Sopesando os fundamentos da responsabilização proposta com a análise empreendida nesta instrução, torna-se importante destacar que, apesar do acolhimento parcial das alegações de defesa, no que tange à quantificação do dano referente à ociosidade das embarcações, bem como o

reconhecimento da quitação total do débito pela SHI, conforme parágrafos 233 a 274, as provas e demais elementos de convicção apresentados neste processo indicam que o Sr. Demarco Jorge Epifânio foi corresponsável pela contratação desnecessária e ilegítima do navio-sonda Petrobras 10.000, sem a devida previsão de demanda, mediante o recebimento de propina.

357. Assim será ao final proposto que suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhe ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelo responsável será proposta sua inabilitação pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU.

III.5.4. Responsável: Nestor Cuñat Cerveró (peça 123)

358. Como se verifica, todos os argumentos apresentados pelo responsável foram analisados nos tópicos anteriores, assim sendo, nesse tópico será feita a análise individualizada da responsabilidade do defendente, bem como será dado o encaminhamento condizente.

Análise das alegações de defesa de Nestor Cuñat Cerveró (peça 123)

359. Registre-se que a defesa do responsável se baseou primordialmente na premissa de que o TCU deveria reconhecer sua condição de colaborador e, conseqüentemente, abster-se de aplicar qualquer sanção. Ademais, a defesa argumentou acerca da ocorrência da prescrição, conforme alhures exposto e analisado.

360. Relevante enfatizar que os argumentos relativos ao reconhecimento da condição de colaborador devem ser acatados, conforme análise realizada nos parágrafos anteriores desta instrução (parágrafos 150 a 189). No entanto, é imperativo reiterar que tal reconhecimento não exime o responsável de ressarcir qualquer dano remanescente ao erário, caso o TCU não acolha a proposta formulada nesta instrução, qual seja, considerar o débito quitado em face do pagamento efetuado pela SHI no âmbito de seu acordo de leniência.

361. Portanto, na hipótese de persistir algum prejuízo a ser reparado neste processo, é importante esclarecer que os valores desembolsados em virtude do seu acordo de colaboração podem ser adequadamente compensados durante a execução de um possível acórdão condenatório emitido pelo TCU. Isso ocorrerá se houver correspondência entre os fatos investigados neste processo e o pacto estabelecido pelo colaborador, conforme já discutido anteriormente.

362. Embora não tenha havido contestação por parte do responsável, à luz da verdade material, os fundamentos da responsabilização foram revisitados, levando-se em consideração os argumentos apresentados pelos demais responsáveis, tendo em vista a responsabilidade solidária pelos ilícitos praticados.

363. Dito isso, conforme se depreende da matriz de responsabilização contida no Apêndice "D" da peça 4, as condutas atribuídas ao responsável são as seguintes:

Superfaturamento na construção do navio-sonda Petrobras 10.000 pela Samsung

Determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras devido a acerto de propina, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I, e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

Pagamentos por período de ociosidade do Petrobras 10.000.

Determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

Superfaturamento no contrato de afretamento do navio-sonda DS-5 pela Pride/Enasco.

Determinar a desnecessária contratação de afretamento de navio para a Petrobras devido a acerto de propina, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I, e 158) e

incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

Pagamentos por período de ociosidade do DS-5.

Determinar a contratação de afretamento de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

364. As evidências apresentadas nos autos e destacadas na instrução da peça 4 não apenas delineiam de forma clara e inequívoca a conduta ilícita do Sr. Nestor Cuñat Cerveró, mas também permitem verificar a relevância e o peso dos elementos de prova colhidos em seu acordo de colaboração. Esses elementos corroboram a proposta de encaminhamento ao final exposta no sentido de reconhecer sua condição de colaborador.

365. A partir da análise empreendida nesta instrução, considerando-se, inclusive, os elementos adicionados aos autos por outros responsáveis, não se percebe qualquer modificação na responsabilização inicialmente proposta à peça 4. Em outras palavras, não houve a apresentação de elementos suficientemente robustos que pudessem refutar a configuração da irregularidade discutida nos autos.

366. De fato, apesar do acolhimento parcial das alegações de defesa, que se fundamentam na premissa de que o Tribunal de Contas da União (TCU) deve reconhecer a sua condição de colaborador, constata-se que as provas e demais elementos de convicção reunidos no presente processo indicam que o Sr. Nestor Cuñat Cerveró teve participação decisiva na contratação do afretamento do DS-5 e na construção do Petrobras 10.000, bem como seus desdobramentos (ociosidade).

367. Portanto, ao final será proposto que suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhe ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelo responsável será proposta sua inabilitação pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU. No entanto, a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU serão suspensas, em face do reconhecimento de sua condição de colaborador, desde que seja mantido o respeito ao acordo firmado.

III.5.5. Responsável: Pride International / Enesco International Ltd

368. Registre-se que os demais argumentos apresentados na peça de defesa (peças 153 e 163) foram todos analisados nos tópicos anteriores. Assim, nesse tópico somente serão apresentados os argumentos ainda não apreciados, sendo posteriormente feita a análise individualizada da responsabilidade da empresa defendente.

III.5.5.1. Responsável: Pride International / Enesco International Ltd (peça 163)

369. Com vista a estabelecer um panorama temporal dos fatos anteriores ao processo, a peça defensiva é iniciada por um longo e detalhado histórico dos eventos que antecederam a citação da empresa, destacando por fim o pedido constante da peça 153 relativo à suspensão da presente TCE (p. 1-8).

370. Nos dois tópicos seguintes a defesa trata de questões relativas à tempestividade e confidencialidade das informações, aduzindo que Enesco International Ltd., em que pese não ter sido devidamente citada, optou por se manifestar e colaborar para a clara elucidação dos fatos, demonstrando sua boa-fé processual e finaliza o terceiro tópico solicitando que as informações e documentos prestados sejam considerados sigilosos (p. 8-10).

371. Complementando o panorama geral dos fatos anteriores à citação, entende que os argumentos subsequentes devem ser analisados sob a premissa de que a Enesco não participou nem tinha conhecimento de esquemas de pagamento de propina realizados pela SHI e não obteve

benefícios de qualquer natureza, o que deve levaria à exclusão de qualquer intenção punitiva e/ou responsabilização da defendente (p. 10-13).

372. Advertindo que a desconsideração das normas legais e dos princípios orientadores do processo administrativo pode resultar na invalidade do processo, passa a defesa a discorrer sobre a impossibilidade de usar arquivos e documentos de outros procedimentos como meios de prova. Assim, com base em entendimento doutrinário e jurisprudencial, sustenta que a prova emprestada só é admissível quando produzida em processo formado entre as mesmas partes, o que não seria o caso em tela, já que a Enscó não teria tido oportunidade de contestar a licitude da constituição da prova ou as circunstâncias fáticas em que supostamente se fundamentam, o que violaria os princípios do contraditório e da ampla defesa (p. 45-48).

373. Ainda no que concerne às nulidades, entende a defesa que não houve individualização de conduta da Enscó e tampouco haveria motivação necessária para instauração da presente tomada de contas especial à luz da teoria dos motivos determinantes, isso porque, em nenhum momento a unidade técnica aponta que a Enscó/Pride teria participado ou tido ciência do suposto esquema ilícito, motivo pelo qual a responsabilização da empresa seria um ato nulo (p. 48-51).

374. No mérito, a defesa apresenta inicialmente um panorama dos elementos necessários à responsabilização civil no âmbito do TCU para concluir que tais elementos não se fazem presentes no caso em tela. Isso porque, inexistiria qualquer conduta ilegal atribuível a Enscó/Pride, conforme restaria demonstrado pelo Laudo Arbitral. Nesse ponto é apresentado um amplo e detalhado panorama dos fatos analisados durante o processo de arbitragem, cuja conclusão, ao final e ao cabo foi pela inexistência de conduta ilícita atribuível à empresa (p. 53-63).

375. Soma-se a isso também as conclusões do Departamento de Justiça Americano, bem como na própria ausência de persecução pela CGU, a qual, supostamente, consideraria que a Enscó não concorreu para o pagamento de propina e sequer tinha ciência desse fato, o que seria corroborado pelos depoimentos do Sr. Hamylton Padilha e de peritos no contexto da arbitragem. Por fim, aduz que também não haveria ilegalidades relacionadas à contratação direta da Pride no processo de contratação internacional conduzido pela Petrobras, conforme Pareceres jurídicos da própria estatal e demais documentos correlatos (p. 63-72).

376. Auxiliada por doutrina e jurisprudência do TCU e STJ, alude a defesa que não haveria nexos de causalidade entre as ações da Enscó e o suposto prejuízo ao erário uma vez que a Defendente não sabia e nem teria como saber a respeito da existência do pagamento de propina e não adotou nenhuma ação desabonadora nesse sentido (p. 72-77).

377. Apoiada em doutrina e valendo-se do art. 20, parágrafo único, e art. 22, §1.º da LINDB, a defesa conclui que, em caso de eventual condenação da empresa ao ressarcimento, seria indevida a aplicação de juros de mora, isso porque restaria cabalmente comprovada a boa-fé da empresa, evidenciada pelas ações adotadas desde a execução do contrato, como a redução da tripulação durante o período de ociosidade e o comparecimento aos autos (p. 103-105).

378. Finaliza a peça defensiva apresentando uma série de pedidos de cunho preliminar, meritório e procedimental com fulcro em afastar a responsabilidade da empresa (p. 105-108).

III.5.5.2. Responsável: Pride International / Enscó International Ltd -Defesa Complementar (Peça 201)

379. De forma complementar, a defesa da ENSCO apresenta considerações ao TCU em relação à investigação criminal conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF) e as alegações de defesa apresentadas pela Samsung Heavy Industries (SHI) (p. 1-2).

380. Reforçando que não houve qualquer conduta ilegal ou culpável por parte da empresa, sustenta que agiu de boa-fé durante todo o processo de contratação e que as condições do contrato estavam alinhadas com as práticas do mercado na época (p. 2).

381. Em seguida, destaca que o MPF decidiu arquivar a investigação criminal, supostamente sobre os mesmos fatos tratados nesse processo, pois não foi comprovada a participação de funcionários da ENSCO nos atos ilícitos investigados. Argumenta que essa decisão reforça a

alegação de que não houve participação ou conhecimento de conduta ilícita por parte da defendente (p. 2-6).

382. Por fim, pede que o TCU considere todas as evidências apresentadas para seja promovida a extinção parcial da Tomada de Contas Especial em relação à Enesco, bem como apresenta pedido de sustentação oral por ocasião da apreciação do processo (p. 8).

Análise das alegações de defesa da Pride International / Enesco International Ltd

383. Inicia-se a presente análise destacando, dentre os inúmeros argumentos apresentados, três que merecem ser pontuados logo no início dessa análise a fim de evitar repetições desnecessárias ou quebra de encadeamento lógico da análise. São eles: i) suposta demonstração da boa-fé processual da defendente; ii) suposta impossibilidade de utilização de prova emprestada e; iii) suposta ausência de individualização da conduta;

384. Compulsando-se os autos verifica-se que a empresa não fora realmente cientificada acerca do processo em tela, comparecendo aos autos tão logo tomou conhecimento das apurações em curso. Isso porque foi infrutífera a citação operacionalizada mediante Ofício 54904/2022-TCU/Seproc (peça 75), cujo Aviso de recebimento (AR) dos Correios regressou com a informação “mudou-se” (peça 82). Após isso, a empresa compareceu aos autos mediante peças 137 e 153. Nesse sentido a peça defensiva expõe:

2. TEMPESTIVIDADE

11. Antes de tudo, é importante destacar que a ENSCO (ENSCO INTERNATIONAL LTD., que incorporou a Pride Global Ltd.) jamais foi devidamente citada para manifestar nestes autos. O que houve foi o encaminhamento do ofício de citação¹⁸ a subsidiária sua no Brasil (Enesco Offshore Petróleo e Gás Ltda.) – **isso é, o ofício foi encaminhado e recebido por empresa distinta.**

12. Contudo, em demonstração de sua boa-fé processual, a ENSCO decidiu se manifestar nos autos e colaborar para a efetiva elucidação dos fatos e atingimento da decisão mais adequada por este d. Tribunal. (grifos acrescidos)

385. Além disso, a empresa tem comparecido aos autos e juntado informações e documentos que permitem elucidar as irregularidades e outros responsáveis, como pode ser extraído dos documentos acostados às peças 164 a 178, os quais corroboram a conclusão anteriormente exarada pela unidade técnica de que, por exemplo, a SHI efetivamente pagou propina para efetivação dos contratos.

386. Dessa forma, considerando a situação presente do processo e as ações possíveis da empresa até o presente momento, é compreensível que este TCU deva reconhecer a sua boa-fé processual. Tal entendimento está em consonância com o exposto no enunciado de jurisprudência Acórdão 2677/2018-TCU-Plenário, sob a relatoria do Exmo. Ministro Benjamin Zymler:

Na dosimetria da sanção pelo TCU, é possível considerar o comportamento da parte no curso do processo, ou seja, sua boa-fé processual, com fundamento no princípio da equidade e nas disposições do Código Penal pertinentes à aplicação da pena.

387. No que concerne aos argumentos tendentes a afastar a utilização da prova emprestada, conclui-se que estes não merecem guarida.

388. Nesse sentido, cabe consignar que a utilização de provas produzidas em outras instâncias e o contraditório ofertado neste processo ampara-se no Novo Código de Processo Civil (NCPC), que tornou típica a prova emprestada, conforme o seu art. 372: "*O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório*". Pelo que se depreende da leitura da norma, não há, como regra, restrição para o aproveitamento de provas no processo civil.

389. A jurisprudência do TCU tem entendimento pacífico quanto à utilização de prova emprestada obtida de processo judicial, desde que exista autorização do juiz ou que este tenha tornado públicos os documentos, e desde que seja observado, no processo de controle externo, o

contraditório e a ampla defesa acerca da prova emprestada, conforme se extrai dos enunciados abaixo:

Acórdão 1457/2018-Plenário (Relator: Exmo. Ministro Benjamin Zymler)

Enunciado: É lícita a utilização de prova emprestada obtida de processo judicial - desde que exista autorização do juiz ou que este tenha tornado públicos os documentos - no qual não figuram as mesmas partes envolvidas no processo de controle externo, dependendo a validade da prova emprestada da realização de contraditório no âmbito do TCU, com fundamento nos artigos 369 e 372 da Lei 13.105/2015 (CPC).

Acórdão 416/2021-Plenário (Relator: Exmo. Ministro Benjamin Zymler)

Enunciado: Para o uso de provas emprestadas, não é necessário que os polos passivos do processo de origem sejam os mesmos do processo de controle externo. Havendo autorização do juiz ou sendo públicos os documentos, a validade da prova emprestada depende apenas da realização do contraditório no âmbito do TCU.

390. No presente caso, destaca-se que as evidências originadas dos processos judiciais e acordos celebrados no âmbito da OLJ foram juntadas neste e em outros processos com base em decisão prolatada em 2/10/2018, pelo então juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba da Seção Judiciária do Paraná.

391. A utilização das provas trasladadas de processos em outras instâncias e que foram incorporados ao processo do TCU como elementos probatórios devem ser sujeitos ao amplo contraditório, como ocorreu na presente TCE, à semelhança do pronunciamento proferido pelo Ministro Marco Aurélio, do STF, no julgamento do Resp. 1.554.986-SP, de 8/3/2016:

(...) no que tange ao argumento de que não seria possível a utilização de prova emprestada por aquele que não compôs a relação processual em que produzida a prova, esclareço, primeiramente, que **não se trata aqui, propriamente de empréstimo de prova. Aqui, contudo, o que se pretende é o traslado de documentos encartados em procedimento administrativo, deles extraído-se cópias. Esses documentos serão incorporados à ação cível, não como prova tecnicamente, mas como elementos sujeitos ao amplo contraditório sob a condução do juízo competente.** Aliás, essa é a condição imprescindível até mesmo para o empréstimo de provas, conforme jurisprudência assentada na Corte Especial do STJ (REsp 617.428-SP, DJe 17/6/2014). Isso porque, como bem assinalado pela Corte Especial naquela oportunidade, **a admissão da prova emprestada cumpre o objetivo precípua de otimização da prestação jurisdicional, incrementando a celeridade e economia processuais, sendo recomendável sua utilização quando possível a observância do necessário contraditório.** Assim, reconhecida pelo Tribunal de origem a relevância e utilidade do traslado de documentos do procedimento administrativo para instrução da demanda reparatória, não há óbice que inviabilize a juntada destes, **tampouco sigilo que impeça a parte de ter acesso aos referidos documentos,** mormente quando a ação tramita na origem sob o igual manto do sigilo processual. (Grifos acrescidos)

392. A possibilidade de utilização dessas provas objeto do mencionado despacho é compatível com o enunciado de Súmula 591 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): *"É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa."*

393. Portanto, conforme exposto acima, os argumentos não merecem acolhidos. A utilização dessas evidências sujeitou-se ao devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, de forma que não procede a alegação de violação ao princípio do devido processo legal e ampla defesa, e de utilização indevida de prova emprestada.

394. De igual modo não merece prosperar o argumento de que não houve a devida individualização da conduta, pois o consta no Acórdão 1642/2022-TCU-Plenário os motivos de instauração da TCE e há especificação das ocorrências para as quais a defendente foi instada a se manifestar, conforme matriz de responsabilização à peça 4, não havendo, portanto, qualquer falha quanto à individualização da conduta, as quais foram devidamente discriminadas.

395. Enfrentados esses argumentos iniciais, passa-se agora a análise mais ampla da responsabilidade das empresas. Adiante-se que, em que pese alguns argumentos apresentados não

merecerem serem acolhidos, as alegações de defesa devem ser aceitas, tanto em face das análises efetuadas em parágrafos anteriores quando ora apresentada.

396. Para além da evidência de boa-fé processual, torna-se crucial admitir que apenas subsiste contra a Pride (atualmente EnSCO) a suposição do colaborador Hamilton Padilha Júnior, segundo a qual a Pride teria conhecimento dos acordos ilícitos orquestrados pela Samsung Heavy Industries. Tal inferência pode ser obtida da peça 4, p. 21-25:

112. Hamylton Padilha descreveu os fatos da seguinte maneira (ajustes de forma e grifos acrescidos):

(...) que no melhor de suas lembranças pode esclarecer graves irregularidades que envolvem a contratação da sonda denominada DS-5 no ano de 2007 e 2008, com a Diretoria Internacional da Petrobras, que era presidida pelos Sr. Nestor Cerveró; Que, com relação ao NAVIO DS-5 (ex-Pride Mendocino), o declarante esclarece que a sequência de eventos que levaram as negociações entre a Pride Internacional Inc. (hoje EnSCO) e a Petrobras para a contratação do navio DS-5 estão muito bem resumidas na carta da EnSCO enviada à Petrobras em resposta ao relatório de auditoria interna, o qual foi entregue ao MP (Doc. 1); Que, em maio de 2007, após as diversas tentativas prévias de realização de negócios da Pride com a área internacional da Petrobras, o declarante foi procurado pelo Sr. Raul Schmidt Felipe Júnior (“Raul Schmidt”), que alegava estar representando o Diretor de Engenharia da Petrobras, Renato Duque, quando lhe informou que, embora as negociações já estivessem muito adiantadas, a Pride não iria ter sucesso nesta negociação sem que houvesse pagamento de propina; Que embora Raul Schmidt tivesse dito no primeiro momento que era ligado a Renato Duque, o certo é que ele disse ter certeza de que a Pride só realizaria qualquer negócio com a Petrobras, na área internacional, se fossem pagas propinas para certos Diretores, dando a entender que era mais de uma pessoa; Que, no primeiro momento, o declarante informou que não haveria qualquer possibilidade de pagamento de propina, porque suas comissões já estavam, negociadas e assinadas via contrato com a Pride e também por conta do compliance interno das companhias americanas (FCPA); Que, diante desta primeira resposta, Raul Schmidt sugeriu que o navio fosse construído pela Samsung Heavy Industries Co. (“Samsung”), nos moldes de operações anteriores (Vitória 10.000 e Petrobras 10.000) já concluídas; uma vez que a Samsung estaria disposta a viabilizar o pagamento de propinas, com a entrega de recursos no exterior para serem repassados à diretoria internacional da Petrobras; Que o declarante afirma que naquele momento a Pride estava negociando a possível construção do navio com três estaleiros coreanos (DAEWOO, SAMSUNG e HYUNDAI); Que, no entanto, em outubro de 2007, foi marcada reunião entre os executivos da Pride e o presidente da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, o qual neste encontro indicou que a Samsung seria a empresa mais indicada, por conta, segundo ele, dos bons serviços prestados à Petrobras; Que, em decorrência da solicitação da Petrobras, a Pride encerrou as negociações com os demais estaleiros e prosseguiu as negociações com a Samsung para a construção da sonda DS-5; Que, posteriormente o declarante manteve contato com Harry Park (Vice Presidente da Samsung) o qual indicou poder ajudar no processo com base na recente experiência anterior na contratação dos dois navios da Petrobras (PB 10.000 e Vitória 10000), oportunidade em que ele alegou que os diretores Renato Duque e Nestor Cerveró estavam “alinhados” nesta negociação e que já haviam informado ao Sr. Júlio Camargo que ele não participaria da mesma. Que o declarante acrescenta que durante o processo de negociação com a Petrobras e Pride lhe solicitou a diminuição de sua comissão que era de 2,5% sobre o faturamento mensal da companhia no afretamento do navio, para 1,5%, o que acabou por se consumir voluntariamente ao final do processo; Que em função disto, ao negociar com Harry Park, após ter aceitado reduzir sua comissão como proposto pela Pride, negociou com a Samsung o pagamento de US\$ 10.000.000,00 que era o valor que iria compensar parcialmente a redução de sua comissão, uma vez que a Samsung tinha interesse que se encerrasse rapidamente a negociação de construção do navio entre ela e a Pride; Que nesta oportunidade restou acertado com Park, da Samsung, que valor idêntico seria pago a título de propina ao Sr. Raul Schmidt, que, segundo o entendimento do declarante, seria repassado a Renato Duque e Nestor Cerveró; Que, então foi realizada a assinatura do “*Commission Agreement*”, em 18/10/2007, entre Samsung Heavy Industries Co., Ltd., de um lado, e como agentes, Barvella Holdings Corp (BVI), e a empresa Goodall Trade Inc. (BVI) (“Doc 2”), que tem como beneficiário final o Sr. Raul Schmidt; Que, desta forma, cada parte receberia os citados dez milhões de dólares americanos; Que foi Raul Schmidt quem indicou a companhia Goodall Trade Inc. para receber a quantia

paga pela Samsung quem, segundo ele, tinha como destinatários Renato Duque, Nestor Cerveró e a si próprio (Invoice da Goodal Trade Inc. encaminhado para a Samsung – “Doc. 3”); Que o declarante indicou como beneficiário da sua parte a empresa Barvella Holdings Coop. Que é de seu amigo Cesar Piletto, o qual assinou os documentos de abertura da conta junto aos bancos Universal Bank no Chipre e EVG em Antígua; Que o declarante pediu ao seu amigo Cesar para utilizar esta conta para não permitir que a Pride tomasse conhecimento do recebimento da comissão diretamente do estaleiro; Que o Sr. Cesar Piletto nunca teve conhecimento das conversas mantidas pelo declarante e apenas lhe prestou um favor, sem conhecer qualquer irregularidade; que todas as instruções para a abertura da conta foram fornecidas pelo declarante, sem a participação do Cesar Piletto em qualquer aspecto desta negociação com a Petrobras, com Raul Schmidt ou com a Samsung; Que a Barvella recebeu o valor total contratado com a Samsung, em 3 parcelas com datas distintas, no período de março de 2008 a março de 2011 (Invoice nº 2 e 3 da Barvella encaminhado para a Samsung – “Docs. 4 e 5), por meio de créditos efetuados em 2 contas mantidas junto aos bancos Universal Bank, em Chipre, e EVG Bank, em Antígua:

- Parcela 1: recebida em 14/3/2008, no valor de USD 4.000.000,00, creditado na conta mantida no Banco Universal Bank, em Chipre (ver detalhes abaixo);
- Parcela 2: recebida em 30/8/2008, no valor de USD 2.999.976,00, creditado na mesma conta do Universal Bank; totalizando o montante de USD 6.999.976,00 recebido nesta conta; e
- Parcela 3: recebida em 16/3/2011, no valor de USD 3.000.000,00 recebido na conta junto ao EVG Bank (nº 1113).

Que após a assinatura definitiva dos contratos, o Sr. Raul Schmidt procurou o declarante afirmando que os diretores da Petrobras ainda não estavam satisfeitos com o quanto recebido e solicitavam um pagamento adicional no valor de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares americanos); Que, na sequência, o declarante encontrou com Renato Duque e Nestor Cerveró no Hotel Marina, no Rio de Janeiro; Que a quase totalidade das conversas girou em torno de amenidades, sendo que ao final eles afirmaram que o declarante seria procurado por um contato deles para receber a quantia adicional solicitada, cujo nome era o Sr. Diogo Candolo; Que, de fato o declarante foi procurado por Diogo, salvo engano no final de março ou início de abril de 2008, e por indicação dele, em 9/4/2008, foi realizada a transferência do valor de US\$ 1.800.000,00 da conta da Barvella junto ao Universal Bank para a conta da empresa Aermacchi Group Ltd., mantida junto ao banco EGV em Antígua (atualmente extinto) da conta nº 1086, já encerrada, cujo beneficiário era o próprio declarante; Que tal expediente foi feito para não estabelecer vínculo direto com conta da Barvella, e em seguida US\$ 1.000.000,00 foram transferidos para a conta indicada por Diogo, ou seja, para a empresa Hong Shing Trading Limited, também na mesma data de 9/4/2008 mantida junto ao Banco Hang Seng Bank, em Hong Kong nº 776-0470784-883 (Invoice encaminhado para a Hong Shing Trading – “Doc. 6”), acreditando o declarante que referida sociedade seja dos referidos diretores ou que esta tenha repassado o dinheiro a eles; (...)

[Peça 63].

Que após a análise pormenorizada dos e-mails trocados nos anos de 2007 a 2010 no âmbito da operação envolvendo a contratação do navio sonda DS-5 (ex-Pride Mendocino) da Pride International Inc. (hoje EnSCO) (“Pride”) pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), o Declarante apurou novas informações que julga serem relevantes e complementares ao depoimento já prestado; Que, como adiantou em seu depoimento, o Declarante não se recorda de ter mantido conversas diretas com os diretores da Pride sobre a negociação de pagamentos de propina na contratação do navio DS-5 aos diretores da Petrobras Nestor Cerveró e Renato Duque e a Raul Schmidt, já esclarecidas em seu Termo de Colaboração; Que, entretanto, verificando detidamente seu arquivo de trocas de e-mails dos 4 anos em que se deram os fatos, o Declarante encontrou mensagens em que os diretores da Pride, Srs. Kevin Robert (Sr. Vice President, Marketing e Business Development); Louis Raspino (President and CEO); Rodney Eads (Executive Vice President and COO); e, também, aos Srs, Nuno Correia (Marketing Manager – Brasil) e Chris Young (Marketing – US) receberam diversas informações do declarante que indiretamente abordavam as irregularidades e, ao que parece ao declarante, seriam mais do que suficientes para que eles pudessem no mínimo suspeitar da existência de irregularidades no processo de contratação do navio sonda DS-5; Que a leitura da troca de e-mails ora anexados permitiu ao Declarante inferir que os executivos da Pride, antes mesmo de iniciar o processo de negociação da contratação do navio DS-5 com a Petrobras, tinham

conhecimento de que a Pride já era favorita em função de lobby que estava sendo exercido pela Samsung; Que apresenta cópias dos e-mails, cujo resumo pode ser assim apresentado: (i) Que o Declarante informou aos Srs. Kevin Robert, Rodney Eads e Nuno Correia por e-mail de 11/7/2007 (Anexo 1) e posteriormente em 26/9/2007 (Anexo 2) e 28/9/2007 (Anexo 3) que **a Samsung estaria negociando junto à Petrobras a construção para Pride de um 3º navio a ser afretado à Petrobras, apesar da Pride, naquele momento, já possuir dois navios em fase de construção na Samsung, ambos sem contrato de afretamento**, o que significa que se tratava de uma operação no mínimo estranha, tanto que, como se verá abaixo (i) um dos diretores da Pride manifestou, por escrito, a percepção que o negócio era atípico. (ii) Que, em e-mail enviado em 31/7/2007 (Anexo 4) pelo Declarante ao Sr. Kevin Robert, com cópia aos Srs. Rodney Eads e Nuno Correia, é mencionada a confirmação da informação obtida pelo Sr. Kevin Robert, de que **a Samsung indicou que poderia ajudar a Pride nas negociações com a Petrobras se aquela optasse pela construção do 3º navio**, acima referido; (iii) Que, em outro e-mail de 11/9/2007 (Anexo 5), enviado pelo Sr. Nuno Correia ao Declarante e ao Sr. Kevin Robert, é mencionado que ocorreu uma reunião entre a Pride e a Samsung em Nova Iorque, em que teria sido discutida a **possibilidade de um novo afretamento de navio sonda para a Petrobras, desde que se tratasse do 3º navio, acima referido, e não os dois outros navios que já se encontravam em fase de construção**; (iv) Que o Sr. Rodney Eads enviou no dia 29/9/2007 (Anexo 6) e-mail para Nuno Correia e Kevin Robert, com cópia para o Declarante e para Chris Young, demonstrando sua suspeição com relação a demanda da construção de um novo navio na Samsung, por parte da Diretoria da Petrobras, porém, não requisitou esclarecimentos para este fato; (v) Que os membros do Conselho de Administração da Pride (“Board”), na época dos fatos, os Srs. Brian Voegle, Lonnie Bane, Gregg Looser e Chris Weber, poderiam ter suspeitado da existência de irregularidades no processo de negociação com a Petrobras, tendo em vista e-mail encaminhado pelo sr. Kevin Robert em 29/9/2007 (Anexo 7) ao Board, no qual menciona os seguintes fatos (a) que **o lobby da Samsung com a Petrobras seria forte**; (b) que seria necessário exercer a opção junto a Samsung para a construção de um novo navio, apesar de já existir navios da Pride em construção junto a Samsung, conforme descrito acima, cuja construção seria finalizada antes; e (c) que **o Diretor Nestor Cerveró teria uma preferência pela contratação da Pride**. Que esta última informação, sobre a preferência de Cerveró pela Pride foi passada aos diretores da Pride pelo próprio declarante em conversas mantidas com eles, que, entretanto, jamais questionaram sobre os motivos pelos quais existia esta preferência; (vi) Que o Declarante, verificou que no período de 18/10/2007 (Anexo 8) a 21/10/2007 (Anexo 9) recebeu e-mails do Sr. Kevin Robert o pressionando pela redução da comissão previamente contratada entre o Declarante e a Pride. Que tal período coincide com a data de **assinatura do Commission Agreement entre a Barvella Holding Corp. e o estaleiro Samsung (cópia já apresentada ao juízo), para recebimento da propina combinada**, sendo que o Sr. Kevin Robert antes de trabalhar na Pride havia ocupado o cargo de Diretor da Samsung em Houston e poderia ter amplo contato com aquela empresa, além de ser previsível que conhecesse os métodos utilizados por ela, daí que não era aceitável que o declarante fosse aceitar a redução de seus ganhos, sem que houvesse contrapartida; QUE, assim, o declarante achou estranho que dois dias antes da assinatura do contrato que intermediou o pagamento da propina, o sr. Kevin Roberts tenha feito pressão para reduzir a comissão do declarante previamente acordado em valor bem próximo ao montante acordado de pagamento de propina, sendo que este fato pode indicar que ele pudesse ter conhecimento das tratativas ilícitas que foram desenvolvidas; (...) Que nesta época, no final de 2006, o depoente foi apresentado ao sr. Raul Schmidt Felipe Júnior; (...) Que Raul falou que via que o depoente estava trabalhando para fechar contratos com a área internacional e lhe alertou que na área internacional não haveria negócio sem pagamento de propina; (...) Que Raul explicou ao depoente que para adentrar na área internacional da PETROBRAS seriam necessários alguns acertos espúrios; Que o depoente afirmou a Raul que não poderia fazer estes acertos, sendo que **Raul afirmou que quem faria os acertos seriam os estaleiros**; Que neste momento o declarante entende que começou a entrar na negociação do DS-5 por intermédio de Raul Schmidt Felipe; Que o declarante acredita que quem fez o contato entre Raul Schmidt Felipe e Cerveró foi Renato de Souza Duque; (...) Que **foi o depoente quem fez a articulação com a Samsung para ajustar os preços das propinas**, enquanto a PRIDE HOUSTON ficou diretamente responsável pela negociação do contrato de construção; Que **o depoente teve tratativas com Harry Park da Samsung e outros funcionários da Samsung**; (...) Que paralelamente a esta negociação do depoente, a PRIDE negociava preços diretamente com SAMSUNG; Que **as pessoas da PRIDE tinham conhecimento de que a SAMSUNG também negociava diretamente com a**

PETROBRAS, embora a contratação fosse apenas entre a PETROBRAS e a PRIDE; Que possivelmente a comissão do depoente e a propina da SAMSUNG estavam conectadas; Que o Sr. Júlio Camargo não teve nenhuma participação com o depoente para a efetivação do contrato; Que Harry Park mencionou ao depoente que Júlio Camargo procurou Harry Park para tentar ingressar na negociação; Que o depoente informou a Harry Park que Júlio Camargo não teria nenhuma função no negócio após; Que Harry Park afirmou que tinha estado numa reunião em que Renato de Souza Duque disse a Júlio Camargo que ele não participaria daquela reunião; Que Júlio Camargo não participou da reunião do dia 28/11/2007 (pouco antes da assinatura do MOU, em 4/12/2007), em que participaram representantes da Pride/EnSCO, o Sr. [sic] e o ex-Diretor Nestor Cerveró; (...) **Que posteriormente Renato de Souza Duque e Nestor Cerveró pressionaram o depoente para pagar mais propina;** (...) Que o depoente não esteve presente em reuniões entre a Pride e a Samsung; Em 18/10/2007, houve uma reunião na Sede da Petrobras no RJ cujos participantes foram o Sr. Nuno Correia e Kevin Robert com o ex-Diretor Nestor Cerveró, um dia antes de a Pride apresentar sua proposta final para a Petrobras (antes da assinatura do MOU). Que o propósito da reunião provavelmente seria discutir as condições da proposta que seria apresentada, pois Nestor Cerveró estava duro na negociação; Que nesta reunião Cerveró não mencionou a necessidade de pagamento de propina pela Samsung; Que o depoente não atuou como agente simultâneo da PRIDE e da SAMSUNG, a não ser no momento em que recebeu os valores da SAMSUNG, por conta da negociação da propina; Que o depoente teve tratativas tão somente para cobrar a diferença da comissão que tinha sido reduzida pela PRIDE; Que a PRIDE ENSCO teve contato com o ex-Diretor Duque sobre a DS-5 e com Nestor Cerveró; Que Renato de Souza Duque tinha poder com relação à aprovação do contrato pela Diretoria Executiva; Que o momento em que a Pride informou que reduziria a sua comissão está nos documentos anexos, sendo que o depoente aceitou a redução por e-mail, tendo posteriormente uma reunião para sacramentar a redução por intermédio de um aditivo; Que o real motivo da redução da comissão do depoente foi o pagamento de propina por parte da SAMSUNG; Que os motivos declarados pela PRIDE foram que as condições de negociação com a PETROBRAS estavam muito rígidas; Que não sabe afirmar com certeza porque nunca tratou diretamente deste assunto com os executivos da PRIDE, mas entende que, dadas as circunstâncias já mencionadas, a PRIDE tinha condições de saber da existência de várias irregularidades que envolveram a contratação (red flags); Que foi Kevin Robert, com conhecimento do Louis Raspino quem negociou a redução da comissão do depoente; Que não sabe afirmar com certeza mas imagina que as normas de governança da PRIDE exigiam que fosse feita uma cotação de preços para contratação do estaleiro responsável pela construção da sonda; Que sabe que nesse caso específico foram feitas cotações com a SAMSUNG, DAEWOO e com a HYUNDAI; Que não sabe dizer se as cotações do estaleiro Hyundai e Daewoo eram menores que os da Samsung pois essas tratativas eram feitas pelo escritório da PRIDE HOUSTON sem interferência do depoente; Que sabe que um dos motivos por que foi descartada a HYUNDAI foi a perda do *slot*, não sabendo informar a razão de descarte da DAEWOO, sendo que a PRIDE tinha uma preferência pela SAMSUNG; Que imagina que quem na Pride tomou essa decisão de escolher a Samsung foram as diretorias de engenharia, marketing, operações e finanças, mas não sabe declinar o nome das pessoas que tomaram as decisões nessas áreas; Que o motivo alegado pela ENSCO para terminar os seus contratos de agenciamento em 13/10/2014 foi a celebração de acordo de colaboração premiada do depoente com o MPF, sendo alegado que estava sendo finalizado o contrato porque o depoente teria sido envolvido em ilicitudes; (...) Neste caso, sabe que o outro empregado da PETROBRAS que recebeu vantagem indevida foi RENATO DE SOUZA DUQUE; Que não sabe dizer exatamente quem comunicou que o contrato iria ser assinado oficialmente; Que **o interlocutor sobre assuntos de propina era Raul Schmidt Felipe Júnior, sendo que o depoente não tratava desse assunto com os diretores da PETROBRAS, salvo quando eles vieram cobrar um adicional de propina, conforme esclarecido no termo anterior.**

[Peça 63, p. 1-6]. (grifos acrescidos)

397. A análise do excerto acima revela apenas uma possibilidade de a Pride à época estar ciente da negociação conduzida pela SHI. Hamilton Padilha esclarece que não se lembra de ter mantido conversas diretas com os diretores da Pride sobre a negociação de pagamentos de propina aos diretores da Petrobras por ocasião da contratação do navio DS-5. No entanto, ele acredita que as circunstâncias poderiam, no mínimo, levantar suspeitas sobre a existência de irregularidades no

processo de contratação do navio sonda DS-5. Contudo, ele não pode confirmar com certeza, pois nunca discutiu diretamente este assunto com os executivos da Pride.

398. Chama atenção ainda o fato de que, no primeiro contato, Padilha afirmou que não haveria qualquer possibilidade de pagamento de propina, uma vez que suas comissões já estavam negociadas e formalizadas por contrato com a Pride, além de estar em conformidade com o *compliance* interno das companhias americanas (FCPA).

399. Na realidade, era a Samsung que estaria disposta a viabilizar o pagamento de propinas, com a entrega de recursos no exterior para serem repassados à diretoria internacional da Petrobras.

400. Diante da não comprovação de pagamento de propina ou minimamente de conhecimento das escusas tratativas entre a SHI, os agentes intermediários e os ex-funcionários da Petrobras, forçoso reconhecer que não há elementos para levar adiante a responsabilização da empresa Ensco.

401. É relevante ainda destacar que o Ministério Público Federal (MPF) optou por arquivar a investigação criminal, sobre os mesmos fatos tratados neste processo, pois **não** fora comprovada a participação de funcionários da ENSCO nos atos ilícitos investigados, em conformidade com o que se extrai do relato acima.

402. Nessa mesma linha foram as conclusões do Departamento de Justiça Americano e a Decisão Arbitral, também em favor da Ensco. Restando evidenciado que a empresa não concorreu para o pagamento de propina e sequer tinha ciência desse fato.

403. Com efeito, estas decisões reforçam a alegação de que não houve participação ou conhecimento de conduta ilícita por parte da defendente, de modo que ao final será proposto sua exclusão do rol de responsáveis.

404. Por fim, vale salientar que, além dos argumentos apresentados, houve quitação do débito pela SHI que reconheceu a prática dos atos e, em nenhum momento, apontou a Ensco/Pride, como partícipe do esquema fraudulento.

405. Com efeito, ao final será proposto o acolhimento de suas alegações de defesa e que suas contas sejam julgadas regulares, dando-lhe quitação.

III.5.6. Responsável: Samsung Heavy Industries

406. Registre-se que os demais argumentos apresentados na peça de defesa foram todos analisados nos tópicos anteriores. Assim, nesse tópico, somente serão apresentados os argumentos ainda não apreciados, sendo posteriormente feita a análise individualizada da responsabilidade da empresa defendente.

III.5.6.1. Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 195)

407. Fazendo alusão ao Acórdão 1615/2023 -TCU- Plenário, defende a ausência de nexo de causalidade no suposto dano decorrente dos contratos de DSC. Reafirma que a SHI não celebrou contratos de DSC, não se beneficiou diretamente desses contratos e não há evidências de que o pagamento de comissões indevidas tenha influenciado a realização desses contratos, não havendo que se falar em responsabilidade em relação à contratação. Em que pese ter havido pagamentos indevidos por ocasião da contratação da construção dos navios, a decisão sobre os contratos DSC ocorreu posteriormente, validada por um órgão colegiado da Petrobras diferente daquele que recebera os valores indevidos, ou seja, foi regularmente efetivada pela Diretoria Executiva, o que revelaria a ausência de conexão entre os pagamentos espúrios e os contratos DSC (p. 31-32).

III.5.6.2 Responsável: Samsung Heavy Industries (peça 204)

408. Alegações de semelhante estrutura textual e de mesmo conteúdo argumentativo foram retomadas pela defesa, conforme consta da peça 204, recepcionada como Alegações de defesa no presente processo (p. 10-11).

409. Com efeito, por economia processual, entende-se que não cabe replicar aqui os mesmos argumentos.

Análise das alegações de defesa da Samsung Heavy Industries

410. Observa-se que a SHI tenta afastar a responsabilidade no débito decorrente do pagamento por ociosidade, no caso da empresa, tanto do Petrobras 10.000 quanto do DS-5, a pretexto de que as propinas pagas por ela não influenciaram nos contratos de operação subsequentes, argumento esse que não deve ser aceito.

411. A Matriz de Responsabilização constante do Apêndice D da instrução de peça 4, descreve a conduta atribuível a SHI e o conseqüente nexos de causalidade nos seguintes termos:

Pagamentos por período de ociosidade do Petrobras 10.000.

Conduta

Patrocinar propina e receber pagamento superfaturado em prejuízo aos cofres da Petrobras, participando e se beneficiando da prática do crime tipificado no art. 333 do Código Penal e dando causa a ocorrência de ociosidade e os respectivos pagamentos, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência.

Nexo de causalidade

A atuação da responsável foi determinante para a contratação fraudulenta de equipamento para a Petrobras, que, em razão do acerto de propina, visava atender interesses pessoais em detrimento das reais necessidades da companhia. Conseqüentemente, ao induzir os agentes da Petrobras a viabilizar a contratação de equipamento que não tinha por finalidade o atendimento dessas necessidades, as condutas dos responsáveis permitiram a ocorrência de pagamentos por períodos de ociosidade por falta de demanda. Essa ociosidade não adveio dos riscos empresariais normais, dado que não pertinentes a ambiente de boa-fé. Ao contrário, como a contratação foi viciada, só houve a ociosidade porque sequer havia demanda suficiente em primeiro lugar, o que poderia ter sido avaliado e impedido acaso a atuação dos responsáveis não tivesse sido determinada pela prática criminosa.

Pagamentos por período de ociosidade do DS-5.

Conduta

Patrocinar propina, participando e se beneficiando da prática do crime tipificado no art. 333 do Código Penal e dando causa a ocorrência de ociosidade e os respectivos pagamentos, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência.

Nexo de causalidade

A atuação das responsáveis foi determinante para a contratação fraudulenta de equipamento para a Petrobras, que, em razão do acerto de propina, visava atender interesses pessoais em detrimento das reais necessidades da companhia. Conseqüentemente, ao induzir os agentes da Petrobras a viabilizar a contratação de equipamento que não tinha por finalidade o atendimento dessas necessidades, as condutas dos responsáveis permitiram a ocorrência de pagamentos por períodos de ociosidade por falta de demanda. Essa ociosidade não adveio dos riscos empresariais normais, dado que não pertinentes a ambiente de boa-fé. Ao contrário, como a contratação foi viciada, só houve a ociosidade porque sequer havia demanda suficiente em primeiro lugar, o que poderia ter sido avaliado e impedido acaso a atuação dos responsáveis não tivesse sido determinada pela prática criminosa.

412. Percebe-se pela leitura do matiz acima que não fosse os pagamentos de propina, os contratos nem teriam sido firmados, assim os contratos de operação e, por conseguinte, os pagamentos por ociosidade também não teriam ocorrido. Esse fato, revela de forma incontestável que a atuação da empresa ao oferecer e pagar vantagem indevida a Diretoria Internacional da Petrobras guarda relação e, portanto, o nexos de causalidade com o dano apurado.

413. Por economia processual, deixa-se de replicar aqui os trechos da instrução anterior que revelam a participação delitativa da empresa, posto que ela confessou suas condutas, inclusive já tendo ressarcido integralmente o dano ao erário.
414. Importa ainda consignar que a análise empreendida anteriormente (parágrafos 233 a 274) revelou que o débito decorrente da ociosidade das embarcações deveria ser revisto, compensando-se o valor apurado na instrução pretérita com as possíveis receitas auferidas no âmbito dos contratos firmados nos períodos considerados no cálculo, o que deve ser feito por estimativa, haja vista a ausência de informações fidedignas, conforme elucidado naquele tópico.
415. Assim, em que pese a proposta ao final formulada pugnar pela suficiência dos pagamentos já efetuados no âmbito do acordo de leniência da SHI, situação na qual, caso acolhida pelo Tribunal, resultará em julgamento das contas sem débito, deve-se deixar assente nessa análise que o nexos de causalidade resta comprovado e incontestado, não havendo óbices, sob esse aspecto, para imputar a totalidade do débito, na eventualidade do TCU não adotar a proposta ao final apresentada.
416. Antes de expor a proposta de encaminhamento em relação à SHI. Cabe repisar alguns fatos e elementos que, conjuntamente considerados, nortearam a proposta de encaminhamento ao final formulada.
417. Nesse enfoque, cabe lembrar que por ocasião da assinatura do Acordo de Leniência com a CGU/AGU em 14/11/2019, houve contribuição significativa e adicional para as investigações no âmbito deste processo, com destaque para o reconhecimento das condutas ilícitas, o que reforçou as conclusões exaradas na instrução anterior em relação aos demais responsáveis e o próprio pagamento efetivo do total do valor acordo.
418. Saliente-se que a assinatura do referido acordo indica que a empresa assumiu participação nas fraudes perpetradas e, nesse sentido, o acordo assinado com a CGU deve ser considerado na proposta de mérito, conforme será elucidado no decorrer desta análise, sendo reconhecida sua contribuição para elucidação dos fatos.
419. Houve, portanto, uma postura de proatividade significativa no sentido de colaborar com os trabalhos deste Tribunal, proporcionando a denominada alavancagem investigativa.
420. A legislação disciplinadora dos acordos de leniência em nenhum de seus dispositivos obstar a atuação desta Corte de Contas. No entanto, o Tribunal de Contas de União, como órgão de elevada importância no denominado microsistema de combate à corrupção, têm incentivado, em homenagem ao interesse público, a adoção de uma postura colaborativa que privilegia a persecução dos objetivos da Lei 12.846/2013 e reforça a ideia de coerência e unidade do Estado.
421. Historicamente o exercício das competências constitucionais desta Corte foi sempre balizado pelo atendimento ao interesse público, devendo, portanto, ser avaliado no caso concreto as consequências práticas do acordo celebrado, notadamente do que diz respeito ao pagamento integral do valor acordado.
422. Em que pese haver indícios mais que suficientes para imputar sanções à empresa, tal como a sanção de inidoneidade, deixar-se-á de se fazer tal proposição por se entender que o Acordo celebrado foi totalmente adimplido, ao menos em relação ao que se apura nesse processo, o qual, em última análise, visa buscar o ressarcimento dos danos causados ao erário.
423. Com efeito, apesar do acolhimento parcial das alegações de defesa, que se baseiam nos argumentos de que o TCU deve reconhecer sua condição de colaboradora, bem como deve reconhecer a suficiência dos pagamentos efetuados no âmbito de seu acordo de leniência para fins de quitação do débito aqui apurado, verifica-se que as provas e demais elementos de convicção colacionados no presente processo delineiam de maneira incontestada a atuação delituosa da SHI nas irregularidades tratadas nos autos.
424. Portanto, ao final será proposto que suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, deixando-se de aplicar-lhe ainda as multas previstas nos arts. 57 e 58, da LOTCU, bem como a sanção de inidoneidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, mesmo considerando graves as

infrações cometidas pela empresa responsável em face do reconhecimento de sua condição de colaboradora e da quitação total do valor acordado.

III.6. REVELIA

425. A presente seção tem por objetivo analisar conjuntamente os efeitos da revelia dos responsáveis que não apresentaram suas manifestações de defesa quanto aos fatos irregulares que lhe foram imputados pela unidade técnica na análise efetivada na instrução de peça 4 destes autos.

III.6.1. Responsável: Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72)

426. O Sr. Fernando Antônio Falcão Soares, na condição de operador dos pagamentos, foi citado pelo Acórdão 1642/2022 - TCU – Plenário por: (a) intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras, incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência; e (b) intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras, dando causa a ocorrência de ociosidade e os respectivos pagamentos e incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência.

427. Em cumprimento ao referido acórdão, efetivou-se a citação do Sr. Fernando Antônio Falcão Soares mediante Ofício 54896/2022 (peça 28). O responsável tomou ciência do expediente que lhe foi encaminhado, conforme atesta o Aviso de Recebimento (AR) dos Correios (peça 31), datado de 24/10/2022, recebido no endereço constante da base de dados da Receita Federal. No entanto, regularmente citado, o responsável não compareceu aos autos para apresentar suas alegações de defesa.

III.6.2. Responsável: Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06)

428. O Sr. Júlio Gerin de Almeida Camargo, na condição de representante da Samsung Heavy Industries, foi citado pelo Acórdão 1642/2022 - TCU – Plenário por: (a) intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras, incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência; e (b) intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras, dando causa a ocorrência de ociosidade e os respectivos pagamentos e incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência.

429. Em cumprimento ao referido acórdão, efetivou-se a citação do Sr. Júlio Gerin de Almeida Camargo mediante Ofício 54894/2022 (peça 29). O responsável tomou ciência do expediente que lhe foi encaminhado, conforme atesta o Aviso de Recebimento (AR) dos Correios (peça 37), datado de 25/10/2022, recebido no endereço constante da base de dados da Receita Federal. No entanto, regularmente citado, o responsável não compareceu aos autos para apresentar suas alegações de defesa.

III.6.3. Responsável: Luis Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49)

430. O Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, na condição de funcionário da Petrobras, foi citado pelo Acórdão 1642/2022 - TCU – Plenário por: (a) determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras devido a acerto de propina, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I, e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.; e (b) determinar a desnecessária e ilegítima contratação de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

431. Em cumprimento ao referido acórdão, efetivou-se a citação do Sr. Luis Carlos Moreira da Silva mediante Ofício 54893/2022 (peça 30). O responsável tomou ciência do expediente que lhe foi encaminhado, conforme atesta o Aviso de Recebimento (AR) dos Correios (peça 36), datado de 25/10/2022, recebido no endereço constante da base de dados da Receita Federal. No entanto,

regularmente citado, o responsável não compareceu aos autos para apresentar suas alegações de defesa

III.6.4. Responsável: Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49)

432. O Sr. Renato de Souza Duque, na condição de funcionário da Petrobras, foi citado pelo Acórdão 1642/2022 - TCU – Plenário por: (a) determinar a desnecessária contratação de afretamento de navio para a Petrobras devido a acerto de propina, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I, e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.; e (b) determinar a contratação de afretamento de navio para a Petrobras sem a necessária previsão de demanda, devido a acerto de propina, permitindo a ocorrência de ociosidade e o respectivo pagamento, contrariando a Lei 6.404/1976 (arts. 153, 154, 155, inciso I e 158) e incorrendo no art. 317 do Código Penal, ao invés de resguardar os interesses e o patrimônio da estatal.

433. Em cumprimento ao referido acórdão, citou-se o Sr. Renato de Souza Duque nos endereços constantes das bases de dados da Receita Federal, mediante Ofícios 54902/2022 e 54901/2022 (peça 24 e 25) e em face das infrutíferas tentativas, efetivou-se sua citação pela via editalícia, conforme publicação no D.O.U. de 7/3/2023 (peça 117). No entanto, regularmente citado, o responsável não compareceu aos autos para apresentar suas alegações de defesa.

III.6.5. Responsável: Raul Schmidt Felipe Júnior

434. O Sr. Raul Schmidt Felipe Júnior, na condição de operador do Diretor Renato Duque, foi citado pelo Acórdão 1642/2022 - TCU – Plenário por: (a) intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras na contratação do afretamento do DS-5, incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência; e (b) intermediar negócio jurídico corrupto e pagamento de propina para determinar a atuação de agentes da Petrobras, incorrendo no art. 333 do Código Penal, ao invés de agir em conformidade com a boa-fé em ambiente empresarial de livre concorrência..

435. Em cumprimento ao referido acórdão, efetivou-se a citação do Sr. Raul Schmidt Felipe Júnior mediante Ofícios 4897/2022, 33416/2023 e 33415/2023 (peças 27, 133 e 135). O responsável tomou ciência do expediente que lhe foi encaminhado, conforme atesta o Aviso de Recebimento (AR) dos Correios (peça 157), datado de 3/8/2023, recebido no endereço constante da base de dados da Receita Federal. No entanto, regularmente citado, o responsável não compareceu aos autos para apresentar suas alegações de defesa.

Análise da Revelia dos responsáveis

Da validade das notificações:

436. Preliminarmente, cumpre tecer breves considerações sobre a forma como são realizadas as comunicações processuais no TCU. A esse respeito, destacam-se o art. 179, do Regimento Interno do TCU (Resolução 155, de 4/12/2002) e o art. 4º, inciso III, § 1º, da Resolução TCU 170, de 30 de junho de 2004, *in verbis*:

Art. 179. A citação, a audiência ou a notificação, bem como a comunicação de diligência, far-se-ão:

I - mediante ciência da parte, efetivada por servidor designado, por meio eletrônico, fac-símile, telegrama ou qualquer outra forma, desde que fique confirmada inequivocamente a entrega da comunicação ao destinatário;

II - mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário;

III - por edital publicado no Diário Oficial da União, quando o seu destinatário não for localizado

(...)

Art. 3º As comunicações serão dirigidas ao responsável, ou ao interessado, ou ao dirigente de

órgão ou entidade, ou ao representante legal ou ao procurador constituído nos autos, com poderes expressos no mandato para esse fim, por meio de:

I - correio eletrônico, fac-símile ou telegrama;

II - servidor designado;

III - carta registrada, com aviso de recebimento;

IV - edital publicado no Diário Oficial da União, quando o seu destinatário não for localizado, nas hipóteses em que seja necessário o exercício de defesa.

Art. 4º. Consideram-se entregues as comunicações:

I - efetivadas conforme disposto nos incisos I e II do artigo anterior, mediante confirmação da ciência do destinatário;

II - realizadas na forma prevista no inciso III do artigo anterior, com o retorno do aviso de recebimento, entregue comprovadamente no endereço do destinatário;

III - na data de publicação do edital no Diário Oficial da União, quando realizadas na forma prevista no inciso IV do artigo anterior.

§ 1º O endereço do destinatário deverá ser previamente confirmado mediante consulta aos sistemas disponíveis ao Tribunal ou a outros meios de informação, a qual deverá ser juntada ao respectivo processo.

(...)

437. Bem se vê, portanto, que a validade da citação via postal não depende de que o aviso de recebimento seja assinado pelo próprio destinatário da comunicação, o que dispensa, no caso em tela, a entrega do AR em “mãos próprias”. A exigência da norma é no sentido de o Tribunal verificar se a correspondência foi entregue no endereço correto, residindo aqui a necessidade de certeza inequívoca.

438. Não é outra a orientação da jurisprudência do TCU, conforme se verifica dos julgados a seguir transcritos:

São válidas as comunicações processuais entregues, mediante carta registrada, no endereço correto do responsável, não havendo necessidade de que o recebimento seja feito por ele próprio (Acórdão 3648/2013 - TCU - Segunda Câmara, Relator Min. José Jorge);

É prescindível a entrega pessoal das comunicações pelo TCU, razão pela qual não há necessidade de que o aviso de recebimento seja assinado pelo próprio destinatário. Entregando-se a correspondência no endereço correto do destinatário, presume-se o recebimento da citação. (Acórdão 1019/2008 - TCU - Plenário, Relator Min. Benjamin Zymler);

As comunicações do TCU, inclusive as citações, deverão ser realizadas mediante Aviso de Recebimento - AR, via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bastando para sua validade que se demonstre que a correspondência foi entregue no endereço correto. (Acórdão 1526/2007 - TCU - Plenário, Relator Min. Aroldo Cedraz).

439. A validade do critério de comunicação processual do TCU foi referendada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do julgamento do MS-AgR 25.816/DF, por meio do qual se afirmou a desnecessidade da ciência pessoal do interessado, entendendo-se suficiente a comprovação da entrega do “AR” no endereço do destinatário:

Ementa: agravo regimental. Mandado de segurança. Desnecessidade de intimação pessoal das decisões do tribunal de contas da união. art. 179 do regimento interno do TCU. Intimação do ato impugnado por carta registrada, iniciado o prazo do art. 18 da lei nº 1.533/51 da data constante do aviso de recebimento. Decadência reconhecida. Agravo improvido.

O envio de carta registrada com aviso de recebimento está expressamente enumerado entre os meios de comunicação de que dispõe o Tribunal de Contas da União para proceder às suas intimações.

O inciso II do art. 179 do Regimento Interno do TCU é claro ao exigir apenas a comprovação da entrega no endereço do destinatário, bastando o aviso de recebimento simples.

Da revelia dos responsáveis:

440. No caso vertente, a citação de cada um dos responsáveis se deu em endereços provenientes da base de dados da Receita custodiada pelo TCU ou via editalícia, conforme detalhado nos parágrafos precedentes.

441. Nos processos do TCU, a revelia **não** leva à presunção de que seriam verdadeiras todas as imputações levantadas contra os responsáveis, diferentemente do que ocorre no processo civil, em que a revelia do réu opera a presunção da verdade dos fatos narrados pelo autor (Acórdãos 1.009/2018-TCU-Plenário, Relator Exmo. Min. Bruno Dantas; 2.369/2013-TCU-Plenário, Relator Exmo. Min. Benjamin Zymler e 2.449/2013-TCU-Plenário, Relator Exmo. Min. Benjamin Zymler). Dessa forma, a avaliação da responsabilidade do agente não pode prescindir da prova existente no processo ou para ele carreada.

442. Ao não apresentar defesa, os responsáveis deixaram de produzir prova da regular aplicação dos recursos sob sua responsabilidade, em afronta às normas que impõem aos gestores públicos a obrigação legal de, sempre que demandados pelos órgãos de controle, apresentar os documentos que demonstrem a correta utilização das verbas públicas, a exemplo do contido no art. 93 do Decreto-Lei 200/1967: *“quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.”*

443. Como visto, os responsáveis, devidamente citados, deixaram transcorrer em branco o prazo para manifestação, estando configurada sua revelia, o que autoriza o prosseguimento do processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 8º, do RITCU. Considerando o princípio da verdade material que rege esta Corte de Contas, os argumentos de defesa apresentados pelos demais defendentes citados podem ser aproveitados em favor dos responsáveis revéis, se for o caso.

444. No entanto, não se vislumbra nestes autos a presença de elementos de convicção capazes de refutar a fundamentação que deu causa à citação dos responsáveis.

445. O acervo probatório juntado aos autos demonstra as condutas irregulares praticadas pelos responsáveis. O conjunto probatório é formado por depoimentos, informações fornecidas em acordos de leniência/colaboração, documentos e demais elementos de convicção constantes deste processo.

446. No entanto, deve-se reconhecer que as declarações prestadas pelos Srs. Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo nos acordos de colaboração premiadas firmados com órgãos da Administração Pública contribuíram substancialmente para diversas apurações realizadas por esta Corte de Contas. Os termos de colaboração firmados pelos responsáveis demonstram atuação delituosa de diversos agentes públicos e privados em benefícios próprios e das empresas envolvidas nos contratos dos navios-sonda.

447. Em razão disso, tendo em vista que a instrução de peça 4 se valeu das informações prestadas pelos responsáveis em seus respectivos termos de colaboração, conclui-se que também aos dois responsáveis acima listados deva ser concedido os benefícios de colaborador, em linha com o que foi analisado nos parágrafos 150 a 189 desta instrução.

448. Portanto, ao final será proposto que as contas dos Srs. Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhes ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis será proposta suas inabilitações pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU. No entanto, a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU serão suspensas, em face do reconhecimento da condição de colaboradores, desde que seja mantido o respeito aos acordos firmados.

449. Quanto aos Srs. Luis Carlos Moreira da Silva, Renato de Souza Duque e Raul Schmidt Felipe Júnior, responsáveis revéis e não colaboradores, será ao final proposto suas que as contas sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhes ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis será proposta suas inabilitações pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU.

IV. CONCLUSÃO

450. A presente instrução tratou do exame das alegações de defesa encaminhadas em resposta à citação solidária dos responsáveis determinada pelo Acórdão 1642/2022 - TCU – Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro-Relator Aroldo Cedraz (peça 3), o qual autorizou a conversão da Representação TC 004.995/2018-0, autuada em atendimento ao item 9.1 do Acórdão 2.724/2017-TCU/Plenário (Rel. Min. Aroldo Cedraz), que determinou o aprofundamento dos exames a respeito de possíveis irregularidades apuradas pela Comissão Interna de Apuração (CIA) instituída pelo Documento Interno Petrobras (DIP) E&P-INTER 290/2015.

451. O referido Acórdão determinou a citação dos responsáveis Srs. Demarco Jorge Epifânio (546.874.547-04); Eduardo Costa Vaz Musa (425.489.187-34); Fernando Antônio Falcão Soares (490.187.015-72); Hamylton Pinheiro Padilha Junior (215.551.175-20); Júlio Gerin de Almeida Camargo (416.165.708-06); Luis Carlos Moreira da Silva (369.767.177-49); Nestor Cunat Cervero (371.381.207-10); Raul Schmidt Felipe Junior (005.111.438-00); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Pride International Ca (07.170.535/0001-50);

452. Posteriormente fora realizada citação das empresas Samsung Heavy Industries (CNPJ 11.172.212/0001-72) e Ensco International (CNPJ 05.632.934/0001-60).

453. A análise das alegações de defesa foi segmentada em seis tópicos: a) preliminares: prescrição punitiva, ressarcitória e intercorrente; b) reconhecimento dos acordos de leniência, colaboração premiada e argumentos correlatos; c) alegações acerca da legitimidade, legalidade e demais aspectos relativos às contratações d) metodologia de apuração do débito e suficiência do pagamento efetuado pela SHI e) questões individualizadas; f) revelia.

454. Em relação ao primeiro ponto, os responsáveis argumentaram que houve prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória do TCU, bem como também teria ocorrido prescrição intercorrente, apresentando para isso diversas possibilidades para o marco inicial da contagem do prazo prescricional, bem como argumentando que não poderia haver diversos marcos interruptivos da prescrição. A análise empreendida nesta instrução, revisitando o tema, desta feita à luz da Resolução TCU 344/2022, concluiu que não estavam prescritos os fatos em apuração nesta Corte. Com efeito os argumentos apresentados não foram suficientes para acolher as tais preliminares.

455. No segundo tópico as defesas argumentaram que o TCU deveria reconhecer os responsáveis como colaboradores e aderir aos acordos, pois se beneficia das provas produzidas. Afirmaram que todos os valores recebidos de forma irregular foram restituídos e todo o dano ao erário foi reparado e, por fim, solicitaram a concessão dos benefícios que vêm sendo concedidos pelo TCU aos colaboradores. A análise concluiu que os argumentos deveriam ser acolhidos.

456. O terceiro tópico foi composto por uma multiplicidade de argumentos tendentes a excluir a competência e/ou interesse do Tribunal de Contas da União na apuração dos fatos e a comprovar que os contratos foram estabelecidos de maneira legítima, sem transgressão das normas vigentes. Todos os argumentos foram refutados, reafirmando-se a competência do TCU e a ilicitude das contratações.

457. Já no quarto tópico, foram reunidos os argumentos que visam contestar a metodologia utilizada no cálculo do débito, bem como as proposições que questionam a própria existência do débito. Além disso, foram compiladas as alegações que defendem a suficiência dos pagamentos realizados pela Samsung Heavy Industries (SHI) no âmbito do seu Acordo de Leniência. A análise revelou que parte dos argumentos deveria ser aceita. Nesse sentido, a análise indicou que o débito relativo ao período de inatividade dos navios deveria ser revisado. Além disso, concluiu-se que o

pagamento realizado pela SHI no contexto do seu Acordo de Leniência deveria ser considerado suficiente para a liquidação total do débito em apuração nestes autos, caso o tribunal aceite os ajustes metodológicos no cálculo inicialmente realizado.

458. No quinto tópico, foram examinados os argumentos restantes que não se encaixavam nos grupos anteriores. A análise indicou que a empresa Pride International / Ensko International Ltd deveria ser removida da lista de responsáveis, considerando a fragilidade das evidências disponíveis e a aceitação dos argumentos apresentados por ela. Os demais responsáveis obtiveram apenas aceitação parcial de seus argumentos.

459. Por fim, no sexto tópico, foi abordada a questão da revelia. De maneira similar aos demais, propôs-se a suspensão das penalidades para os responsáveis revéis que sejam colaboradores, enquanto para os não colaboradores, a sanção imposta foi mantida.

460. Assim, com exceção da Pride International / Ensko International Ltd. as demais alegações de defesa encaminhadas ao TCU pelos responsáveis não trouxeram elementos sólidos para contradizer as evidências juntadas aos autos, de modo que não foram suficientes para afastar a responsabilidade solidária dos agentes públicos e privados pelos danos causados aos cofres da Petrobras em razão da desnecessária e ilegítima contratação dos navios Petrobras 10.000 e DS-5 para a Petrobras devido a acerto de propina, permitindo também a ocorrência de ociosidade das embarcações e o respectivo pagamento por esse período.

461. Em que pese isso, foi verificada a necessidade de ajustamento tanto do cálculo do superfaturamento da construção do Petrobras 10.000, quanto do cálculo relativo ao dano decorrente do pagamento pelo período de ociosidade dos navios. Evidenciou-se, à luz da razoabilidade, que o cálculo poderia incorporar as possíveis receitas auferidas no período considerado. Contudo, em face da inexistência dessas informações e da dificuldade em obtê-las, propôs-se que este TCU aceite o valor estimado de dano, calculado no âmbito do Acordo de Leniência da Samsung Heavy Industries (SHI).

462. Dessa forma, relativamente aos responsáveis Srs. Eduardo Costa Vaz Musa, Hamylton Pinheiro Padilha Júnior, Nestor Cuñat Cerveró, Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo será proposto suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhes ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis será proposta suas inabilitações pelo período de oito anos para o exercício de cargos em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU. No entanto, a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU serão suspensas, em face do reconhecimento da condição de colaborador, desde que sejam mantidos o respeito ao acordo firmado.

463. Em relação a Pride International/ Ensko International ao final será proposto o acolhimento de suas alegações de defesa e que suas contas sejam julgadas regulares, dando-lhe quitação.

464. Em relação à Samsung Heavy Industries Portanto, ao final será proposto que suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, deixando-se de aplicar-lhe ainda as multas previstas nos arts. 57 e 58, da LOTCU, bem como a sanção de inidoneidade prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, mesmo considerando graves as infrações cometidas pela empresa responsável em face do reconhecimento de sua condição de colaboradora e da quitação total do valor acordado.

465. Já em relação aos Sr. Demarco Jorge Epifânio, Luis Carlos Moreira da Silva, Renato de Souza Duque e Raul Schmidt Felipe Júnior será ao final proposto que suas contas sejam julgadas irregulares, sem débito, aplicando-lhes ainda multa prevista no art. 58, inciso I, da LOTCU e, por considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis será proposta suas inabilitações pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do RITCU.

466. Será proposto ainda encaminhar cópias do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Voto e Relatório que o fundamentarem aos responsáveis e aos seguintes

destinatários: Petrobras, AGU, CGU, Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, sucessora da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato perante o MPF no Paraná e à 13ª Vara Federal de Curitiba.

V. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

467. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

a) **considerar revéis** os responsáveis Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), ; Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06), Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49) e Raul Schmidt Felipe Júnior (CPF 005.111.438-00), com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

b) **acatar integralmente** as alegações de defesa apresentadas Pride International (CNPJ 07.170.535/0001-50) / Ensco International (CNPJ 05.632.934/0001-60);

c) **acatar parcialmente** as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Eduardo Costa Vaz Musa, Nestor Cuñat Cerveró, Hamylton Pinheiro Padilha Júnior e pela empresa Samsung Heavy Industries (SHI) quanto ao reconhecimento da condição de colaborador e a suficiência dos valores já pagos pela Samsung Heavy Industries (SHI) no âmbito do seu Acordo de Leniência para quitação do débito apurado nesses autos, em consonância com o entendimento que vem sendo adotado pelo TCU, estendendo os efeitos aos responsáveis revéis, mas reconhecidamente colaboradores Srs. Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo ;

d) **acatar parcialmente** as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Demarco Jorge Epifânio unicamente em relação a suficiência dos valores já pagos pela Samsung Heavy Industries (SHI) no âmbito do seu Acordo de Leniência para quitação do débito apurado nesses autos;

e) **julgar regulares** as contas da empresa Pride International (CNPJ 07.170.535/0001-50) / Ensco (CNPJ 05.632.934/0001-60), dando-lhe quitação;

f) **julgar irregulares** as contas dos responsáveis Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Demarco Jorge Epifânio (CPF 546.874.547-04), Eduardo Costa Vaz Musa (CPF 425.489.187-34), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06), Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), Hamylton Pinheiro Padilha Júnior (CPF 215.551.175-20), Raul Schmidt Felipe Júnior (CPF 005.111.438-00), Samsung Heavy Industries (CNPJ 11.172.212/0001-72), sem imputação de débito, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, §2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

g) **aplicar a multa** prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 em desfavor do Srs. Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Eduardo Costa Vaz Musa (CPF 425.489.187-34), Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06), Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72), Hamylton Pinheiro Padilha Júnior (CPF 215.551.175-20), suspendendo-se a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU, em face do reconhecimento da condição de colaboradores, desde que sejam mantidos o respeito aos acordos firmados;

h) **aplicar a multa** prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 em desfavor do Srs. Demarco Jorge Epifânio (CPF 546.874.547-04), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), Raul Schmidt Felipe Júnior (CPF 005.111.438-00), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

i) **considerar graves** as infrações cometidas por Srs. Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Eduardo Costa Vaz Musa (CPF 425.489.187-34), Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06), Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72), Hamylton Pinheiro Padilha Júnior (CPF 215.551.175-20), nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU, inabilitando os referidos responsáveis pelo

período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do Regimento Interno do TCU, suspendendo-se a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU, em face do reconhecimento da condição de colaboradores, desde que sejam mantidos o respeito aos acordos firmados;

j) **considerar graves** as infrações cometidas por Demarco Jorge Epifânio (CPF 546.874.547-04), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), Raul Schmidt Felipe Júnior (CPF 005.111.438-00), nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU, inabilitando os referidos responsáveis pelo período de oito anos para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270 do Regimento Interno do TCU

k) enviar a cópia deste Acórdão, como Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

k.1) aos responsáveis, para conhecimento;

k.2) à Petróleo Brasileiro S/A, em conjunto com a Advocacia-Geral da União, para conhecimento e adoção das providências;

k.3) à Controladoria-Geral da União, para conhecimento;

k.4) à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis; e

k.5) à sucessora da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato perante o Ministério Público Federal no Paraná, à 13ª Vara Federal de Curitiba, à sucessora da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato perante a Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, para ciência e eventuais providências.

É o Relatório.

VOTO

Trata-se de Tomada de Contas Especial autorizada por meio do Acórdão 1.642/2022-TCU-Plenário, de minha relatoria, o qual autorizou a conversão da Representação TC 004.995/2018-0, autuada em atendimento ao item 9.1 do Acórdão 2.724/2017-TCU-Plenário, também por mim relatado, que determinou o aprofundamento dos exames a respeito de possíveis irregularidades apuradas pela Comissão Interna de Apuração (CIA), instituída pelo Documento Interno Petrobras (DIP) E&P-INTER 290/2015.

2. A Petrobras instituiu Comissão Interna de Apuração (CIA) a partir de denúncia feita por Fernando Antônio Falcão Soares, citando o empregado Demarco Jorge Epifânio em ilícitos referentes ao aluguel de um navio-sonda fornecido pela empresa Mitsui. Como resultado foi produzido o Documento Interno Petrobras (DIP) E&P-INTER 290/2015 e o Relatório de Auditoria R-2.E.003/2015.

3. No âmbito deste Tribunal, a então Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais) realizou auditoria na Petrobrás com o objetivo de averiguar a regularidade das licitações, contratos e execução de serviços de afretamento de embarcações utilizadas na exploração de petróleo e gás natural.

4. Considerando os novos indícios de irregularidades apurados no âmbito da Operação Lava Jato e pelas CIAs da Petrobras, o TCU prolatou o Acórdão 2.724/2017-TCU-Plenário, determinando a autuação de processo apartados, um para cada Relatório das CIAs, que culminou na instauração do TC 004.995/2018-0, posteriormente convertido na presente TCE.

5. O presente processo tem por objeto as contratações efetuadas para aquisição do navio-sonda Petrobras 10.000 e para afretamento do navio-sonda DS-5, bem como o pagamento por operações em períodos de ociosidade das embarcações.

6. Quanto ao navio-sonda Petrobras 10.000, a estatal firmou contrato com a Samsung Heavy Industries (SHI) para sua construção, após constituição de Sociedade de Propósito Específico denominada P&M Drilling International B.V., integrada pela Petrobras International Braspetro B.V. e pela empresa Mitsui, na proporção de 50% para cada integrante. O afretamento do navio foi realizado por meio do contrato firmado com a empresa Transocean, não arrolada como responsável nestes autos por não terem irregularidades identificadas em sua contratação (peça 4, p. 18).

7. Já o navio-sonda DS-5 foi construído após celebração de contrato entre a Petrobras e a SHI e o seu afretamento (Drilling Contract Service) foi firmado entre a estatal e a empresa Pride International, posteriormente adquirida pela Ensco International.

8. No TC 004.995/2018-0, a unidade especializada produziu o Relatório juntado na peça 4, propondo a citação dos Srs. Nestor Cuñat Cerveró, Demarco Jorge Epifânio, Eduardo Costa Vaz Musa, Renato de Souza Duque e Luís Carlos Moreira da Silva, integrantes dos quadros da Petrobrás. Foram citados, ainda, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Fernando Antônio Falcão Soares, Raul Schmidt Felipe Júnior, Hamylton Pinheiro Padilha Júnior, envolvidos em esquema de pagamento de vantagens indevidas, além das empresas Samsung Heavy Industries e Pride International/Ensco.

9. A primeira irregularidade motivadora da citação dos responsáveis trata de superfaturamento identificado nos contratos de construção do navio-sonda Petrobrás 10.000 e de afretamento do navio-sonda DS-5, visto que as contratações foram determinadas mediante pagamento de vantagens indevidas a empregados da Petrobrás, configurando os crimes de corrupção ativa e passiva, previstos nos arts. 317 e 333 do Código Penal.

10. O segundo débito identificado se refere às despesas ocorridas nos períodos em que as referidas embarcações permaneceram ociosas em razão da falta de demanda, irregularidade originária

do desdobramento da construção dos navios-sonda mediante pagamento das referidas vantagens indevidas.

11. Devidamente citados, os Srs. Fernando Antônio Falcão Soares, Luís Carlos Moreira da Silva, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Renato de Souza Duque e Raul Schmidt Felipe Júnior deixaram de apresentar suas alegações de defesa, configurando-se a revelia destes responsáveis.

12. Os demais citados apresentaram defesas que foram objeto de profícua análise na derradeira instrução (peça 208) formulada pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

13. No mérito, a unidade técnica propôs acatar integralmente as alegações de defesa apresentadas pela Pride International/Enasco International, visto não terem sido identificados indícios de sua participação no esquema de pagamento de vantagens indevidas.

14. Quanto aos Srs. Eduardo Costa Vaz Musa, Nestor Cuñat Cerveró, Hamylton Pinheiro Padilha Júnior e à empresa SHI, a unidade técnica propõe acatar as alegações de defesa apresentadas, somente no que se refere aos argumentos de que colaboraram com as investigações em curso na Justiça Federal (Operação Lava Jato) e à suficiência dos valores já pagos pela referida empresa no âmbito do Acordo de Leniência por ela firmado. Os efeitos do acolhimento da defesa quanto a tais pontos foram estendidos aos responsáveis revéis, Srs. Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo, visto que também figuraram em Acordo de Colaboração Premiada.

15. Em relação ao Sr. Demarco Jorge Epifânio, a proposta é de acolher unicamente o argumento atinente à suficiência dos valores já pagos pela SHI no âmbito do Acordo de Leniência para quitação do débito apurado nestes autos.

16. Ao final, propõe julgar regulares as contas da Pride International/Enasco e irregulares, sem débito, as contas dos demais responsáveis.

17. Quanto às multas, a unidade instrutiva propõe aplicar aquela prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 aos Srs. Demarco Jorge Epifânio, Luís Carlos Moreira da Silva, Renato de Souza Duque e Raul Schmidt Felipe Júnior. No caso dos Srs. Nestor Cuñat Cerveró, Eduardo Costa Vaz Musa, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Fernando Antônio Falcão Soares e Hamylton Pinheiro Padilha Júnior, a penalidade proposta é a mesma, suspendendo-se, contudo, sua execução e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU, face o reconhecimento da condição de colaboradores destes responsáveis, desde que respeitados os termos dos acordos firmados.

18. Adicionalmente, a unidade técnica propõe considerar graves as infrações cometidas pelos Srs. Nestor Cuñat Cerveró, Eduardo Costa Vaz Musa, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Fernando Antônio Falcão Soares, Hamylton Pinheiro Padilha Júnior, Demarco Jorge Epifânio, Luís Carlos Moreira da Silva, Renato de Souza Duque e Raul Schmidt Felipe Júnior, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU, inabilitando os referidos responsáveis para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal pelo período de oito anos. Quanto àqueles que tiveram reconhecida a condição de colaboradores, a unidade técnica propõe a suspensão da execução dessas penalidades e da correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU, desde que respeitados os termos dos acordos firmados.

19. O *Parquet* especializado, em sua manifestação (peça 233), anuiu integralmente à proposta formulada pela unidade técnica.

20. Considerando que os elementos do processo foram adequadamente examinados, além de contar com a anuência do Ministério Público junto ao Tribunal, incluo seus fundamentos às minhas próprias razões de decidir, sem prejuízo de tecer os seguintes comentários.

21. Registro que, conforme análise realizadas pela unidade técnica (peça 4, p. 38-39), nos termos da Resolução TCU 344/2022 não ocorreu a prescrição quinquenal ou intercorrente do processo.

Destaco que a análise não considerou o previsto no art. 3º da citada resolução, que, por se tratar de ilícitos objeto de denúncia na esfera penal, poderia considerar os prazos previstos na lei penal. De toda forma, concluo que não se verificou a incidência da prescrição em nenhum dos casos.

22. Como já destacado, as irregularidades tratadas nessa TCE versam sobre a contratação e operação dos navios-sonda Petrobras 10.000 e DS-5, bem com o superfaturamento e pagamentos por ociosidade, em consequência do pagamento de vantagens indevidas pela construção das embarcações.

23. Os cálculos realizados pela unidade técnica indicaram que o valor total do débito, considerando o superfaturamento e a ociosidade, foi de R\$ 947.016.622,51. Em relação à construção do navio-sonda Petrobras 10.000 e ao contrato de afretamento do navio-sonda DS-5 apurou-se o montante de R\$ 141.4 milhões. Já os períodos de ociosidade resultaram em pagamentos totais da ordem de R\$ 805 milhões, tendo cada uma das embarcações contribuído com valores semelhantes para o débito.

24. Antes de prosseguir, todavia, mostra-se necessário avaliar o efeito dos acordos de delação premiada e de leniência firmados, e os pagamentos realizados até o momento, para o deslinde do caso. Conforme destacado na instrução, em linhas gerais, o TCU tem a prerrogativa de aceitar e aderir aos acordos, concedendo benefícios aos colaboradores. No entanto, a adesão do Tribunal não exime os responsáveis de ressarcir integralmente os danos causados ao erário.

25. No caso concreto, verificou-se que os responsáveis Eduardo Costa Vaz Musa, Hamylton Pinheiro Padilha Junior e Nestor Cunat Cervero firmaram acordo de colaboração premiada, enquanto a Samsung Heavy Industries (SHI) celebrou acordo de leniência com as autoridades nacionais e internacionais. Apesar da revelia, consta que o Sr. Fernando Antônio Falcão Soares também é signatário de acordo de colaboração premiada.

26. Acerca do Acordo de Leniência que a SHI celebrou com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU) para colaborar com as investigações em curso e para a devolução de valores, recorro ao seguinte trecho do parecer elaborado pelo Douto Procurador Sérgio Caribé (peça 233), que ressalta os efeitos do acordo sobre o débito apurado e sobre a responsabilização dos gestores:

18. No que se refere aos débitos objeto de citação, a AudTCE concluiu pela possibilidade de seu afastamento, visto que a Samsung Heavy Industries celebrou Acordo de Leniência com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU) para colaborar com as investigações em curso e para a devolução de valores (peça 186). Conforme consta da certidão na peça 187, a referida empresa restituiu US\$ 71.939.000,00 a título de dano presumido (pagamento de vantagem indevida). Desse montante, US\$ 20.000.000,00 se referem ao navio-sonda DS-5 e US\$ 19.540.000,00 ao navio-sonda Petrobras 10.000.

19. De acordo com o quadro elaborado pela unidade técnica (peça 208, p. 39), após a conversão dos valores em reais, utilizando-se o câmbio constante da certidão (R\$ 5,3924 por dólar), o valor devolvido pela SHI cobriria integralmente o débito relativo ao prejuízo oriundo do pagamento de vantagem indevida.

20. No que se refere à citação pelo débito originário da ociosidade dos navios-sonda, o montante atualizado até 20/12/2021 correspondia a R\$ 402.785.696,00 (peça 4, p. 47). Do valor restituído pela SHI, abatidas as parcelas referentes ao pagamento de vantagem indevida, restariam R\$ 274.752.853,03 para saldar o dano relativo à ociosidade.

21. Quanto a esse aspecto, a AudTCE teceu considerações adicionais, **concluindo que embora o saldo credor do valor devolvido pela SHI seja inferior ao débito objeto de citação pela ociosidade, não seria possível identificar, para fins de compensação, eventuais receitas dos períodos em que os navios operaram normalmente. Isso porque**

a Petrobras, em resposta às diligências já realizadas, indicou entraves à obtenção de dados precisos sobre os valores auferidos.

22. Assim, a unidade técnica propõe adotar o saldo residual da devolução efetuada no âmbito do Acordo de Leniência como suficiente para a estimativa do dano experimentado pela estatal, afastando-se, por conseguinte, o débito atinente à ociosidade dos navios-sonda.

23. As informações consignadas pela Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, responsável pela primeira instrução, e pela AudTCE dão conta de que a ociosidade e os gastos dela decorrentes não configuram, por si sós, irregularidade, constituindo situações inerentes a operações como as que ora se examinam (peça 4, p. 15; peça 208, p. 37).

24. Além disso, seria necessário considerar as possíveis receitas advindas dos períodos em que os navios-sonda se mantiveram em operação, em analogia com o Método de Limitação do Preço Global (MLPG), segundo o qual, para cálculo de débito, deve haver compensação entre valores superavaliados e subavaliados. Entretanto, dada a utilização dos navios-sonda em campanhas exploratórias de petróleo, a unidade técnica entende que restaria prejudicada a aferição de lucro contábil nos moldes tradicionais.

25. De fato, as informações contidas no TC 004.995/2018-0 indicam, por exemplo, que foram pagos US\$ 429.586.748,62 no âmbito do contrato referente ao afretamento do navio-sonda DS-5 (peça 39 do TC 004.995/2018-0, arquivo 2021-10-08 POs over 1MM paid for CT 410003886(DS-5)r3.xlsx), dos quais US\$ 345.629.256,37 se referem a períodos em que houve operação do navio-sonda entre 2011 e 2014.

26. Assim, seria necessário examinar mais detidamente os termos do contrato no que diz respeito à previsão de ociosidade, além de considerar receitas posteriores ao exercício de 2015, quando foram feitos os pagamentos objeto de questionamento, para, somente então, concluir com maior grau de certeza sobre a ocorrência dos períodos de ociosidade em patamar acima do aceitável.

27. No caso do navio-sonda Petrobras 10.000, as informações constantes dos itens não digitalizáveis juntados na peça 41 do TC 004.995/2018-0 se restringem aos períodos de ociosidade identificados pela unidade técnica, inexistindo dados sobre os períodos de operação normal da embarcação. Além disso, como argumentado na defesa do Sr. Demarco Jorge Epifânio (peça 85, p. 93), alguns dos custos indicados no quadro que subsidiou o cálculo do dano se referem à taxa de movimentação, taxa de mobilização e taxa de diária operacional, itens não condizentes com períodos de ociosidade e que, portanto, não configurariam débito.

28. Desse modo, compreendo, em linha com o defendido pela AudTCE que, **não obstante a origem espúria dos contratos, prejudicial à identificação de demanda legítima pela contratação, deve ser adotada solução mais ponderada, dadas as possíveis receitas e a natureza inerente da ociosidade em operações desse tipo.** Não seria o caso, portanto, de medidas adicionais com vistas à identificação das receitas, visto que demandaria a obtenção de novas informações junto à Petrobras, afigurando-se mais apropriado, nesta etapa processual, não diligenciar novamente, em razão das dificuldades já relatadas pela companhia para fornecimento de dados dos contratos em questão (peça 40, do TC 004.995/2018-0).

29. **Admitindo-se como adequado que o dano seja fixado no patamar do saldo da devolução efetuada pela empresa e não naquele que fundamentou a citação dos responsáveis, impõe-se reconhecer que, em face do recolhimento feito em 20/5/2021**

pela SHI (peça 187, p. 3), deve ser adotado o cálculo mais conservador para considerar recomposto o prejuízo oriundo da ociosidade das embarcações (grifo nosso).

27. Conforme exposto, alinho-me à conclusão da unidade técnica e do *Parquet* especializado de que o TCU deve reconhecer a condição de colaborador dos responsáveis, concedendo-lhes os benefícios inerentes a essa condição, em consonância com o atual entendimento desta Corte sobre o tema.

28. Especificamente no que tange à quantificação do dano, entendo possível, considerando as dificuldades existentes em escrutinar esse montante e que a SHI efetuou o pagamento integral sob a sua responsabilidade antes mesmo de ter sido citada nos presentes autos, que o débito tratado nesses autos seja considerado quitado.

29. Detidamente analisados os arrazoados, com base na jurisprudência mencionada na instrução transcrita no relatório que precede esse voto, julgo que, a despeito de não acolher integralmente as alegações de defesa apresentadas, a execução das penalidades e a prescrição da pretensão punitiva do TCU para os Srs. Nestor Cuñat Cerveró, Eduardo Costa Vaz Musa, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Fernando Antônio Falcão Soares e Hamylton Pinheiro Padilha Júnior devem ser suspensas em face dos acordos de colaboração premiada firmados com os responsáveis no âmbito dos processos em curso no âmbito judicial.

30. Pesa a favor dos colaboradores a informação de não há descumprimento dos compromissos assumidos até o momento.

31. Quanto à empresa Pride International/Enasco, é possível acatar as suas alegações de defesa em razão da conclusão de que não há indícios de sua participação no esquema de corrupção para construção do navio-sonda e que a sua atuação se restringiu à prestação dos serviços de afretamento da embarcação, motivo pelo qual as suas contas podem ser julgadas pela regularidade.

32. Em relação ao Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, Renato de Souza Duque e Raul Schmidt Felipe Júnior, que foram citados por meio do Acórdão 1.642/2022-TCU-Plenário e se mantiveram silentes, é possível concluir que inexistem nos autos elementos capazes de refutar a fundamentação que deu causa ao chamamento de cada um dos responsáveis.

33. Diante disso, considerando que o acervo probatório, presente nos autos, demonstra uma prática de condutas irregulares, as contas desses responsáveis devem ser julgadas irregulares, sem a imputação de débito, bem como devem ser eles inabilitados para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração pública por oito anos.

34. Mesmo não tendo respondido às citações, os Srs. Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo devem ser beneficiados pelo acordo de colaboração que formalizaram com os órgãos da administração, de forma que as suas contas podem ser julgadas pela irregularidade, sem débito, e, seguindo o mesmo racional desenvolvido para os demais responsáveis que colaboraram com a justiça, a execução das penalidades e da prescrição da pretensão punitiva destes devem ser suspensas desde que mantido o respeito aos ajustes firmados.

Diante do exposto, acolho integralmente a proposta formulada pela unidade técnica, que contou com a anuência do MPTCU, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 2 de julho de 2025.

AROLDO CEDRAZ

Relator

ACÓRDÃO Nº 1515/2025 – TCU – Plenário

1. Processo TC 014.084/2022-8.
 - 1.1. Apenso: 004.995/2018-0.
2. Grupo I – Classe de Assunto: IV – Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsáveis: Demarco Jorge Epifanio (546.874.547-04); Eduardo Costa Vaz Musa (425.489.187-34); Ensko International Ltd. (05.632.934/0001-60); Fernando Antônio Falcão Soares (490.187.015-72); Hamylton Pinheiro Padilha Junior (215.551.175-20); Júlio Gerin de Almeida Camargo (416.165.708-06); Luis Carlos Moreira da Silva (369.767.177-49); Nestor Cunat Cervero (371.381.207-10); Pride International Ca (07.170.535/0001-50); Raul Schmidt Felipe Junior (005.111.438-00); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Samsung Heavy Industries Co Ltd. (11.172.212/0001-72).
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Jose Davi Cavalcante Moreira (52.440/OAB-DF), Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (54.217/OAB-DF) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Caio Farah Rodriguez (148.254/OAB-SP), Erica Sellin Sarubbi (236349/OAB-SP), William Akira Minami (246.841/OAB-SP), Beatrice Mitsuka Yokota Cahen (248437/OAB-SP), Tomas Fezas Vital Mesquita (359.138/OAB-SP) e Lucas Esper Berthoud (333223/OAB-SP), representando Samsung Heavy Industries Co Ltd.; Lucas de Assis Rabelo (70479/OAB-DF), representando Ensko International Ltd.; Felipe Nogueira Monteiro (247.433/OAB-SP), Maria Beatriz Vieira Gallo e outros, representando Demarco Jorge Epifanio; Joao Pedro Coutinho Barreto (210.903/OAB-RJ), representando Nestor Cunat Cervero; Luis Gustavo Rodrigues Flores (27.865/OAB-PR), Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (16.950/OAB-PR) e outros, representando Eduardo Costa Vaz Musa; Jose Gabriel Lopes Pires Assis de Almeida (52.359/OAB-RJ) e outros, representando Hamylton Pinheiro Padilha Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial autorizada por meio do Acórdão 1.642/2022-TCU-Plenário para o aprofundamento dos exames a respeito de possíveis irregularidades apuradas pela Comissão Interna de Apuração (CIA) instituída pelo Documento Interno Petrobras (DIP) E&P-INTER 290/2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, os responsáveis Luís Carlos Moreira da Silva, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Fernando Antônio Falcão Soares, Renato de Souza Duque e Raul Schmidt Felipe Júnior, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acatar integralmente as alegações de defesa apresentadas pela empresa Pride International (CNPJ 07.170.535/0001-50) / Ensko International (CNPJ 05.632.934/0001-60);

9.3. acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Eduardo Costa Vaz Musa, Nestor Cuñat Cerveró, Hamylton Pinheiro Padilha Júnior e pela empresa Samsung Heavy Industries (SHI) quanto ao reconhecimento da condição de colaborador e a suficiência dos valores já pagos pela Samsung Heavy Industries (SHI) no âmbito do seu Acordo de Leniência para quitação do débito apurado nesses autos, em consonância com o entendimento que vem sendo adotado pelo TCU, estendendo os efeitos aos responsáveis revéis, mas reconhecidamente colaboradores, Srs. Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo;

9.4. acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Demarco Jorge Epifânio unicamente em relação a suficiência dos valores já pagos pela Samsung Heavy Industries (SHI) no âmbito do seu Acordo de Leniência para quitação do débito apurado nesses autos;

9.5. julgar regulares as contas da empresa Pride International (CNPJ 07.170.535/0001-50) / Ensco (CNPJ 05.632.934/0001-60), dando-lhe quitação;

9.6. julgar irregulares as contas dos responsáveis Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Demarco Jorge Epifânio (CPF 546.874.547-04), Eduardo Costa Vaz Musa (CPF 425.489.187-34), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06), Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), Hamylton Pinheiro Padilha Júnior (CPF 215.551.175-20), Raul Schmidt Felipe Júnior (CPF 005.111.438-00) e Samsung Heavy Industries (CNPJ 11.172.212/0001-72), sem imputação de débito, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, §2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.7. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 em desfavor do Srs. Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Eduardo Costa Vaz Musa (CPF 425.489.187-34), Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06), Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72) e Hamylton Pinheiro Padilha Júnior (CPF 215.551.175-20), no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), suspendendo-se a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU, em face do reconhecimento da condição de colaboradores, desde que sejam mantidos o respeito aos acordos firmados;

9.8. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 em desfavor do Srs. Demarco Jorge Epifânio (CPF 546.874.547-04), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49) e Raul Schmidt Felipe Júnior (CPF 005.111.438-00), no valor de R\$ 60.000 (sessenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9. considerar graves as infrações cometidas por Srs. Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10), Eduardo Costa Vaz Musa (CPF 425.489.187-34), Júlio Gerin de Almeida Camargo (CPF 416.165.708-06), Fernando Antônio Falcão Soares (CPF 490.187.015-72) e Hamylton Pinheiro Padilha Júnior (CPF 215.551.175-20), nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU, inabilitando os referidos responsáveis pelo período de **oito anos** para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992 e do art. 270 do Regimento Interno do TCU, suspendendo-se a subsequente execução dessas penalidades e a correspondente prescrição da pretensão punitiva do TCU, em face do reconhecimento da condição de colaboradores, desde que seja mantido o respeito aos acordos firmados;

9.10. considerar graves as infrações cometidas por Demarco Jorge Epifânio (CPF 546.874.547-04), Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49) e Raul Schmidt Felipe Júnior (CPF 005.111.438-00), nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, e do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU, inabilitando os referidos responsáveis pelo período de **oito anos** para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da administração federal;

9.11. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos seguintes destinatários:

9.11.1. aos responsáveis, para conhecimento;

9.11.2. à Petróleo Brasileiro S.A., em conjunto com a Advocacia-Geral da União, para conhecimento e adoção das providências;

9.11.3. à Controladoria-Geral da União, para conhecimento;

9.11.4. à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, §3º, da Lei 8.443/1992, e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis; e

9.11.5. à sucessora da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato, perante o Ministério Público Federal no Paraná, à 13ª Vara Federal de Curitiba, à sucessora da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato, perante a Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro, e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, para ciência e eventuais providências.

10. Ata nº 26/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 9/7/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1515-26/25-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

VITAL DO RÊGO

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral